

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Cristiane Uflacker da Silva

“Ninguém se sente bem sendo monitorado”:
a percepção dos sujeitos sobre vigilância digital no contexto de pandemia

Florianópolis
2022

Cristiane Uflacker da Silva

“Ninguém se sente bem sendo monitorado”:
a percepção dos sujeitos sobre vigilância digital no contexto de pandemia

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Sociais do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharela em Ciências Sociais.
Orientadora: Prof.^a Dra. Márcia Grisotti.

Florianópolis

2022

Ficha de identificação da obra

Silva, Cristiane Uflacker da
"Ninguém se sente bem sendo monitorado" : a percepção dos
sujeitos sobre vigilância digital no contexto de pandemia /
Cristiane Uflacker da Silva ; orientadora, Márcia
Grisotti, 2022.
113 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em Ciências
Sociais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Ciências Sociais. 2. Vigilância digital. 3. Vigilância
em saúde. 4. Pandemia. I. Grisotti, Márcia. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Ciências Sociais. III. Título.

Cristiane Uflacker da Silva

“Ninguém se sente bem sendo monitorado”:

a percepção dos sujeitos sobre vigilância digital no contexto de pandemia

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de “Bacharela em Ciências Sociais” e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 25 de julho de 2022.



Documento assinado digitalmente
Rodrigo da Rosa Bordignon
Data: 02/08/2022 13:35:06-0300
CPF: 979.833.810-34
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Rodrigo da Rosa Bordignon, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
Marcia Grisotti
Data: 03/08/2022 17:18:41-0300
CPF: 613.565.229-04
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof^a Márcia Grisotti, Dra.
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
CAETANO KAYUNA SORDI BARBARÁ DIAS
Data: 01/08/2022 11:56:09-0300
CPF: 017.262.400-29
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Caetano Kayuna Sordi Barbará Dias, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina



Documento assinado digitalmente
Isaura Wayhs Ferrari
Data: 01/08/2022 15:58:04-0300
CPF: 030.573.820-88
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Isaura Wayhs Ferrari, Me.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Dedico este trabalho à minha mãe, Vera Regina, que provavelmente não leria o seu conteúdo, mas se faz presente em tudo o que escrevo, faço e sou. Também dedico a todas as outras mães e familiares levados pela pandemia, que talvez ainda estivessem aqui, não fosse pelas políticas de um governo genocida. Suas histórias e memórias jamais serão esquecidas.

AGRADECIMENTOS

À professora Márcia Grisotti, que acreditou no meu tema de pesquisa e foi essencial para que o trabalho tomasse forma. Ao meu pai, Chico, que me ensinou as primeiras coisas das quais posso me lembrar e que, mesmo com todas as dificuldades, sempre acreditou no meu futuro e fez de tudo para que eu pudesse seguir os meus sonhos, incluindo o tão desejado ensino superior, obrigada por me ensinar a sempre “dar um jeito”. Ao meu companheiro de todas as horas, Felipe Yonekawa a.k.a. Lagarto, por ter segurado as pontas em tantos momentos nesses anos de graduação, pelo incentivo, por atenuar minhas crises, comemorar minhas vitórias e ser meu ombro para chorar as tristezas, obrigada por ser meu parceiro e, acima de tudo, meu melhor amigo. À minha cachorra, Ziggy, por ser minha companheira inseparável e me proporcionar os melhores momentos de pausa durante a escrita deste trabalho. Aos meus irmãos, Cristiano (Tiano) e Marcelo (Mano), por confiarem a mim a missão de ser a inteligente da família (brincadeira, amo vocês e sinto saudades). Ao meu sogro, Panchi, por manter a casa em ordem e cuidar da comida, para que eu pudesse me dedicar a escrever. Aos Totinhos, Marília e Igor, cunhados/amigos/irmãos que a vida me deu, sou grata pelo suporte de sempre. À minha sogra, Rejani, obrigada por me impulsionar a terminar esse trabalho dentro do prazo. Aos meus colegas de turma que se tornaram amigos, Gabi, Rita, Carol, Lucas, Fran e Mari, sem vocês teria sido muito mais difícil. Às minhas duas companheiras de jornada, Vic e Karol, por estarem sempre disponíveis sem pedir nada em troca e por acreditarem que eu iria conseguir. Aos meus amigos e amigas que observam e vibram de longe por essa conquista, também é de vocês.

“Será que você não entende, Winston, que o indivíduo é apenas uma célula?”

George Orwell

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso discute a percepção dos sujeitos sobre a aplicação de dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia. Objetiva compreender as percepções dos sujeitos de diferentes grupos e contextos sobre o assunto. Também discute a vigilância digital e os seus dispositivos, identificando a forma como foram utilizados no controle da pandemia no Brasil e no mundo, assim como os elementos que perpassam e influenciam a decisão dos sujeitos de aderir tais dispositivos. A fundamentação teórica é baseada nas ideias de vigilância e governamentalidade em Michel Foucault, governamentalidade algorítmica em Antoinette Rouvroy, vigilância líquida em Zygmunt Bauman, capitalismo de vigilância em Shoshana Zuboff e quarentena digitalizada em Deborah Lupton. Utiliza como metodologia uma pesquisa exploratória com a utilização de dois grupos focais. Conclui que existe uma falta de informação sobre as formas de aplicação da vigilância digital no cotidiano e que a vigilância digital é um fenômeno complexo, com diversos atores envolvidos, fazendo com que decisão de aderir ou não aos dispositivos em nome da saúde pública atravesse, para além da decisão individual, questões sociais, culturais e políticas.

Palavras-chave: vigilância digital. vigilância em saúde. dispositivos de vigilância. pandemia.

ABSTRACT

This undergraduate thesis discusses the perception of subjects about the application of digital surveillance devices in the context of a pandemic. It aims to understand the perceptions of subjects from different groups and contexts on this matter. It also discusses digital surveillance and its devices, identifying how they were used to control the pandemic in Brazil and in the world, as well as the elements that permeate and influence the decision of subjects to adhere to such devices. The theoretical foundation is based on the ideas of surveillance and governmentality in Michel Foucault, algorithmic governmentality in Antoinette Rouvroy, liquid surveillance in Zygmunt Bauman, surveillance capitalism in Shoshana Zuboff and digitised quarantine in Deborah Lupton. It uses an exploratory research methodology with the conduction of two focus groups. It concludes that there is a lack of information on the forms of application of digital surveillance in daily life and that digital surveillance is a complex phenomenon, with several actors involved, making the decision to adhere or not to the devices in the name of public health cross, far beyond of only individual decision, social, cultural and political issues.

Keywords: digital surveillance. health surveillance. surveillance devices. pandemic.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Setting da Pesquisa	22
Figura 2 – Representação das fontes de informação	40
Figura 3 – Mapa de relações dos grupos com as fontes de informação	42
Figura 4 – SMS enviado pela prefeitura de Florianópolis	54
Figura 5 – SMS enviado pelo governo de Santa Catarina	54

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Participantes do Grupo Focal 1	23
Quadro 2 – Participantes do Grupo Focal 2	23
Quadro 3 – Fontes de informação destacadas pelos participantes	35
Quadro 4 – Estratégias utilizadas para se informar com segurança	41
Quadro 5 – Relação das participantes com as informações da pandemia	41
Quadro 6 – Exemplos de dispositivos citados pelos participantes	47
Quadro 7 – Países citados pelos participantes do GF1	48
Quadro 8 – Países citados pelos participantes do GF2	48
Quadro 9 – Estratégias de mitigação trazidas pelos participantes	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACATE	Associação Catarinense de Tecnologia
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados
Confecom	Conferência Nacional de Comunicação
COR	Centro de Operações Rio
CPF	Cadastro de Pessoa Física
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil
EEE	Espaço Econômico Europeu
EUA	Estados Unidos da América
GDPR	General Data Protection Regulation
GF1	Grupo Focal 1
GF2	Grupo Focal 2
GPS	Global Positioning System
HIV	Human Immunodeficiency Virus
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDCPA	Infectious Disease Control and Prevention Act
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MERS	Middle East Respiratory Syndrome
MP	Medida Provisória
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNVS	Política Nacional de Vigilância em Saúde
PPGICH	Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
SARS	Severe Acute Respiratory Syndrome
Serpro	Serviço Federal de Processamento de Dados
SIM	Subscriber Identity Module
SMS	Short Message Service
SUS	Sistema Único de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	OBJETIVOS.....	18
1.2	HIPÓTESE.....	19
2	METODOLOGIA.....	20
2.1	A DEFINIÇÃO DOS GRUPOS FOCAIS.....	20
2.2	PERFIL DOS PARTICIPANTES.....	23
2.3	PROCEDIMENTOS <i>OFFLINE</i> E <i>ONLINE</i>	24
3	PREMISSAS SOBRE A VIGILÂNCIA (DIGITAL) NA PANDEMIA.....	28
4	FONTES DE (DES)INFORMAÇÃO.....	35
5	DOCUMENTOS OFICIAIS, NEGACIONISMO E BOLSONARO.....	43
6	AS FORMAS DA VIGILÂNCIA DIGITAL EM SAÚDE.....	46
7	A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE VIGILÂNCIA DIGITAL.....	57
8	CONCLUSÃO.....	65
3.	REFERÊNCIAS.....	67
4.	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Grupo Focal 1) ..	73
5.	APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Grupo Focal 2)...	74
6.	APÊNDICE C – Roteiro (Grupo Focal 1).....	76
7.	APÊNDICE D – Roteiro (Grupo Focal 2).....	78
18.	APÊNDICE E – Transcrição (Grupo Focal 1).....	81
19.	APÊNDICE F – Transcrição (Grupo Focal 2).....	97

1. INTRODUÇÃO

A vigilância digital é um tema relativamente recente no campo da saúde pública, que passou a ser discutido de forma mais ampla nas últimas duas décadas, com o avanço da tecnologia na vida cotidiana e a criação de novos dispositivos digitais para a detecção e controle de doenças. Em março de 2020, após a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarar a pandemia do vírus Sars-Cov-2¹, o assunto tomou novas proporções, e vem ganhando cada vez mais relevância na medida em que novos métodos de resposta – muitos dos quais envolvendo formas inéditas de controle de dados pessoais – têm surgido ao redor do mundo.

A vigilância é historicamente associada à saúde, sendo a quarentena uma das mais antigas medidas sociais institucionalizadas como forma de controle de doenças (Foucault, 1982). Ao longo dos últimos três séculos, as formas de se vigiar progrediram e acompanharam a linha histórica das mudanças sociais. Em 2020, a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS) do Ministério da Saúde conceituou a vigilância em saúde como:

[...] o processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças. (Brasil, 2020).

Recentemente, com a entrada de diversos dispositivos digitais na vida cotidiana, não é surpresa que eles tenham se tornado ferramentas essenciais à evolução da vigilância em saúde, constituindo o que aqui será tratado por vigilância digital, utilizando como recorte o período pandêmico. A vigilância digital permitiu rápidos processos de detecção e notificação de casos durante a pandemia de coronavírus, possibilitando respostas mais ágeis e eficientes a cada nova onda de contágio, assim como mostraram-se bem-sucedidos os países que

¹ WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. Disponível em <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em 14 fev, 2022.

souberam aproveitar-se deste avanço, especialmente no leste asiático². Por vigilância digital compreende-se “[...] monitoramento sistemático, automatizado e à distância de ações e informações de indivíduos no ciberespaço, com o fim de conhecer e intervir nas suas condutas ou escolhas possíveis” (BRUNO, 2008, p. 169) e possui três elementos centrais: “a informação, os bancos de dados e os perfis computacionais (profiles)” (BRUNO, 2008, p. 159).

A coleta massiva de dados pessoais – que antes da pandemia já se consolidavam como matéria-prima de produtos altamente lucrativos – em nome da saúde coletiva trouxe novos atores e interesses em disputa. Cabe lembrar que os lucros de gigantes da tecnologia dispararam durante a pandemia³. Este ramo já era monopolizado em termos de capital, estrutura e pesquisa pelas chamadas Big Five, as cinco maiores, mais dominantes e mais prestigiadas empresas da indústria de tecnologia da informação dos Estados Unidos: Alphabet (Google), Amazon, Apple, Meta (Facebook) e Microsoft. O conceito que define a lógica econômica baseada na vigilância digital foi proposto por Zuboff em 2015, no artigo *Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization*⁴. Mais tarde, em 2018, a definição foi aprofundada no livro *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*⁵:

Ca-pi-ta-lis-mo de vi-gi-lân-ci-a, subst. 1. Uma nova ordem econômica que reivindica a experiência humana como matéria-prima gratuita para práticas comerciais dissimuladas de extração, previsão e vendas; 2. Uma lógica econômica parasítica na qual a produção de bens e serviços é subordinada a uma nova arquitetura global de modificação de comportamento; 3. Uma funesta mutação do capitalismo marcada por concentrações de riqueza, conhecimento e poder sem precedentes na história da humanidade; 4. A estrutura que serve de base para a economia de vigilância; 5. Uma ameaça tão significativa para a natureza humana no século XXI quanto foi o capitalismo industrial para o mundo natural nos séculos XIX e XX; 6. A origem de um novo poder instrumentário que reivindica domínio sobre a sociedade e apresenta desafios surpreendentes para a democracia de mercado; 7. Um movimento que visa impor uma nova ordem coletiva baseada em certeza total; 8. Uma expropriação de direitos humanos críticos que pode ser mais bem compreendida como um golpe vindo de cima: uma destituição da soberania dos indivíduos. (ZUBOFF, 2021, p.7)

² How Digital Contact Tracing Slowed Covid-19 in East Asia. Disponível em <<https://hbr.org/2020/04/how-digital-contact-tracing-slowed-covid-19-in-east-asia>>. Acesso em 14 fev, 2022.

³ Tech giants' profits soar as pandemic boom continues. Disponível em <<https://www.bbc.com/news/business-57979268>>. Acesso em 5 de jul. 2022.

⁴ Traduzido para o português como Big Other: Capitalismo de Vigilância e Perspectivas para uma Civilização de Informação.

⁵ Publicado no Brasil em 2021 como A Era do Capitalismo de Vigilância: A Luta por um Futuro Humano na Nova Fronteira do Poder, pela editora Intrínseca.

A partir de 2013, ano que ficou marcado pela revelação de Edward Snowden ao mundo sobre os descomunais poderes de vigilância acumulados pelo governo americano sobre a população⁶, os debates sobre vigilância digital se intensificaram não apenas nos EUA mas em todo o mundo. Nos anos seguintes, com o crescimento das *big techs*, grandes empresas de tecnologia que acumulam gigantescos conjuntos de dados de seus usuários, e a utilização desses dados para influenciar as eleições⁷, o problema se torna ainda mais relevante.

Sabendo da nova lógica de acumulação do capitalismo de vigilância, que busca não apenas prever, como também influenciar o comportamento humano, pode-se ter em mente que o estado de urgência causado por uma pandemia seja uma grande oportunidade para as *Big Techs* de estabelecer parcerias com o setor público (VENTURINI; SOUZA, 2020), na iminência de uma coleta de dados ainda mais massiva e capilarizada, que posteriormente poderão ser traduzidos em novos produtos e serviços ou comercializados. Nesse contexto, algumas medidas polêmicas de vigilância digital aplicadas durante a pandemia geraram um embate entre o público e o privado, acendendo ainda mais o debate sobre questões como privacidade, liberdade individual, controle estatal, parcerias público-privadas e saúde coletiva. Um exemplo de medida polêmica são os aplicativos de *Contact Tracing*, que identificam e alertam todas as pessoas que tiveram contato com alguém infectado nos dias anteriores ao diagnóstico, através de uma aplicação instalada no celular de quem recebeu o resultado positivo, para evitar novos contágios e possibilitar que todos realizem a quarentena e a testagem, conforme a recomendação de cada país.

A mudança de contexto social desencadeada pela pandemia veio acompanhada do crescimento de dispositivos de vigilância digital desenvolvidos por empresas de tecnologia. Os embates acerca da utilização dessas ferramentas são multifacetados e deles participam diversos atores, como cientistas sociais, juristas, especialistas em dados, gestores públicos, ativistas dos direitos humanos e, evidentemente, sujeitos⁸ comuns. Entretanto, um consenso

⁶ Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order>>. Acesso em 18 fev, 2022.

⁷ Disponível em <<https://www.channel4.com/news/exposed-undercover-secrets-of-donald-trump-data-firm-cambridge-analytica>>. Acesso em 19 fev, 2022.

⁸ O termo é aqui empregado deliberadamente por uma escolha teórica, nos termos foucaultianos em que se faz presente a subjetivação, por meio da multiplicidade de forças que atravessam e constituem os sujeitos, no processo de produção de subjetividades. (Foucault, 1982).

começa a tomar forma nas esferas do debate sobre o assunto nos últimos dois anos: o de que a gestão desses dispositivos representa um novo desafio para a saúde pública e para os direitos humanos (Data Privacy Brasil, 2020).

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) foi divulgada em 2018, antes do contexto pandêmico, mas só entrou em vigor três anos depois, após múltiplas modificações, se tornando um marco na regulamentação da proteção e do tratamento de dados pessoais no país. É possível afirmar, portanto, que a pandemia chegou ao país antes da LGPD, evidenciando a falta de preparo para o tratamento de dados. A vagarosidade com que se desenvolve a legislação sobre o assunto contrasta com a rápida taxa de expansão do mercado da tecnologia em saúde, tanto no contexto mundial, como também nacionalmente, com a ampliação das *health techs* brasileiras (Distrito, 2020), o que torna imprescindível que se fomente a discussão sobre as lacunas e os riscos na gestão dos dados dos brasileiros, a exemplo do megavazamento de dados de mais de 200 milhões de brasileiros (G1, 2021), que expuseram informações como CPF, nome, data de nascimento e até dados sobre os veículos dessas pessoas.

Em 2020, no auge das descobertas dos primeiros meses do novo estado de emergência em saúde, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 954, que dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). À época, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a eficácia da medida, alegando que a urgência causada pela crise sanitária não poderia ser utilizada como pretexto para o enfraquecimento de direitos e garantias constitucionais⁹. Não obstante, foi ainda mais recentemente, em fevereiro de 2022, que foi promulgada a Emenda Constitucional 115¹⁰, que elevou a proteção de dados como um direito formalmente previsto na Constituição Federal.

Diante da conjuntura atual, de retorno gradual das atividades presenciais e da sociedade se adaptando a conviver com o vírus em nome da retomada das atividades econômicas, a questão vem sendo debatida em diferentes esferas. O Brasil acompanha a tendência de crescimento no desenvolvimento de tecnologias em saúde (Distrito, 2020).

⁹ Disponível em <<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442902>>. Acesso em 15 fev, 2022.

¹⁰ Disponível em <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-115-379516387>>. Acesso em 15 fev, 2022.

Nesse cenário, as disputas entre os atores são inúmeras: de um lado, há quem defenda a necessidade cada vez maior de dispositivos de vigilância digital, seja para o aumento da segurança em saúde, seja pelo lucro; do outro, questiona-se não apenas sobre a liberdade individual e direito à privacidade nesse contexto, mas também sobre a confiabilidade das tecnologias atuais – cujo desenvolvimento é novo e segue em curso –, somada à relativamente recente produção do conhecimento sobre o padrão epidemiológico do vírus da Covid-19 e de suas variantes.

Outro desafio se apresenta através da heterogeneidade na abrangência representativa dos dispositivos de vigilância digital, que incluem a desigualdade no acesso à tecnologia, a falta de familiaridade com a usabilidade de determinada aplicação, entre outras iniquidades, que podem acabar por excluir certos segmentos da população brasileira. A situação se torna ainda mais complexa quando se leva em consideração que, mesmo ao proteger a identidade dos sujeitos, os dados agregados podem expor informações e replicar estereótipos que prejudicam grupos historicamente vulnerabilizados e marginalizados no país, como populações negras e povos indígenas, submetendo-os a uma vigilância mais intensa do que aos grupos dotados de privilégios materiais e simbólicos de raça e classe. Dessa forma, se faz necessário discutir os contextos de aplicação dos dispositivos de vigilância, sem desconsiderar as desigualdades e os diferentes impactos em cada parcela de sujeitos. É nesse sentido que propus compreender as percepções de diferentes grupos e contextos sobre a aplicação dos dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia e em que se apoiam as suas convicções.

Alguns pesquisadores têm se dedicado à questão da sociologia digital e vigilância, especialmente nas transformações trazidas pela ascensão das tecnologias digitais no cotidiano social, como Lupton (2014), Bruno, Cardoso, Kanashiro et al. (2018), Kerche e Henriques (2020), entre outros. Mais recentemente, é possível encontrar produção de conhecimento específico sobre a utilização desses dispositivos como política pública na área da saúde (Venturini e Souza, 2020; Velloso, 2020; Lima, Röder, Carvalho e Günther, 2020). Entretanto, pesquisas qualitativas que se debruçam sobre os pontos de vista da população ainda são escassas, particularmente aquelas que levam a discussão para a esfera pública. Nesse sentido, esse trabalho se propôs a ser uma investigação acerca da percepção dos

sujeitos sobre a temática colocada em questão. O direito à privacidade¹¹ estabelece que cada um decida livremente como os seus dados pessoais serão utilizados, o que evidencia a importância de compreender a forma como esse fenômeno se materializa na vida social, os elementos que perpassam essa decisão e a sua influência na aderência por parte dos sujeitos e no resultado das ações de políticas públicas de que se trata. Dessa forma, falar sobre vigilância digital no contexto de pandemia é tratar de um assunto que influencia diretamente o presente cotidiano da população brasileira.

A pandemia de Covid-19 ainda nem chegou ao fim, mas o entendimento dos pesquisadores do assunto é congruente em afirmar que ela não será a última (G1, 2021). É preciso atentar-se ao fato de que as consequências das medidas introduzidas atualmente serão, possivelmente, permanentes. Por isso, discutir as políticas de vigilância digital utilizadas na atualidade é pensar também nas que serão, em boa parte, utilizadas no futuro. Para que uma política pública seja efetiva, é preciso que a sociedade compreenda a sua importância e confie na sua eficácia. Portanto, é fundamental ampliar o debate a curto e longo prazo, não apenas durante a pandemia atual, mas também como preparação para as futuras pandemias. Todos os sujeitos precisam estar atentos e vigilantes quanto à forma como o assunto é tratado para que (1) possam proteger os seus dados e (2) aceitem o compartilhamento de dados sabendo lidar com tais dispositivos e entendendo o que eles podem proporcionar de positivo em termos de saúde pública.

1.1 OBJETIVOS

O principal objetivo da pesquisa foi compreender as percepções dos sujeitos de diferentes grupos e contextos sobre a aplicação dos dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia. Também buscou-se discutir a vigilância digital e os seus dispositivos, identificando os que foram utilizados no controle da pandemia no Brasil e no mundo, assim como os elementos que perpassam e influenciam a decisão dos sujeitos de aderir tais dispositivos, em diálogo com o arcabouço teórico referenciado.

¹¹ Inciso X do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

1.2 HIPÓTESE

A hipótese que norteou essa pesquisa foi a de que o julgamento dos sujeitos sobre a utilização de dispositivos de vigilância digital em saúde é ambivalente (Bauman, 1999) e que isso se dá por uma disputa que está sendo travada entre os dois ângulos pelos quais se pode observar este objeto: por um lado, ele é visto como positivo porque possibilita o controle epidemiológico e permite a rápida e efetiva criação de políticas de saúde coletiva; por outro, não fica claro se existem mecanismos seguramente confiáveis de proteção dos dados que são coletados e da forma como estes serão utilizados, o que gera sentimentos como medo, insegurança e preocupação com a privacidade e com a liberdade individual. A suposição aqui colocada, em outras palavras, é a de que os sujeitos, diante desses conflitos e das diferentes fontes de informação e de desinformação, recheadas de *fake news*¹², acabam por não saber no que de fato acreditar, o que pode frear a sua aderência aos dispositivos de vigilância digital em saúde, dificultando a efetividade como política pública de saúde.

¹² Notícias falsas, em português, consiste na distribuição deliberada de desinformação ou boatos.

2 METODOLOGIA

Tendo como ponto de partida os objetivos da pesquisa e o referencial teórico, buscou-se definir as técnicas e instrumentos de coleta de dados que melhor se adequassem ao cenário. Desta forma, foi executada uma pesquisa exploratória com a utilização de dois grupos focais para discutir a percepção dos sujeitos sobre os dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia.

A pesquisa foi alicerçada em quatro fases. Em um primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o problema de pesquisa, buscando compreender os debates contemporâneos sobre a temática da vigilância digital na pandemia e examinar o desenvolvimento dos conceitos fundamentais à pesquisa, como vigilância em saúde e vigilância digital.

Na segunda fase, foi feita uma investigação sobre os dispositivos de vigilância digital utilizados no Brasil e no mundo durante a pandemia de Covid-19 de maneira inteiramente *online*, buscando as palavras chave “aplicativo Covid”, “*Contact tracing*”, “tecnologia covid”, “câmera Covid” no *Google*. Os resultados encontrados foram armazenados em uma lista e geraram novas palavras-chave associadas, formando, sistematicamente, o repertório de dispositivos detalhados nos capítulos posteriores.

A terceira etapa foi focada na organização, no recrutamento e na realização de dois grupos focais com sujeitos de diferentes contextos, sendo eles (1) doutorandos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e (2) pessoas que trabalhavam na área da tecnologia da informação e possuíam algum interesse prévio pela temática da vigilância digital. A quarta e última fase se deu através da categorização dos elementos relevantes para a pesquisa através da análise de conteúdo (Janis, 1982) dos dados obtidos nas fases anteriores, colocando-os em discussão com o referencial teórico.

2.1 A DEFINIÇÃO DOS GRUPOS FOCALIS

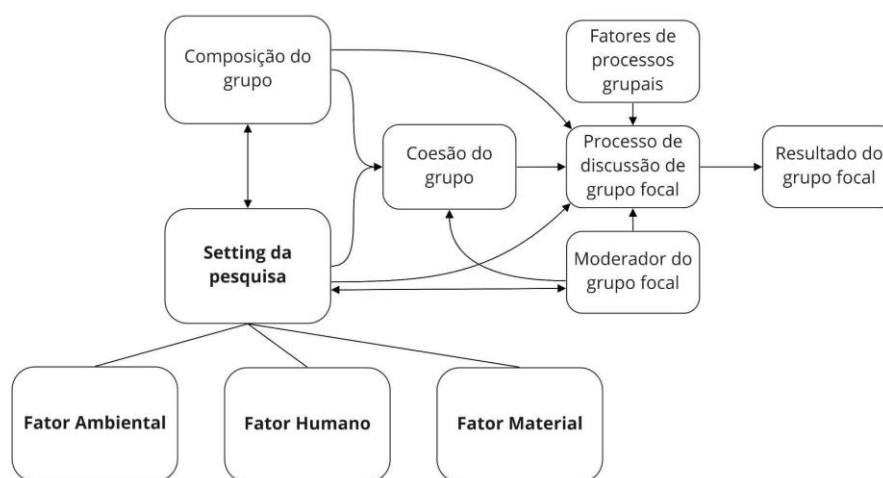
Veiga e Gondim (2011) consideram que o grupo focal é um bom recurso para a compreensão do processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos humanos. Além disso, ele pode ser positivo para a exploração de um tema pouco conhecido, como é o caso desta pesquisa, já que a vigilância digital ainda é um tema pouco discutido fora dos contextos específicos em que se faz presente, como fóruns dedicados que são, em sua maioria, ocupados por especialistas no assunto. Outro fator para a escolha da técnica é o fato de que ela encoraja os participantes a refletir sobre os diversos aspectos de um tema em um ambiente moderado, que pode resultar tanto em pontos em comum como conflitantes, mas principalmente fazer surgir novas discussões que não seriam possíveis em entrevistas individuais. Além disso, foram considerados o tempo e os recursos disponíveis para a realização da pesquisa — habitualmente escassos no contexto de trabalho de conclusão de curso de graduação —, o que evidenciou ainda mais este instrumento como melhor estratégia para alcançar os objetivos propostos.

O grupo focal se baseia na interação entre as pessoas para obter as informações necessárias à pesquisa. Segundo Morgan (1997), a sua principal característica é a utilização explícita da interação grupal para produzir dados que seriam menos prováveis na ausência da interação produzida em grupo. Os critérios são previamente determinados, de acordo com os objetivos da investigação, e cabe ao moderador criar um ambiente favorável à discussão, que propicie aos participantes manifestar suas percepções e pontos de vista. Desta forma, difere das entrevistas individuais (PATTON, 1990; MINAYO, 2000), porque abre espaço para a emergência de propriedades que não poderiam ser encontradas nas próprias partes ou em outros cenários diferentes daquele em que foi realizado. É o que ilustra a fala de uma das participantes, ao final do debate, quando perguntada se forneceria os seus dados para as autoridades brasileiras de saúde em uma próxima pandemia. Disse ela: “é interessante ver isso, porque antes da reunião, eu seria a pessoa que ia falar assim ‘não, beleza, pega aí’ agora eu já estou pensando ‘o que será que eu estou fazendo?’”, a [outra participante] entrou na minha cabeça... Eu tenho que dar uns pés atrás” (M. Grupo focal 2).

Gondim (2020) situa o grupo focal em uma posição intermediária entre a observação participante e as entrevistas em profundidade. Um ponto fundamental do grupo focal é o *setting* da pesquisa, colocado aqui como o cenário no qual a pesquisa ocorre. São diversos os fatores que influenciam este cenário e é em função dele que a composição do grupo focal

toma forma. Durante a condução do grupo focal, é essencial que ele seja coeso e crie um sentido em si mesmo, o que irá interferir no processo de discussão. Este processo, por sua vez, depende não apenas dos fatores citados, mas também da moderação e dos processos grupais. É através desse conjunto que se chega no resultado do grupo focal, conforme ilustra Fern (2001):

Figura 1 – Setting da Pesquisa



Fonte: adaptado do livro *Advanced Focus Group Research* (Fern, 2001)

Entre os fatores que refletem nas implicações metodológicas desta pesquisa, encontra-se a minha experiência individual como aluna da UFSC e como trabalhadora da área da tecnologia da informação. Salvo suas particularidades, ambos os espaços parecem escassos de discussão sobre uma temática tão latente como a vigilância digital, especialmente com a emergência do tema durante o período pandêmico. Durante os meus quatro anos de graduação, foram poucas as vezes que pude observar o assunto sendo trazido à sala de aula. São muito comuns, por exemplo, expressões de confusão, surpresa e curiosidade quando exponho a temática desta pesquisa a algum de meus colegas de aula. Já no ambiente de trabalho, ainda que a tecnologia da informação esteja presente no dia-a-dia e que falar sobre rastros digitais não seja uma novidade, pouco se fala sobre proteção de dados. Há tempos, essas são questões que despertam minha curiosidade. Além disso, estar nestes dois espaços permitiu que o acesso a esses grupos ocorresse de forma mais espontânea. Levando isso em consideração, foram realizados grupos focais nesses dois diferentes contextos.

2.2 PERFIL DOS PARTICIPANTES

A partir daqui, passarei a identificar cada participante apenas com as iniciais, preservando o seu anonimato, mas sem excluir sua individualidade. O primeiro grupo focal teve seis participantes, sendo três homens e três mulheres. A característica levada em consideração para a escolha desta turma de doutorado para compor o grupo focal foi a heterogeneidade dos participantes. São pessoas de diferentes faixas etárias, naturais de regiões distintas do país e com trajetórias diversas. Para fins de categorização dos perfis, foram solicitadas informações sobre o histórico acadêmico e área de estudo de cada participante, detalhados no quadro a seguir:

Quadro 1 – Participantes do Grupo Focal 1

Participante	Área de graduação	Área de mestrado
N.	Ciências Sociais	Sociologia
M.	Engenharia Civil e Direito	-
L.	Educação Física	Educação
R.L.	Psicologia	Psicologia Social
P.	Serviço Social	Educação Ambiental
R.C.	Letras	Relações Internacionais

Fonte: elaboração da autora

Já o segundo grupo foi formado por três mulheres. Este grupo foi homogêneo apenas em termos de gênero e de faixa etária, que ficou entre os 28 e 30 anos. Porém, ao considerar as trajetórias expostas na discussão e as informações coletadas por meio de formulário para a categorização dos perfis, como área de formação, profissão e relação com a temática da vigilância digital, também foi heterogêneo, conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Participantes do Grupo Focal 2

Participante	Área de formação	Profissão	Qual é a sua relação com a temática vigilância digital?
M.	Graduação em design de jogos	Designer UX/UI	Possuo interesse pessoal em entender onde os meus dados são utilizados, porque são utilizados e quando são utilizados. Sei que o meu compromisso com o assunto deveria ser muito maior, mas por ser

			burocrático entender, é muito mais fácil ignorar ou apenas aceitar.
J.	Graduação em Design e MBA em gestão estratégica em UX Design	Product Designer	Com os novos modelos de trabalho home office, a questão da privacidade do colaborador quase nunca é abordada pelas empresas. No mesmo cenário já se sabe de empresas estrangeiras que vigiam telas e até mesmo câmeras dos computadores dos funcionários.
P.	Graduação em Direito e especialização em Direito Digital e Compliance	Empreendedora e consultora	Início meu interesse quando ainda estava no ensino médio, na qual em paralelo fazia um técnico em microinformática. Ao entrar na graduação em direito busquei temas que complementassem meu interesse por tecnologias, quando me deparei com o direito digital, tema da minha especialização e pós-graduação. O trabalho de conclusão de curso foi voltado ao tema de proteção de dados, escrevi dois livros em coautoria sobre o tema e sou consultora e palestrante sobre há quatro anos.

Fonte: elaboração da autora

2.3 PROCEDIMENTOS *OFFLINE* E *ONLINE*

Por se tratarem de diferentes públicos, também foram diferentes os cenários escolhidos. Antes da realização de cada grupo focal, dediquei algumas horas à criação dos roteiros e dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido. Para cada um, foi produzido um roteiro¹³ e um TCLE¹⁴ adaptado ao cenário, com perguntas disparadoras para estimular o debate. A adequação do uso de um pequeno número de participantes em pesquisas qualitativas é um consenso (Nicolaci-da-Costa et al., 2009). No caso dos grupos focais em geral (face-a-face), recomenda-se a configuração de de seis a doze participantes (Duarte, 2007). Já nos grupos online, o tamanho recomendado é de quatro a oito pessoas (Moretti-Pires, 2020). Segundo Bedford e Burgess (2001), grupos focais maiores tendem a obter um maior número de respostas, enquanto grupos focais menores podem oferecer melhores oportunidades para a expressão de opiniões. Nesse sentido, optou-se pela configuração de grupos focais menores, que favorecessem o aprofundamento, a discussão e a compreensão das diferentes percepções sobre o problema da pesquisa.

O primeiro foi realizado após uma aula ministrada pela Prof^ª Dra. Márcia Grisotti, orientadora desta pesquisa, no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, dentro da

¹³ Os roteiros utilizados estão disponíveis nos apêndices.

¹⁴ Os modelos de TCLE estão disponíveis nos apêndices.

própria sala de aula. O ambiente foi escolhido desta forma não apenas para facilitar o acesso aos participantes, mas para que eles se sentissem seguros para a discussão em um local já conhecido. O recrutamento se deu através do convite verbal da professora para todos os alunos presentes na aula. Dos que se propuseram a participar, por se tratar de uma turma heterogênea entre si, foram escolhidos aleatoriamente seis participantes, cuja descrição será detalhada na próxima seção. O arranjo das mesas e cadeiras da sala foi reconfigurado para dar lugar a um círculo, formado pelos seis participantes, a professora que foi também moderadora, e eu, pesquisadora e observadora. Os demais presentes foram convidados a permanecer na sala como observadores, anotando questões que quisessem discutir após a finalização do grupo. Aos participantes, foi distribuído o TCLE impresso para assinatura. Enquanto a discussão acontecia, utilizei o projetor disponível no local para manter as perguntas norteadoras de cada etapa disponíveis no quadro branco da sala de aula.

O segundo grupo focal, que teve como sujeitos trabalhadores da área da tecnologia da informação com algum interesse pela temática da vigilância digital, foi realizado de forma síncrona online, mediado pela plataforma Google Meet¹⁵. Isso porque o *setting* natural dos participantes é a Internet, ambiente com o qual são totalmente familiarizados e motivo pelo qual se aconselha a opção pela técnica online (Alvarez, Cuenca, Noronha & Schor, 2007). O recrutamento, nesse caso, teve outros passos anteriores à sua realização. O perfil de participantes desejado era de pessoas que trabalhassem no contexto de empresas de tecnologia da informação e possuíssem algum interesse prévio pela temática da vigilância digital. Eu faço parte desse grupo de pessoas e, por isso, tinha uma ideia de onde essas pessoas poderiam estar. O meu emprego anterior era localizado dentro da ACATE –Associação Catarinense de Tecnologia que, como o próprio nome diz, é um ambiente repleto de empresas de tecnologia. Eu ainda faço parte de um grupo no WhatsApp¹⁶ com membros de algumas dessas empresas e utilizei deste artifício para convidar pessoas que pudessem se interessar em participar da pesquisa com a seguinte mensagem:

¹⁵ O Google Meet é um serviço gratuito de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google. Disponível em <<https://meet.google.com/>>

¹⁶ O WhatsApp é um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz e de vídeo para *smartphones*. Ele permite a criação de grupos, nos quais podem ser adicionadas até 256 pessoas com interesses em comum para trocarem mensagens instantâneas sobre um determinado assunto, reunir informações ou mesmo manter pessoas de um determinado ecossistema próximas.

Pessoal, boa tarde! Estou fazendo o meu TCC sobre **vigilância digital na pandemia** e buscando pessoas para participar de um grupo focal que irá discutir sobre o assunto. Será uma conversa aberta a todos os pontos de vista e NÃO precisa possuir conhecimento prévio sobre o assunto, apenas o interesse é suficiente. Ele vai ocorrer online e a data será agendada de acordo com a disponibilidade dos participantes. O único requisito é **trabalhar dentro do contexto de empresas de tecnologia**. Quem se interessar, pode me chamar no privado. Obrigada!

Após o envio da mensagem, recebi três retornos positivos, dois com interesse em participar da pesquisa e um terceiro com um contato de alguém que poderia se interessar. Desses três, por incompatibilidade de horários, apenas o último acabou sendo efetivado em participação. Junto a isso, iniciei uma busca através do LinkedIn¹⁷, utilizando a palavra chave “vigilância digital” em seu mecanismo de busca. Foram encontradas 48 páginas de publicações utilizando este termo. Analisei as publicações uma a uma, visitando os perfis dos autores para verificar se faziam parte do mercado de trabalho da tecnologia da informação. Foram encontradas 32 pessoas que se enquadraram no perfil, para as quais enviei o modelo de mensagem a seguir, substituindo a lacuna pelos nomes dos destinatários:

Olá, _____! Tudo bem? Eu cheguei até o seu perfil através de uma publicação sua falando sobre vigilância digital. Estou fazendo meu TCC da graduação em Ciências Sociais na UFSC sobre vigilância digital no contexto específico da pandemia. Minha pesquisa inclui grupos focais para discutir sobre o assunto em diferentes contextos. Um deles é especificamente com trabalhadores da tecnologia que tenham ligação, de alguma forma, com a temática vigilância digital. Gostaria de saber se te interessa participar de um desses grupos, onde trarei outras pessoas e algumas perguntas para discutir os pontos de vista. Ele terá duração de aproximadamente 1 hora e será feito de forma online, com data a ser agendada de acordo com a disponibilidade dos envolvidos. O conteúdo discutido vai ser usado exclusivamente para a pesquisa de TCC e será garantido o anonimato de todos os participantes. Fico à disposição caso você se interesse e, qualquer dúvida, fique à vontade para me perguntar. Obrigada!

Dessas 32 mensagens enviadas, recebi apenas 7 retornos, sendo 5 positivos e 2 negativos. Para todas as pessoas que demonstraram interesse, tanto via WhatsApp quanto via LinkedIn, enviei um link do *Doodle*¹⁸ e solicitei que adicionassem ali os seus melhores horários disponíveis. O horário definido foi o que teve a maior cobertura, com 5 votos. A estas cinco

¹⁷ O LinkedIn é uma rede social de negócios, utilizada principalmente com finalidades profissionais, para apresentar aptidões, discutir sobre temáticas relacionadas ao mercado de trabalho e adquirir novas conexões com afinidades profissionais. Disponível em <<https://www.linkedin.com/>>

¹⁸ O Doodle é um sistema de agendamento on-line que disponibiliza uma tabela para que os envolvidos em um evento possam votar nos melhores dias e horários para marcar um encontro. Disponível em <https://doodle.com/pt_BR/marcar-reuniao>

peessoas, enviei o TCLE online, em formato de formulário¹⁹ e o link de convite para a reunião via Google Meet. No dia e horário agendados, porém, dois participantes me informaram sobre imprevistos e apenas três se fizeram presentes. Por respeito ao tempo das pessoas que ali estavam, o segundo grupo focal foi realizado com três participantes.

Cada grupo focal teve duração de aproximadamente uma hora, respeitando os roteiros semiestruturados, mas com espaço para a emergência de questões que não haviam sido abordadas nas perguntas disparadoras. Ambos os grupos focais foram gravados, com autorização expressa de todos os participantes, para que fosse possível acessar novamente pontos da discussão e que fosse possível realizar as transcrições²⁰ destas. Nos próximos capítulos, serão expostas e discutidas as categorias analíticas presentes nos achados da pesquisa.

¹⁹ Link do formulário enviado: <<https://forms.gle/mJcQibQqWM3ZptdD6>>

²⁰ As transcrições estão disponíveis nos apêndices.

3 PREMISSAS SOBRE A VIGILÂNCIA (DIGITAL) NA PANDEMIA

A vigilância já era um fenômeno presente no cotidiano social muito antes da popularização dos dispositivos digitais e vinha sendo debatida por décadas. Michel Foucault dedicou-se a estudar a vigilância sobre o comportamento dos indivíduos e das populações como uma questão epistemológica presente na Idade Moderna, a qual se utilizava de uma escala hierárquica a partir do exercício da disciplina e “supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam”. (FOUCAULT, 1987, p. 196). Assim, o autor analisou as implicações da vigilância e das formas de punição em diversos âmbitos da vida social.

A vigilância, segundo Foucault, seria um aspecto fundamental para o exercício do poder, uma vez que permitiria a produção de conhecimento sobre aqueles que são vigiados, tornando possível conhecer o objeto que está sob vigilância. Uma das relações traçadas com a contemporaneidade está na descrição que Foucault faz das medidas empregadas quando a peste era declarada em alguma cidade, no século XVII: a vigilância, a quarentena e o isolamento de doentes estão presentes, bem como a punição pelo seu descumprimento – resguardadas, evidentemente, as condições circunstanciais de tempo e espaço –, mecanismos que ainda se mantêm ativos nos dias atuais. Os procedimentos técnicos se desenvolveram, mas a divisão entre pessoas infectadas e saudáveis, no sentido atual, lembra o binarismo citado por Foucault como método de poder disciplinar desde o século XIX. De um lado:

[...] “pestilentam-se” os leprosos; impõem-se aos excluídos a tática das disciplinas individualizantes; e de outro lado a universalidade dos controles disciplinares permite marcar quem é “leproso” e fazer funcionar contra ele os mecanismos dualistas da exclusão. A divisão constante do normal e do anormal, a que todo indivíduo é submetido, leva até nós, e aplicando-os a objetos totalmente diversos, a marcação binária e o exílio dos leprosos; a existência de todo um conjunto de técnicas e de instituições que assumem como tarefa medir, controlar e corrigir os anormais, faz funcionar os dispositivos disciplinares que o medo da peste chamava. Todos os mecanismos de poder que, ainda em nossos dias, são dispostos em torno do anormal, para marcá-lo como para modificá-lo, compõem essas duas formas de que longinquamente derivam. (FOUCAULT, 1987, p. 223)

Do outro lado, no modelo de *inclusão do pestífero* fazia-se o movimento contrário, de levar o infectado para dentro dos espaços urbanos, em uma espacialidade vigiada e

controlada ininterruptamente, policiada exaustivamente por um poder político. Ambas as formas de controle, seja pela exclusão do leproso ou pela inclusão do pestífero, fazem uso do isolamento e da quarentena, assim como na atualidade. Entretanto, hoje nos encontramos em uma era digital, na qual é difícil imaginar um dia sequer longe dos dispositivos tecnológicos. Essa nova conjuntura social oferece outros elementos para a discussão. A vigilância não é mais restrita a certos espaços e a mudança desses limites torna nebulosa a diferenciação entre o que é público e o que é privado.

Bauman e Lyon (2013) discutem a fluidez com a qual os dados atuam nos dispositivos de vigilância. Para eles, disciplina e segurança não são coisas distintas, uma vez que a segurança é orientada pelas previsões futuras monitoradas através do conjunto de dados obtidos pelos dispositivos digitais. O poder de vigilância, com isso, se desvincula dos interesses individuais e políticos – que continuam locais – ao atingir o espaço chamado por eles de “extraterritorial”, independente de fronteiras geográficas (BAUMAN e LYON, 2013, p. 11). Baseando-se na noção de modernidade líquida, Bauman utiliza a ideia de vigilância líquida para compreender os processos de monitoramento, controle, observação, classificação, checagem e atenção sistemática da vigilância. A vigilância líquida funcionaria como uma ferramenta de controle tanto sobre os de “fora” quanto os de “dentro”, representando assim um instrumento de controle social para além de uma ferramenta de proteção. A transparência simultaneamente aumenta para uns e diminui para outros (Bauman, 2013, p. 19), adquirindo características pós-panópticas, onde não há mais a necessidade de um olhar centralizador que a vigilância seja sentida. Como o autor afirma, as coisas mudaram tanto para os vigilantes quanto para os vigiados.

Até o século XX, as semelhanças da realidade com o modelo panóptico de Bentham citado por Foucault eram inúmeras: uma construção em anel com uma torre central que permite ver todas as celas dispostas ao seu redor, de modo que o vigiado seja observado o tempo todo, mas não perceba a presença do vigia. Muito ainda se pode assemelhar, mas a partir do século XXI, com o desenvolvimento dos dispositivos digitais e a popularização da internet no dia a dia, outras formas de controle passaram a ser possíveis, mesmo à distância. Com o tempo, a vigilância digital passou a ter duas características essenciais do panóptico: o olhar permanente e o registro de anotações, formando assim o que hoje conhecemos como *banco de dados*, conjuntos de arquivos que se relacionam entre si que compilam informações

sobre as pessoas. Além da categorização dos dados pessoais, os algoritmos reconhecem padrões entre os usuários, podendo prever tendências de comportamento e antecipar eventos futuros. Em 2014, em seu livro *Digital Sociology*, Deborah Lupton já oferecia alguns dos alicerces para a reflexão sobre a digitalização da sociedade, entre os quais está presente a preocupação com a necessidade de uma visão crítica sobre a produção e utilização de dados:

[...] sociólogos e outros estudiosos interessados em mídia e comunicação desenvolveram uma perspectiva diferente sobre o fenômeno big data e sobre os algoritmos que são usados para coletar, classificar e processar big data. Eles enfatizam que big data não é tão objetivo, completo e neutro como é retratado nas representações convencionais. A produção e o uso de big data são processos políticos, sociais e culturais. (LUPTON, 2014, p. 101, tradução nossa)

A emergência de uma pandemia produz uma sensação de insegurança que, por sua vez, gera uma atmosfera de medo na população, que é reproduzida pelos meios de comunicação, formando um círculo vicioso desses sentimentos. O efeito do medo é exemplificado por Bauman, quando em se tratando da violência: “entrincheiram-se atrás de muros, multiplicam-se as câmeras nas vias de acesso aos apartamentos, contratam guardas armados, compram carros blindados” (2009, p. 54). No contexto de crise de saúde, como é o caso da pandemia, esse efeito tem potência ainda mais forte. A vigilância não é mais voltada ao sujeito, mas ao corpo populacional que, regido pelo medo, é mais facilmente controlado. A esse cenário, relaciona-se o conceito foucaultiano de governamentalidade que, em sua forma original, seria:

[...] um conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

O campo de possibilidades a partir do qual são pensadas as relações de poder possui

técnicas de dominação através das quais a governamentalidade age, partindo do pressuposto da liberdade dos sujeitos, a qual é condicionada às normas do poder político. A governamentalidade não possui, necessariamente, uma função negativa. A sua positividade é demonstrada através das campanhas contra a mortalidade, as campanhas de vacinação, as campanhas de prevenção contra o vírus, por exemplo. O governo, nesse sentido, age como se estivesse a serviço dos governados, enquanto a população é o objetivo, mas também o objeto nas mãos do governo (FOUCAULT, 2012). Contudo, a vigilância, no mundo atual, ocorre através dos dispositivos digitais, que agora são utilizados em todas as esferas da sociedade e constituem a forma contemporânea de governar. Essa nova forma, que se baseia no aperfeiçoamento algorítmico dos comportamentos e das relações sociais, é chamada de governamentalidade algorítmica (ROUVROY, 2013), caracterizada como:

um modo de governo alimentado essencialmente por dados brutos (que operam como sinais infra-pessoais e a-significantes mas quantificáveis); que afetam os indivíduos sob o modo de alerta, provocando o reflexo, mais do que sob o modo da autorização, proibição ou persuasão, ao se apoiar sobre suas capacidades de entendimento e de vontade; visando essencialmente a antecipar o futuro, a limitar o possível, muito mais do que regulamentar as condutas. Os dispositivos da governamentalidade algorítmica integram o data-mining: a exploração das reservas de dados massivos e brutos, que individualmente não possuem nenhum sentido, para a partir deles traçar perfis de comportamento. O data-mining permite gerir as pessoas de maneira personalizante, industrial, sistemática e preemptiva, se interessando por elas somente enquanto pertencentes a uma multitude de perfis (de consumidores, de delinquentes potenciais etc) (Rouvroy apud Parra, 2016)

Estamos o tempo todo treinando a inteligência algorítmica quando utilizamos ferramentas gratuitas disponíveis na internet. Essa troca que, em uma visão superficial, pode parecer justa — fornecer os seus dados, treinar o algoritmo e receber em troca um serviço que facilita a sua vida — acaba se tornando muito mais lucrativa para um dos lados:

Não se trata de simplesmente dar às pessoas o que elas querem, mas sim de fazer com que se queira isso ou aquilo. No mundo administrado, o sujeito é objetificado e não livre. Em suma, é preciso que o sujeito acredite que quer realmente aquilo que se quer que ele queira. E com os novos recursos, o sujeito parece tornar-se ainda mais débil, incapaz de raciocinar e deliberar por conta própria, sendo facilmente levado (sem que ele se dê conta disso) na direção que se deseja. (ALVES, 2018, p. 241)

No contexto da pandemia de Covid-19, o que se quer que o sujeito queira é exatamente o que, em geral, ele quer: se manter vivo. Nesse cenário, fabricar dispositivos de vigilância digital tende a ser um movimento quase automático das empresas que lucram com isso e uma

grande oportunidade de realizar parcerias com autoridades de saúde. Os objetivos por trás deste movimento, porém, são diferentes para cada ator envolvido: para as autoridades de saúde, é o melhor controle da pandemia, já para os fabricantes de tais dispositivos, é o lucro. A experiência humana, no capitalismo de vigilância, é apropriada de forma unilateral para a sua tradução em dados comportamentais. Alguns desses dados até podem vir a ser aplicados para o melhoramento de produtos e serviços, mas todo o restante é tido como “superávit comportamental do proprietário”, utilizado para alimentar a inteligência de máquina, que irá refiná-los e transformá-los em produtos de predição — que buscam antecipar o comportamento das pessoas —, os quais, por sua vez, serão comercializados nos mercados de comportamentos futuros (ZUBOFF, 2021, p. 18-19). É dessa forma que são acumuladas as grandes riquezas dessas operações comerciais.

As sociedades disciplinares moldavam os sujeitos em espaços fechados, o que, nas sociedades de controle é flexibilizado, modificando os limites institucionais. A vigilância não é mais restrita a certos espaços e a mudança desses limites torna nebulosa a diferenciação entre o que é público e o que é privado. Se Foucault observou dois grandes modelos de controle de epidemias, o da exclusão do leproso e o da inclusão do pestífero, no atual ecossistema digital, é possível pensar em um terceiro modelo: o da hiperconexão do infectado (BRUNO, 2020). A hiperconexão do infectado se dá em três camadas: a escala global da pandemia, os deslocamentos individuais e a morada do infectado.

A escala global da pandemia se trata da propagação, em tempo real, das informações a nível global, que influenciam na curva de contágio, nas respostas locais, no comportamento dos sujeitos. Não significa que, por ocorrer em escala global, seja um fenômeno universal e homogêneo: as intensidades, qualidades e formas de agravo podem ser muito distintas e se relacionam com as condições socioeconômicas, culturais, ambientais, coletivas ou mesmo individuais (MATTA; REGO; SOUTO; SEGATA, 2021). O deslocamento dos indivíduos refere-se aos protocolos ligados à localização, como quarentena, isolamento, distanciamento, fechamento de fronteiras, etc. A hiperconexão dos corpos e subjetividades se dá diretamente pelos dispositivos de vigilância digital, que conferem maior individualização do controle, “operando seletivamente sobre saudáveis, portadores e doentes e ofertando graus modulados de mobilidade” (BRUNO, 2020, *online*):

Se o quadriculamento do espaço da cidade empesteada fornece o esquema do recorte analítico do biopoder nas sociedades disciplinares, o atual rastreamento do infectado e suas interações sociais, deslocamentos e conexões, ressoa e amplifica o já presente esquema de controle e vigilância que opera com detecção algorítmica de padrões de vida, predição de riscos, interesses e comportamentos futuros. O infectado em constante hiperconexão é o mais novo personagem de um ecossistema sociotécnico que já vem treinando máquinas a reconhecer padrões de vida, a analisar e prever condutas em largas escalas populacionais. (BRUNO, 2020, *online*)

Por último, a morada do infectado concerne ao interior da casa burguesa, que é transformada em um espaço que funciona como escritório, escola, academia, espaço de lazer, de cultura, de luto, entre outras multifuncionalidades, reinventando o espaço doméstico, e com ele, os modos de se agir em cada um desses que antes eram espaços geográficos distintos. Se o uso de dispositivos digitais já vinha impactando o cotidiano de todas as pessoas há alguns anos, com a pandemia do vírus causador da Covid-19, as proporções da utilização das tecnologias na vida cotidiana atingiram níveis jamais vistos. Além das medidas governamentais e mercadológicas de rastreamento, os decretos de *lockdown*, aliados às campanhas de incentivo ao isolamento voluntário, favoreceram a adesão aos modelos de trabalho remoto e estudo à distância, bem como os encontros virtuais e a transformação de todas as atividades possíveis em formatos digitais.

A vigilância digital foi plenamente utilizada como uma forma de monitorar as pessoas dentro de suas casas, para garantir que seguissem o autoisolamento nos períodos de quarentena. Deborah Lupton chama esse fenômeno de quarentena digitalizada²¹, o que parece uma forma amena de vigilância – justificada pela emergência em saúde – mas que pode esconder sérios problemas e falhas na implementação. Os principais são a confiabilidade da inteligência dos algoritmos, que pode ser incapaz de interpretar subjetividades e resultar em imprecisões e, em um nível mais amplo, a presença cada vez maior das autoridades e agências governamentais na vida privada das pessoas (LUPTON, 2020). Embora o ativismo e os movimentos para tornar os dados digitais mais acessíveis possam ser bem-sucedidos até certo ponto, eles não chegam a ser uma forma de resistência política ou desafio ao poder institucionalizado. Dessa forma, é utópico querer impor a quarentena digitalizada, materializada na forma da vigilância digital, sem que seja planejada estrategicamente, de maneira a considerar desigualdades, imprecisões, preconceitos e injustiças de cada contexto onde quer que seja aplicada, além das garantias aos direitos fundamentais de liberdade e privacidade. Além disso, mesmo o meio digital se

²¹ *Digitised quarantine*, no original, tradução nossa.

mostrando mais propício para a vigilância do governo, é preciso observá-lo não apenas como um aparato governamental de política pública e sim como parte integrante da lógica econômica, com atores e interesses privados envolvidos.

4 FONTES DE (DES)INFORMAÇÃO

Discutir a percepção dos sujeitos sobre vigilância digital envolve pensar sobre diversos fatores que fazem parte desse universo. Nesse sentido, compreende-se como unidade basal para esta discussão a **informação**, ou seja, o conjunto de conhecimentos sobre o assunto no período em questão. Esta preocupação se dá porque, como bem exemplifica uma frase dita por um dos participantes dos grupos focais, a comunicação “produz subjetividade, (...) o que alguém consome de informação diz do que aquele sujeito se constitui, os tipos de apropriação social e cultural que ele vai produzir” (R.L. Grupo focal 1). A introdução ao debate sobre como os participantes observaram essa questão durante a pandemia foi dada pela pergunta “Em que locais, fontes e canais vocês acreditam que a maior parte das pessoas se informou nos últimos mais de dois anos sobre a pandemia de coronavírus?”.

A primeira resposta, nos dois grupos, foi unânime: redes sociais. Todos concordaram que esta forma de mídia teve um importante papel informativo, especialmente em termos de comunicação de massa (DIZARD, 2000). Para o GF1, as redes sociais mais utilizadas para o compartilhamento de notícias sobre a pandemia foram o WhatsApp e o Instagram²². Para o GF2, o Twitter também representou um papel importante. Destacam-se algumas respostas no quadro a seguir:

Quadro 3 – Fontes de informação destacadas pelos participantes

R.L. (GF1)	Acredito que foi nas redes sociais como WhatsApp, Instagram, as redes mais informais.
N (GF1)	Eu acho que teve muita circulação nos grupos de WhatsApp mesmo.
P. (GF1)	Até esses meios de comunicação televisivos, também estão indo pras plataformas digitais. Eu concordo com o que a maioria dos colegas colocaram, que são as mídias sociais.
P. (GF2)	Bom, o meu tema de estudo principal é a proteção de dados e a privacidade. E eu analiso muito os trending topics do Twitter, Google e qualquer outro tipo de buscador. E a pandemia está sempre pelo menos entre os 5 primeiros desde o início dela.
J. (GF2)	Tem a galera que recebe pelo WhatsApp e acredita nas coisas absurdas. E tem portais, por exemplo, no Instagram e no Twitter, que a gente acha que pelo menos tem algum tipo de fiscalização. Mas eu acredito que rede social talvez tenha sido, na minha percepção, maior. Pelo menos que se espalhou mais rápido.
M. (GF2)	Eu também penso que é a questão do Twitter, principalmente, sobre a questão dos trending topics. (...) e sobre a questão do WhatsApp, que virou uma febre muito grande. Sobre a questão de dissipação de notícias, principalmente fake news nessa época, creio que foi um dos maiores

²² O Instagram é uma rede social online de compartilhamento de fotos e vídeos entre seus usuários.

veículos para as pessoas que não são tão voltadas à parte tecnológica.
--

Fonte: elaboração da autora

Cabe evidenciar a preocupação externada por ambos os grupos no que diz respeito às *fake news*. Esta foi uma importante observação das discussões e, por isso, deu título a este capítulo. Os dois grupos observaram as redes sociais, especialmente o WhatsApp, como uma importante fonte de desinformação, ou seja, de espalhamento de notícias mentirosas sobre a pandemia. Algumas explicações foram levantadas para este fenômeno: ele poderia estar ligado ao desconhecimento inicial sobre a doença, aos discursos do governo federal incentivadores às *fake news*, à falta de confiança nas mídias tradicionais, mas, acima de tudo, seria uma evidência da proximidade como ponto de confiança ao acreditar em uma informação. Um participante comenta: “Quanto maior a proximidade, maior a confiança por consequência naquela pessoa” (M. Grupo Focal 1). Outra diz que “a gente tem essa tendência natural a confiar e acreditar mais no nosso grupo, das pessoas que a gente tem perto” (J. Grupo Focal 2) e logo é complementada:

As pessoas tendem a confiar em quem está próximo, às vezes muito mais do que um veículo oficial. Porque a questão da confiança é muito forte. (...) Por que as pessoas caem em *fake news*? A gente entende que é justamente o ponto da confiança, não é porque elas não têm informação, não é porque elas são fáceis... A engenharia social está muito avançada e muitas vezes nem chega nesse ponto. É simplesmente o fato de confiar. (P. Grupo Focal 2)

Nesse sentido, o WhatsApp possui algumas particularidades importantes para ser colocado como principal fonte de *fake news*. Primeiro porque uma pesquisa de 2020 da Fiocruz²³ mostrou que 73,7% das informações e notícias falsas sobre o novo coronavírus circularam, de fato, por este aplicativo. Além disso, ele foi citado como uma forma de se informar sem, necessariamente, a intenção de fazê-lo. É o que comenta este participante: “Eu tentava não ver nada, porque eu não fiquei muito bem no começo. (...) mas eu recebia mensagens no WhatsApp, mensagens que eu não buscava, mas que chegavam, então acho que tem uma espécie de acesso sem buscar, que vinha pelo WhatsApp” (N. Grupo focal 1). Além disso, é cada vez mais comum a oferta de planos de dados de internet móvel que oferecem acesso ilimitado a esta plataforma²⁴: “é também um problema dos pacotes móveis, que tu

²³ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-04/whatsapp-e-principal-rede-de-disseminacao-de-fake-news-sobre-covid-19>

²⁴ Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/12/pre-pago-com-whatsapp-ilimitado-conheca-precos-de-claro-oi-tim-e-vivo.ghtml>

geralmente tem WhatsApp ilimitado. Então tu não tem todas essas outras coisas, mas tem o WhatsApp livre.” (N. Grupo focal 1). Ou seja, pelo menos uma parcela da população que possui telefone móvel está limitada ao WhatsApp ilimitado como fonte primária de informação. Diante de uma população conectada e ávida por novas informações sobre uma doença até então desconhecida, um novo fenômeno emerge: a *infodemia*, que é definida pela OMS como o excesso de informação em ambientes digitais, incluindo informações falsas ou enganosas durante um surto de doenças²⁵.

Esse excesso no consumo de informações, que muitas vezes divergem entre si, cria uma sensação de falsa simetria entre aquelas que são verdadeiramente úteis e as que não são baseadas em evidências, tornando difícil a decisão dos sujeitos de escolher no que acreditar. Da mesma forma, na fragilidade de um contexto pandêmico e hiperconectado sem precedentes, a atenção das pessoas tende a se voltar para a busca pela sobrevivência, tanto a sua como a de seus familiares, buscando abrigo em certezas que não necessariamente se baseiam na ciência. Assim, as decisões sobre adotar ou não as medidas recomendadas pelas autoridades governamentais de saúde, em que informação acreditar ou qual orientação seguir são ambivalentes (Bauman, 1999), porque não estão postas como alternativas óbvias e racionais, mas sim como interpretativas, baseadas não apenas na falta de conceitos e pré-conceitos sobre uma doença nova, mas também no estado existencial humano de dúvida. Nesse sentido, Bazzanella (2012) aborda a questão da ambivalência em Bauman, que transcende o mecanismo racional conceitual porque o ser humano não encontra respostas, receitas ou fórmulas que remedeiam todas as angústias e temores, mas sim indicativos de possibilidades, “cabendo a cada um querer ou não tomar um caminho e que, apesar de todos os nossos esforços de construção de certezas, continuará sendo apenas um caminho, contingente, precário, incerto” (BAZANELLA, 2012, p. 3)

Essa busca por uma certeza que não existe gera sintomas como exaustão e sensação de desordem, os quais estão sempre presentes na lógica do modelo de civilização ocidental contemporâneo e representam justamente a manifestação da ambivalência em nossa esfera existencial:

²⁵ Informação obtida através do site da Organização Mundial da Saúde. Disponível em <https://www.who.int/health-topics/infodemic#tab=tab_1>. Acesso em 20 fev 2022.

Neste sentido, a ambivalência caracteriza-se pela dificuldade que enfrentamos de nomear, ordenar, dar sentido ao mundo. Estes sintomas de desordem, estes paradoxos expressos em situações ambivalentes na base do modelo civilizatório ocidental, nos trazem um profundo desconforto na medida em que somos incapazes de nos posicionar “adequadamente” a partir de uma determinada ordem que nos possibilite a segurança, fazer opções com garantias diante das inúmeras possibilidades de ação colocadas à existência. (BAZANELLA, 2012, p. 5-6)

A ambivalência se coloca como o reverso da ordem, expondo a fragilidade das crenças universalizantes sobre a existência propostas pela lógica civilizatória ocidental moderna, em face à pluralidade de forças e agentes existentes na vida social e impulsiona o sujeito a superar a passividade e a aceitação mecânica de convicções há muito tempo alicerçadas (BAUMAN apud BAZANELLA, 2012, p. 16-17). Assim, a percepção dos sujeitos sobre o contexto atual de pandemia, hiperconexão e constante vigilância de dados, ainda que possa se assemelhar com outros eventos históricos, precisa ser explorada como um fenômeno ainda não reconhecido por conceitos pré-estabelecidos. Também é preciso considerar a curva de aprendizado percebida durante o período pandêmico. Se no primeiro semestre de 2020 o mundo se mostrou despreparado para a pandemia em diversos aspectos, a falta de conhecimento sobre a doença pode ter sido um importante fator para a falta de confiança nas informações veiculadas na época: “A falta de certezas, de fatos, abriu um leque para muitos questionamentos” (J. Grupo focal 2). Para os dois grupos, esta curva de aprendizado fez com que a desinformação diminuísse e fosse, aos poucos, dando lugar à informação, sobretudo após o início das campanhas pró-vacinação. O mesmo argumento é válido para a aplicação dos dispositivos de vigilância digital no combate à pandemia, questão que será tratada em detalhes posteriormente. Uma participante comenta que:

O Brasil não estava preparado, então teve que fazer tudo assim, meio rapidão, “vamos fazer, vamos fazer, vamos fazer” e de algum jeito vai dar certo. E isso também causa total estranheza, assim, das pessoas que não estão acostumadas a ver isso. Muita gente ficou de cabelo em pé, então isso aí também deu um grande start, um grande boom para fake news. Porque, pô, imagina, “o Brasil está usando tecnologia chinesa para rastrear pessoas”, sabe?

As mídias tradicionais também foram mencionadas como importantes fontes de informação massiva: a televisão, o rádio e os jornais. Isso não significa que estar na televisão seja sinônimo de ser verdade. Os dois grupos teceram diferentes críticas às mídias tradicionais. O grupo formado por trabalhadoras da área da tecnologia problematizou as mídias tradicionais como também possíveis fontes de desinformação. Isso porque cada meio de comunicação é

dotado de conflitos de interesses entre os atores envolvidos, o que é permeado por interesses políticos e acompanha a polarização presente neste campo. A televisão possui uma ambivalência particular: ao mesmo tempo em que mantém o status de mídia associada ao ambiente doméstico, ocupado pelas “donas de casa”, é também observada como motivo de desconfiança, principalmente com a popularização do WhatsApp:

Aí a gente chegou eu acho que naquele momento de fevereiro de 2021, que teve a questão de vacinas e muito mais propagandas pró vacinas, que foi muito pautado dentro da televisão, dentro dos meios de comunicação sociais que são mais gente de dentro de casa, dona de casa, digamos (...) foi aí que começou o pessoal a pensar “Pô, é real, está no programa da Fátima”. Tava o Átila falando sobre vacina, então deve ser real, porque eu confio na Fátima. Então, o que ela está falando é uma informação real. (M. Grupo focal 2)

Tem o ponto das pessoas não confiarem na TV, mas essas mesmas pessoas confiarem no amigo que te manda o link que você não sabe a procedência. É como se fosse um jogo em que eles confiam mais nas pessoas próximas do que na TV, [porque] a TV ou as grandes corporações estão sempre fazendo uma coisa muito macabra, que as pessoas precisam dessa necessidade de descobrir uma mentira, sabe? (J. Grupo focal 2)

No contexto das mídias tradicionais, é preciso pontuar a dimensão continental do Brasil, como um dos participantes chama a atenção: “muitos brasileiros e brasileiras não têm internet, o veículo para eles ou é a TV, ou é rádio. (...) Agora, eu não ouço o rádio da Amazônia, eu não ouço o rádio do centro-oeste, eu não sei o que tá transmitindo pra eles, não faço a menor ideia”. (M. Grupo focal 1). Para o GF1, formado por doutorandos da UFSC, o problema também está no debate sobre a democratização da informação. Um dos participantes comenta que esta pauta aparece há mais de 30 anos na sociedade brasileira, mas só foi levada para a esfera pública uma vez, em 2009, na 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). O evento foi um marco nas políticas de comunicação por ter sido o único espaço institucionalizado que reuniu Executivo, Legislativo, empresários e sociedade civil para debater propostas de políticas públicas de comunicação no Brasil. Foram cerca de 30 mil pessoas mobilizadas e um caderno de resoluções com mais de 600 recomendações²⁶. A principal preocupação é com os monopólios de comunicação no Brasil:

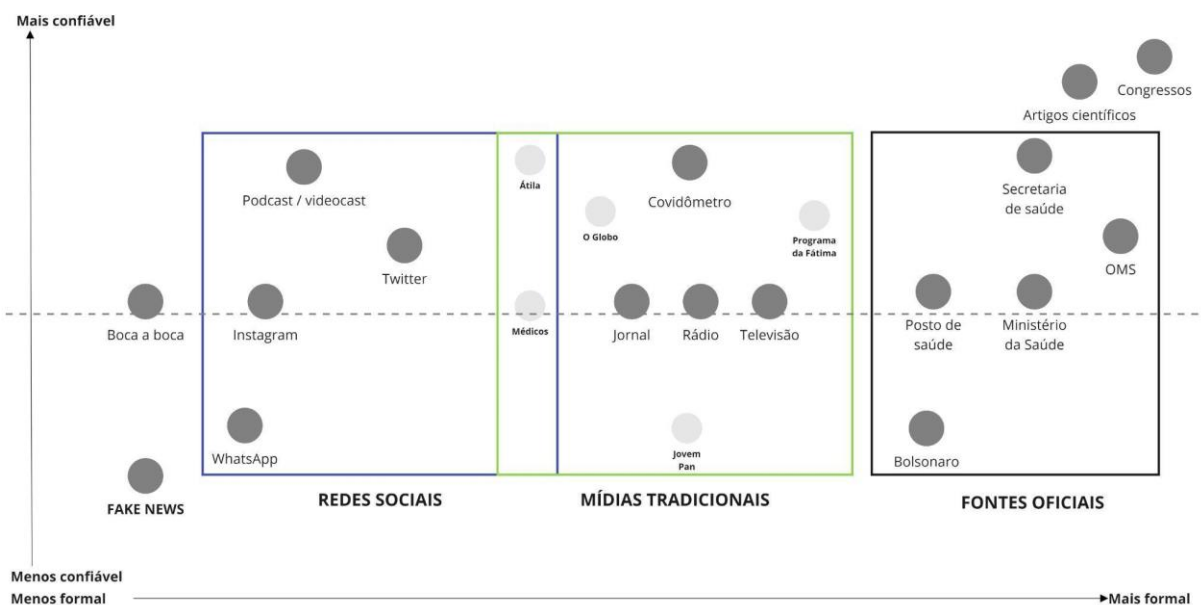
Santa Catarina é um exemplo disso. A gente tem a TV, o jornal impresso de maior circulação, a TV mais assistida, a base de dados de internet mais acessada e a TV comunitária, que antigamente era a TVCom, do mesmo grupo. Então, a informação

²⁶ Disponível em: <https://intervozes.org.br/confecom/>

que é vinculada na mídia impressa, na mídia digital, na TV, mesmo sendo uma informação falaciosa, ela se torna real, porque ela é repetida constantemente. (R.L. Grupo Focal 1)

O terceiro local citado como importante fonte de informação massiva, depois das redes sociais e das mídias tradicionais, foram os postos de saúde. Curiosamente, mesmo se tratando de instituições governamentais de saúde, não foram citadas como fontes seguramente confiáveis. Isso ocorre porque, segundo participantes, a informação nesses casos atravessa a dimensão pessoal da opinião de quem irá repassá-la. Não são incomuns os relatos de profissionais da saúde negacionistas, antivacina ou a favor de tratamentos sem comprovação científica. É o caso, por exemplo, dos Médicos Pela Vida, associação que conta com mais de 200 profissionais que defendem e recomendam o tratamento precoce contra a Covid-19²⁷. Posteriormente, a categoria “documentos oficiais”, também citada pelos participantes como fonte de informação, será aprofundada. Considerando as discussões observadas nos dois grupos focais, pode-se dizer que houve consenso em relação às fontes de informação que os participantes acreditam terem sido utilizadas pela maior parte das pessoas desde o início da pandemia. A figura abaixo representa essa percepção:

Figura 2 – Representação das fontes de informação



Fonte: elaboração da autora

²⁷ Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/justica/mpf-abre-acao-contra-associao-que-defendeu-tratamento-precoce>

A segunda pergunta disparadora buscou direcionar o debate para a perspectiva pessoal da busca por informação. As perguntas realizadas foram “Você se informou sobre o assunto nesse período? Em que locais, fontes e canais? Você sempre se informou por esses meios ou isso mudou de lá pra cá?”. Para essas perguntas, foi possível perceber acentuada divergência nas respostas. O grupo de universitários se identificou como parte de um lugar muito privilegiado e pouco acessível, que denominaram “bolha universitária”, na qual se faz presente apenas um seleto grupo de pessoas altamente intelectualizadas, que participam de eventos acadêmicos e estão habituados à leitura e à escrita científica. Por isso, relacionam essa posição ao correto discernimento entre notícias verdadeiras e falsas. O grupo ficou dividido em duas posições quanto à estratégia utilizada para se informar com segurança, conforme quadro abaixo:

Quadro 4 – Estratégias utilizadas para se informar com segurança

Fonte	Estratégia
Consumir de fontes, canais e locais diversos.	Realizar filtros: a) buscar a fonte primária da informação, como o estudo do qual se originou o dado; b) definir pessoas específicas como confiáveis. (o exemplo dado foi o biólogo Atila Iamarino); c) sempre conferir as notícias em sites específicos de agências de checagem de informação.
Definir uma fonte oficial de informação e guiar-se apenas por ela. Exemplo: Secretaria de Saúde ou OMS.	Ausentar-se de locais cujas fontes sejam incertas (por exemplo, sair de grupos do WhatsApp).

Fonte: elaboração da autora

O grupo de trabalhadoras da área da tecnologia, por sua vez, se colocou de maneira diversa, já que cada participante se relacionou com as informações da pandemia de uma maneira diferente. Porém, houve um ponto de convergência, que ocorreu por motivos e em períodos diferentes para cada uma: a fuga das notícias ou, nos termos de uma participante, o ato de “fugir da desgraça”.

Quadro 5 – Relação das participantes com as informações da pandemia

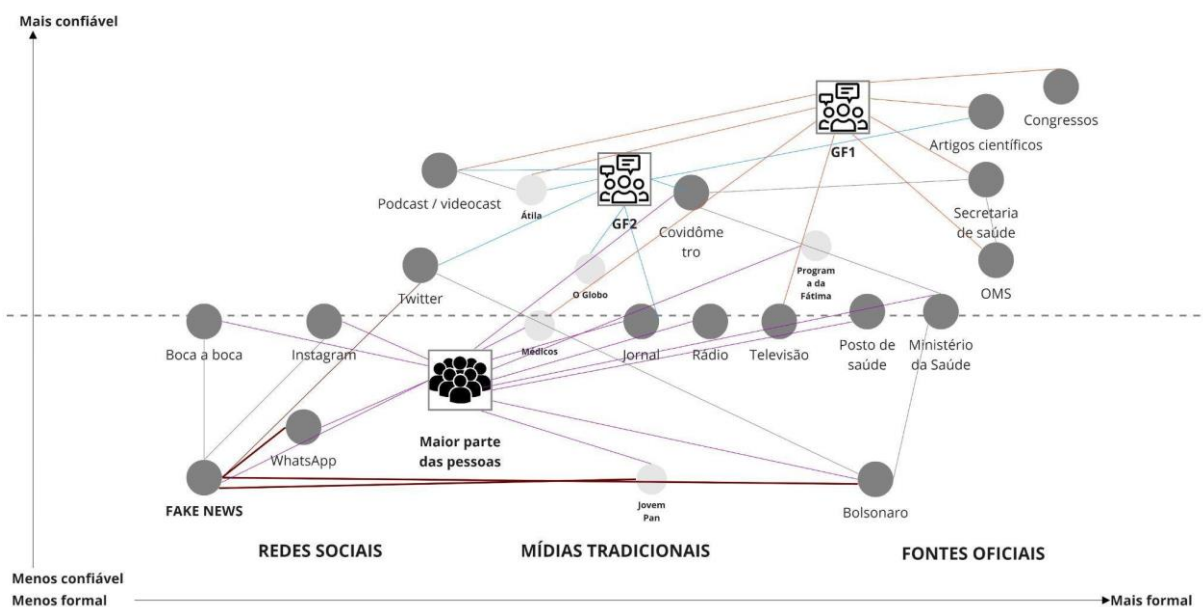
Participante	Busca por informação	Fontes
M.	Buscava saber os dados de infectados e mortos todos os dias, o tempo todo em 2020. Início de 2021 parou, por orientação da	Twitter, jornal digital (O Globo), site da OMS, artigos científicos.

	psicóloga.	
J.	Se informava passivamente, pelas informações que chegavam pelas redes sociais. Assistia as lives do Átila Iamarino. Após um período, parou por motivos de bem estar.	Instagram, YouTube (Átila Iamarino), gráfico do Google, covidômetro do estado, jornal digitais (Folha).
P.	Nunca buscou informação sobre infectados e mortos, fugiu das notícias durante toda a pandemia.	Nenhuma. ²⁸

Fonte: elaboração da autora

A figura abaixo representa visualmente em que local os participantes dos grupos focais se colocaram em relação às fontes de informação, bem como a forma como perceberam o núcleo referido como “maior parte das pessoas”. O GF1 se mantém próximo das informações mais confiáveis e mais formais. O GF2 aparece mais próximo das fontes menos formais, ainda que confiáveis, sabendo discernir uma *fake news* de uma notícia real. Já a “maior parte das pessoas” foi percebida por ambos os grupos como bastante suscetível às *fake news*, aproximando-se das fontes menos formais e menos confiáveis.

Figura 3 – Mapa de relações dos grupos com as fontes de informação



Fonte: elaboração da autora

²⁸ Esta participante trabalhava com proteção de dados e manteve-se restrita aos documentos sobre proteção de dados das autoridades mundiais que utilizava no trabalho e, portanto, às informações que estes documentos carregavam.

5 DOCUMENTOS OFICIAIS, NEGACIONISMO E BOLSONARO

O caso brasileiro é observado como especialmente obscuro pelo padrão negacionista e pseudocientífico²⁹ adotado como discurso oficial por Jair Bolsonaro. A desinformação partiu do governo federal, mas extrapolou com o advento das mídias sociais, principalmente no WhatsApp, onde Bolsonaro e seus seguidores se fazem muito presentes. Nesse sentido, ocorre um efeito contrário ao esperado pela diversificação de fontes, que ao invés de democratizar a informação, podem acabar gerando um excesso de desinformação. O grupo que problematiza as ações do governo federal durante a pandemia argumenta que elas foram coordenadas e intencionais, de cunho político e não aleatório.

O fenômeno trazido pelo grupo possui um nome: necropolítica (MBEMBE, 2016). Segundo o autor, a necropolítica opera pelo extermínio de populações e possui a soberania como expressão máxima do poder e da capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Assim, “matar ou deixar viver” constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais e “exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (MBEMBE, 2016, p. 123). Bolsonaro utilizou o Estado para colocar em prática o poder da morte sobre qualquer possibilidade de vida quando optou por disseminar notícias falsas, negar a ciência, promover tratamentos ineficazes, adiar a compra de vacinas, zombar das vítimas e de suas famílias e, principalmente, reforçar a falsa oposição entre vida e economia, como se fossem polos opostos. Este fator é importante porque salienta uma dimensão importante da discussão sobre a aderência dos dispositivos de vigilância digital na pandemia, que é a descrença na ciência. A complexidade do caso brasileiro, entretanto, não se dá apenas pela polarização entre negacionismo e ciência. Na verdade, ela é muito mais profunda. Uma participante exemplifica:

Teve uma época que eu, quando voltei a sair em lugares mais abertos, começava a conversar com as pessoas e aí eu descobria vários antivax ao meu redor. Eu ficava assim, extremamente brava com isso, porque algumas pessoas talvez tivessem posicionamento ideológico mais alinhado com a direita ultraconservadora, que num modo mais geral é quem disseminou muita fake news, mas outras pessoas não. Eu tinha algumas amigas, amigas não, conhecidas, pessoas que têm posicionamento político até mais alinhado com a esquerda e que estavam acreditando nessas teorias da conspiração de não tomar a vacina. Essas pessoas me chamaram muita atenção. (P. Grupo Focal 1)

²⁹ <https://jornal.usp.br/ciencias/estudo-atesta-discurso-negacionista-de-bolsonaro-nos-primeiros-seis-meses-de-pandemia/>

Outros participantes do mesmo grupo complementam concordando que o movimento antivacina não começou com a pandemia. Um deles lembra que, em sua época de graduação, tinha colegas que eram contra a vacina da gripe porque a consideravam um gasto de dinheiro público desnecessário, uma vez que ela não protegeria contra um amplo escopo de variantes. Outro comenta já ter visto anteriormente movimentos contra todas as vacinas, como sarampo e poliomielite, fazendo com que a cobertura vacinal diminuísse e as doenças voltassem. O fator novo, no caso da pandemia de Covid-19, foi o fato do discurso antivacina ter se tornado oficial, dando vazão para que as pessoas possam defender isso publicamente sem nenhum constrangimento moral. Ou seja, a pandemia parece ter “tirado debaixo do tapete” problemas que já existiam antes do presidente da República ser negacionista, mas que agora encontraram lugar nos discursos oficiais.

Um dos impactos da pandemia foi deixar ainda mais nebuloso o que se entende por informação oficial, o que se confirmou nos grupos focais. O GF1 destacou a maneira como as informações oficiais foram postas em xeque pela atuação do governo federal na figura de Bolsonaro. Disse uma participante: “Tivemos tantas trocas de ministro da saúde por problemas claramente questionáveis. A gente tem um presidente que fala que vai virar jacaré, um monte de coisas. Então, até essa questão de oficial fica questionável.” (L. Grupo focal 1). Outro, enfatiza: “Bolsonaro não é negacionista. Ele é afirmacionista. Ele afirma a morte, ele afirma a tortura, ele afirma que a vacina aumenta o risco de pegar o HIV. É com esse sujeito que a gente está lidando.” (M. Grupo focal 1). O consenso para este grupo sobre informação oficial foi “aquilo que vem de uma autoridade sanitária”. A OMS e as Secretarias de Saúde foram citadas como exemplo, ainda que certas orientações partidas da OMS tenham sido equivocadas, como quando desencorajou o uso de máscaras³⁰, o fato de ter se corrigido foi o que garantiu a sua legitimidade, devido a complexidade da curva de aprendizado ocorrida na pandemia.

Schmitz (2009, p. 9) define uma fonte oficial como “alguém em função ou cargo público que se pronuncia por órgãos mantidos pelo Estado e preservam os poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário), bem como organizações agregadas (juntas comerciais, cartórios de ofício, companhias públicas etc.)”. Nesse sentido, cabe destacar que a distinção do que é oficial, para o GF1, se aproxima mais da definição convencionalmente estabelecida,

³⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/oms-mantem-indicacao-de-mascaras- apenas-para-profissionais-da-saude-e-infectados.shtml>

enquanto o segundo grupo possuiu um entendimento diferente sobre o que é oficial. Para as participantes do GF2, fontes oficiais são aquelas que “acredita-se que sejam confiáveis”, como pessoas específicas em redes sociais ou meios de comunicação em que existe algum tipo de regulação da informação.

6 AS FORMAS DA VIGILÂNCIA DIGITAL EM SAÚDE

A vigilância digital é operada através de diversos elementos infraestruturais presentes nos dispositivos tecnológicos e digitais atuais, mas é importante notar que nem todos exigem a interação constante do usuário ou ostensiva autorização para a utilização dos dados fornecidos. É o caso, por exemplo, das antenas de celular. No momento em que um cartão SIM³¹ é adquirido e passa a ser utilizado, as antenas já são capazes de monitorar os dados dos usuários cadastrados. A precisão é ainda maior pela ativação do GPS³², quando as informações de localização passam a ser cruzadas com satélites. Esses dados não estão disponíveis para qualquer pessoa que deseje espionar outra, mas fazem parte do conjunto de dados que são armazenados diariamente pelos sistemas operacionais e pelas operadoras de telecomunicação. A fala de um participante evidencia essa questão:

Olha, essa percepção vem de antes da informática, da internet, com rádio, TV, satélite. A gente passou a ter informação em tempo real, cada vez mais depressa, com a rede, então muito mais depressa. Então, nós sabemos de tudo o tempo todo. (...) Mas eu acho que essa é principalmente a onipresença e ciência que vem de antes da internet. O satélite já começou isso lá nos anos 60. (M. Grupo focal 1)

Com a popularização das redes sociais e da utilização de aplicativos para utilidades cotidianas, outras maneiras de vigiar os usuários, cada vez mais precisas, passam a ser aplicadas. Uma das formas de vigilância está em monitorar os padrões de mobilidade de grupos de pessoas, sem necessariamente cruzar esses dados com outras informações. É a forma como estão apresentados os Relatórios de mobilidade da comunidade de Covid-19 do Google³³, por exemplo. Esta forma de controle visa identificar regiões, cidades, estados ou países com maior aderência aos lockdowns e podem ser utilizadas pelas autoridades para averiguar regiões com mais altos riscos de contágio de forma anonimizada. Ainda utilizando a geolocalização, é possível observar mapas de calor para reconhecer aglomerações em diferentes níveis e locais.

³¹ O cartão SIM (sigla em inglês para: subscriber identity module, em português: "módulo de identificação do assinante"), também conhecido como chip no Brasil, é um cartão inteligente utilizado para identificar, controlar e armazenar dados de telefones celulares de tecnologia GSM (Global System for Mobile Communications) sendo obrigatório nestes aparelhos.

³² O sistema de posicionamento global, mais conhecido pela sigla GPS (em inglês global positioning system), é um sistema de navegação por satélite que fornece a um aparelho receptor móvel a sua posição, assim como o horário, sob quaisquer condições atmosféricas, a qualquer momento e em qualquer lugar na Terra; desde que o receptor se encontre no campo de visão de três satélites GPS.

³³ Disponível em: <https://www.google.com/covid19/mobility/?hl=pt>

Outra maneira de vigilância baseada na localização se dá pelo reconhecimento dos percursos realizados pelos sujeitos, através da observação de seus mapas de origem e destino. Partindo para uma dimensão mais profunda da vigilância, podem ser constatadas questões como idade, classe social, gênero e características econômicas, de maneira individual. A forma mais profunda de vigilância é o rastreamento individual dos sujeitos de forma não anonimizada, como, por exemplo, a tecnologia utilizada no rastreamento de contatos.

Diferentes funcionalidades são cruzadas para identificar perfis de consumidores utilizando análise de agrupamento, também conhecida como clusterização, exemplificada na fala de uma participante: “o Google me conhece melhor do que eu mesma” (J. Grupo focal 2). Na pandemia, o modelo mais avançado de vigilância digital foi o de *contact tracing*, no qual pessoas contaminadas, sejam elas testadas ou possíveis assintomáticas, são monitoradas e orientadas a realizar a quarentena. Esse modelo de vigilância cruza os dados de geolocalização e pode ainda utilizar os sinais de Bluetooth³⁴ para detectar contatos a curta distância. Em determinado momento dos grupos focais, buscou-se entender o que os participantes conheciam sobre os dispositivos de vigilância digital aplicados durante a pandemia. A discussão partiu do seguinte questionamento: “Você já se deparou com algum dispositivo, ferramenta ou aplicativo cujo objetivo era controlar a passagem de pessoas infectadas pela Covid-19 em um determinado local? O que você acha sobre esse tipo de ferramenta? Por quê?”. Todos os exemplos lembrados pelos participantes estão no quadro abaixo:

Quadro 6 – Exemplos de dispositivos citados pelos participantes

Grupo	Dispositivo	Tipo de política	Nível	Local
Ambos os grupos	SMS (aviso de pessoa infectada próximo de casa)	pública	municipal	Florianópolis
GF1	Aferição de temperatura no supermercado	pública	estadual	Santa Catarina
GF1	Relatório de Mobilidade da Comunidade	privada	global	Mundo (Google)
GF1	WeChat	pública	federal	China
GF2	QR Code ônibus	pública	municipal	Florianópolis
GF2	Câmera térmica no aeroporto	privada	municipal	Florianópolis

³⁴ O Bluetooth é uma rede sem fio que possibilita conectar e trocar informações entre dispositivos através de uma frequência de rádio de curto alcance.

GF2	Conecte SUS	pública	federal	Brasil
GF2	Pase Movilidad	pública	federal	Chile

Fonte: elaborada pela autora

Notadamente, foram poucos os exemplos trazidos pelos participantes, o que evidencia a falta de conhecimento sobre as mais diversas formas de vigilância digital aplicadas no Brasil e no mundo. Assim como o cenário político, que em boa parte do mundo tende à polarização, as respostas dos governos à pandemia se mostraram como dois extremos: o *lockdown* completo de determinadas regiões ou o negacionismo em nome de “salvar a economia”. Mesmo assim, ao longo dos mais de 28 meses de pandemia, diferentes dispositivos de vigilância digital surgiram, em diferentes formatos, níveis e abrangências. Singapura, Coreia do Sul e Nova Zelândia foram exemplos de países que se apropriaram dos dados de locomoção de suas populações. Alguns países foram lembrados pelos participantes quando questionados se algum em específico foi alvo de atenção. As respostas e os motivos do destaque de cada país citado estão expressos nas tabelas abaixo. Curiosamente, apenas um dispositivo de vigilância digital, de um país, foi trazido por uma participante, conforme grifo abaixo:

Quadro 7 – Países citados pelos participantes do GF1

País	Motivo
Nova Zelândia	País que mais apareceu nas mídias tradicionais como bem sucedido.
Austrália	Fake news sobre quem não tomou vacina não poder circular na rua.
China	Resposta efetiva em termos percentuais. Unicidade de informação, país obediente, capacidade estrutural de criar hospitais rapidamente, fechamento de aeroportos e do mercado, pesquisa rápida sobre vacinas. Muitas fake news. Políticas autoritárias (isolamento hiper-riguroso). WeChat como exemplo de vigilância digital.
Brasil	SUS: se não tivesse esse sistema capilarizado, descentralizado e fortalecido que minimizou ou diminuiu os danos, eles seriam muito mais graves.

Fonte: elaboração da autora

Quadro 8 – Países citados pelos participantes do GF2

País	Motivo
Portugal	Foi categórico em não permitir o compartilhamento de dados; divergiu da Espanha, sendo que as políticas dos dois países normalmente convergem.

Espanha	Teve muitos debates sobre tratamento de dados.
França	Proibiu a entrada de brasileiros.
Estados Unidos	Mesmo com um número de casos muito alto, manteve as fronteiras abertas.
Israel	Retirou precocemente as máscaras.
Nova Zelândia	Teve poucos casos e conseguiu controlar.
Chile	Pase Movilidad e alta taxa de transmissão.
Uruguai	Bom controle de casos no início, mas que depois não continuou.
Coreia do Sul	Retirada precoce das máscaras.

Fonte: elaboração da autora

O único exemplo de país lembrado especificamente por ter aplicado um dispositivo de vigilância em saúde durante a pandemia foi o caso da China. Países orientais tendem a ser lembrados como exemplos da aplicação de dispositivos de vigilância digital (Han, 2020), especialmente porque já possuem um histórico da aplicação desses dispositivos em epidemias passadas, a exemplo da SARS (Síndrome Respiratória Aguda Grave) em 2002 e MERS (Síndrome Respiratória do Oriente Médio) em 2012. A Coreia do Sul, por exemplo, passou pela MERS em 2015. Na época, o Ato de Controle e Prevenção de Doenças Infecciosas (IDCPA) foi bastante discutido e modificado. Han (2020), filósofo sul-coreano, analisa as vantagens que oferece o sistema da Ásia no controle de epidemias e afirma que:

Sobretudo, para enfrentar o vírus os asiáticos apostam fortemente na vigilância digital. Acreditam que no big data poderia encontrar-se um potencial enorme para defender-se da pandemia. Poderíamos dizer que na Ásia as epidemias não são combatidas apenas pelos virólogos e epidemiólogos, mas sobretudo também pelos informáticos e os especialistas em macrodados. Uma mudança de paradigma da qual a Europa ainda não se deu conta. Os apologetas da vigilância digital proclamariam que o big data salva vidas humanas. (HAN, 2020)

A China foi caracterizada pelo GF1 como um “país obediente” e, por esse motivo, lá, a vigilância exerceria uma função utilitária e eficaz contra a pandemia. O WeChat é um dos aplicativos de mensagens mais populares do mundo, com 1,2 bilhão de usuários mensais, sendo também a rede social mais utilizada no país asiático. Além de mensagens instantâneas, o aplicativo compreende diversas funcionalidades, como pedir comida, fazer compras, chamar táxi, ver postagens de amigos, jogar minigames, compartilhar imagens temporárias, entre

outros. Ele também permite realizar ligações internacionais cobrando pequenas taxas e é interligado a um recurso de tradução para mais de 20 idiomas³⁵.

Na pandemia atual, a mobilidade dos usuários do WeChat na China passou a ser monitorada pelo governo, que atribuiu a cada pessoa um código referente ao seu estado de saúde. Os dados pessoais, de geolocalização e de saúde — advindos da base de dados do governo — foram cruzados para definir o risco que aquele sujeito representava e, conseqüentemente, se ele poderia ou não sair de casa. A aderência a esse dispositivo de vigilância se deu pela esperança de receber permissão para sair de casa (BRENOL, 2021). Porém, não houve garantia de segurança dos dados fornecidos:

O perigo do wechat é que a linguagem de programação desenvolvida para atribuir código verde, amarelo ou vermelho não é transparente, não está publicizado em código aberto. Essa condição impossibilita que a comunidade interessada verifique a lógica da programação. O código aberto permitiria que se visse qual linha de programação garante a anonimização dos dados, quais os critérios atribuídos a cada cor de código e outras informações. O bônus de quem atinge o verde é liberdade de ir e vir, o ônus fica por conta da questão da privacidade. (BRENOL, 2021, *online*)

As particularidades descritas evidenciam discrepâncias existentes entre os históricos dos países, bem como as diferenças sociais e culturais, que devem ser consideradas pelos governos ao pensar sobre a legislação. Um dos perigos de se traduzir soluções advindas de outros contextos sem considerar as particulares conjunturas e cenários está no risco de condenar certas populações a maiores riscos. Vejamos o exemplo o WeChat que, com o auxílio de inteligência artificial, atribuiu códigos aos usuários de acordo com o risco percebido em seus dados. Se fosse traduzido para o contexto brasileiro sem que se considerasse os altos índices de desigualdade, além da falta de infraestrutura, tal dispositivo poderia se tornar não mais uma ferramenta de vigilância digital, mas um instrumento da necropolítica, já que pessoas historicamente vulnerabilizadas e marginalizadas no país, como populações negras e povos indígenas, tendem a receber pontuações menores e ser diretamente afetadas no caso da necessidade de decidir quem deve viver ou morrer quando há escassez de respiradores³⁶.

Ou seja, analisar e intervir sobre os fenômenos decorrentes da circulação e transmissão do Sars-CoV-2 não se resume a identificar o vírus, compreender sua disseminação e controlá-lo. A colocação em cena da Covid-19 em diferentes

³⁵ Disponível em: <https://canaltech.com.br/apps/wechat-vs-whatsapp-comparativo-168841/>

³⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2021/01/com-baixa-oferta-de-oxigenio-medicos-dizem-ter-que-escolher-quem-tera-assistencia-em-manaus.shtml>

contextos, espaços e linguagens, especialmente em situações de extrema desigualdade socio sanitária, expõe a multiplicidade e especificidade do fenômeno pandêmico desde sua dimensão macrossocial até a capilaridade micropolítica nas formas e estratégias de produção do cotidiano. (MATTA et al, 2021, p. 15)

Na União Europeia, a legislação vigente é o GDPR (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), criado em 2018 e aplicável a todos os sujeitos na União Europeia (UE) e no Espaço Económico Europeu (EEE). O GDPR permite o tratamento de dados pessoais por autoridades de saúde e por empresas privadas de saúde, a depender do contexto da doença em cada país e seguindo as determinações previstas na lei. Cada país, por sua vez, possui suas legislações específicas. Na comparação entre países asiáticos e europeus, percebe-se uma profundidade muito maior na vigilância digital aplicada pelos países orientais, como Coreia do Sul, Hong Kong e Japão (Han, 2020). Um exemplo do quão avançadas tais tecnologias já estão pode ser observado no caso da China, onde a empresa Hanwang Technology anunciou a criação do primeiro dispositivo de reconhecimento facial capaz de identificar rostos de pessoas mesmo que estejam utilizando máscaras³⁷.

O contexto brasileiro, entretanto, não se assemelha em quase nada com os dois exemplos citados. Os registros dos dispositivos de vigilância digital utilizados no Brasil encontram-se dispersos em diferentes espaços de informação. Além disso, muitos desses dispositivos são novos, ainda estão em fase de desenvolvimento, ou ainda, foram aplicados em contextos específicos, como empresas ou universidades. Outro fator que dificulta o mapeamento desses dispositivos é o fato deles serem aplicados majoritariamente no âmbito local. Diante disso, mapear cada uma das iniciativas realizadas individualmente demandaria maior esforço, tempo e recursos. No entanto, cabe aqui discutir indicações que possam elucidar, de forma geral, como se deu o encadeamento da aplicação desses dispositivos desde o início da pandemia e as suas consequências na sociedade brasileira, com base nas percepções dos sujeitos participantes deste estudo.

Para todos os participantes dos grupos focais, o Brasil não se mostrou eficiente na utilização da vigilância digital como política de saúde pública. Para eles, o que houve foi uma tentativa sem coordenação de imitar soluções aplicadas em outros países, mas sem considerar a complexidade da conjuntura brasileira. Tal percepção se confirma condizente com as evidências mostradas pela exploração realizada nesta pesquisa. No Brasil, a maior parte dos

³⁷Reuters, 2020. Disponível em <<https://www.reuters.com/article/us-health-coronavirus-facial-recognition-idUSKBN20W0WL>>

empresas brasileiras também passaram a desenvolver aplicações que reproduzem os modelos utilizados ao redor do mundo. Entretanto, naquele momento, o Brasil ainda não possuía um marco regulatório específico sobre proteção de dados. A LGPD, ainda que aprovada em 2019, após idas e vindas entre anos de debates, entrou em vigor em setembro de 2020. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) prevista na LGPD, por sua vez, só passou a existir em 2021.

A LGPD foi inspirada na GDPR europeia, que autoriza o tratamento de dados pessoais pelas autoridades públicas, mas também por instituições privadas, sendo o controle das medidas realizado em momento posterior ao tratamento em si, seja pelas autoridades, seja pelo sistema jurídico. O voto da ministra Rosa Weber rompeu com essas duas diretrizes, não apenas proibindo a coleta de dados, mas também exigindo a apresentação — anterior ao tratamento — de um estudo de impacto da resolução proposta na MP. Palhares (2020) ressalta que tal discrepância seria sugestiva de maior desconfiança em relação aos políticos brasileiros e suas formas de atuação durante o momento de crise.

Entre os governos estaduais e municipais, o governo de São Paulo e a prefeitura do Rio de Janeiro foram os primeiros a firmar parcerias com empresas de telefonia, nos primeiros meses de pandemia (PALHARES, 2020). Outros governos optaram por utilizar os dados da empresa de segurança digital In Loco⁴⁰, startup focada em dados que divulgou mapas mostrando os níveis de aderência às medidas de isolamento no Brasil, os quais foram: Alagoas, Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Piauí, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além das prefeituras do Recife, de Teresina e Aracaju⁴¹. O banco de dados da In Loco é abastecido por rastreadores instalados em centenas de aplicativos e, na época, já contava com mais de 60 milhões de smartphones rastreados em todo o território brasileiro.

Alguns municípios, já no início da pandemia, tomaram medidas diferentes ao implementar sistemas próprios de vigilância. Foi o caso de Florianópolis, que utilizou serviços de SMS⁴² para alertar moradores próximos de pessoas infectadas com o

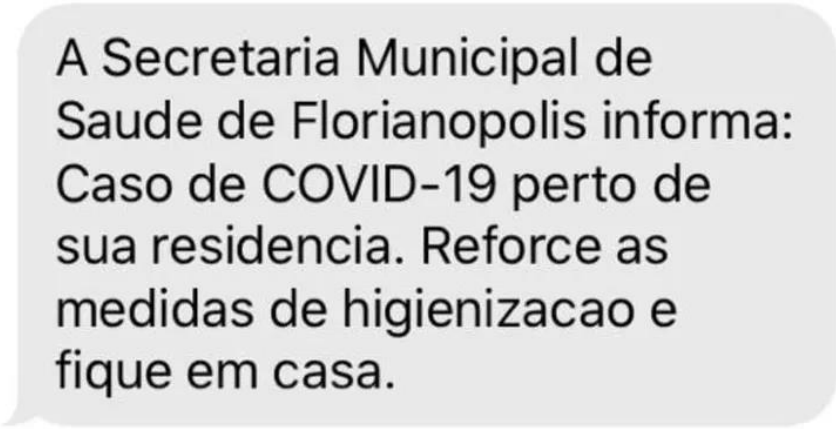
⁴⁰ Disponível em: <https://abesssoftware.com.br/in-loco-adapta-sua-tecnologia-de-geolocalizacao-para-ajudar-no-combate-a-covid-19/>

⁴¹ Coronavírus: uso de dados de geolocalização contra a pandemia põe em risco sua privacidade? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52357879>

⁴² SMS (Short Message Service), em português, serviço de mensagens curtas, é uma função de um telefone celular que permite enviar mensagens curtas de um aparelho a outro.

coronavírus sobre o risco. Este foi o dispositivo mencionado por ambos os grupos focais em suas falas, no quadro 6, e que ficou bastante marcado no imaginário da população local, sendo comumente lembrado em rodas de conversa sobre o assunto. Pessoalmente, lembro bem da tensão que senti no momento em que recebi um SMS, nos primeiros meses da pandemia, quando pouco sabíamos sobre o assunto, informando um caso da doença próximo da minha casa, cujo texto aparece na figura:

Figura 4 – SMS enviado pela prefeitura de Florianópolis



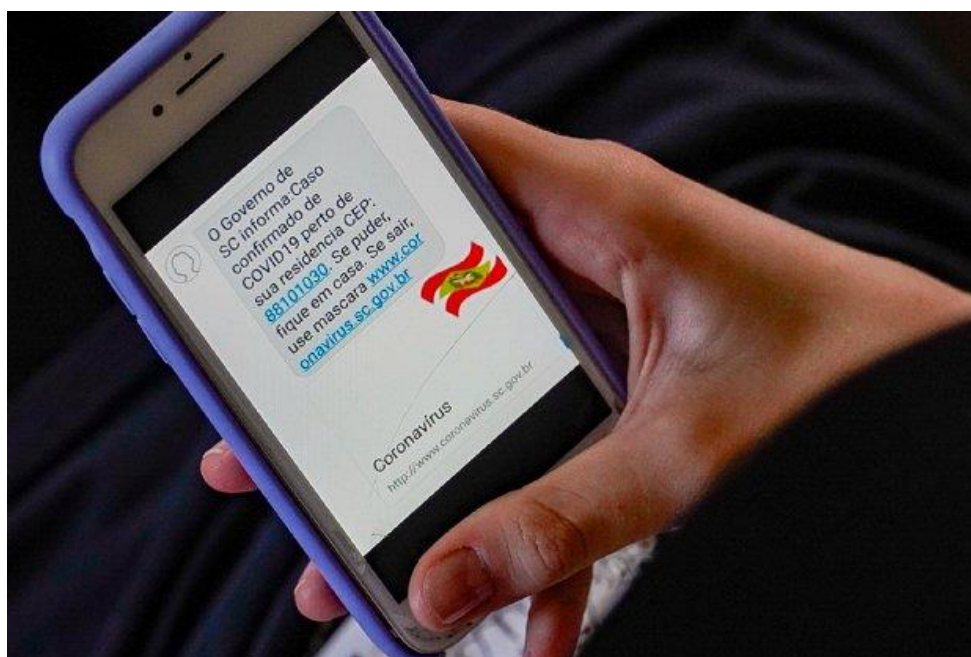
A Secretaria Municipal de Saude de Florianopolis informa: Caso de COVID-19 perto de sua residencia. Reforce as medidas de higienizacao e fique em casa.

Fonte: reprodução G1⁴³.

O dispositivo em questão foi desenvolvido por um grupo de empresas da ACATE e cruza informações do seu banco de dados as disponibilizadas pela Prefeitura de Florianópolis para definir os destinatários. A iniciativa foi uma clara inspiração para o governo do estado que, além de utilizar os dados da In Loco, passou a ter também o próprio dispositivo de notificação de pessoas infectadas em locais próximos, seguindo o mesmo modelo municipal:

Figura 5 – SMS enviado pelo governo de Santa Catarina

⁴³ Disponível em <<https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/04/14/coronavirus-em-florianopolis-jovens-e-adultos-sao-maioria-dos-casos.ghtml>> Acesso em 10 jul 2022



Fonte: reprodução sc.gov.br⁴⁴

Outros governos implementaram diferentes iniciativas utilizando os meios digitais ao longo dos meses subsequentes de pandemia, a exemplo do estado do Amazonas, que implementou um aplicativo de diagnóstico clínico em parceria com empresas e universidades, por meio do qual os sujeitos fornecem os seus dados de estado de saúde e recebem as orientações apropriadas diretamente de profissionais⁴⁵. Houve também o exemplo da cidade do Rio de Janeiro, onde a Prefeitura começou a utilizar as câmeras do Centro de Operações do Rio de Janeiro (COR) para o “rastreamento inteligente”, que combina os dados de câmeras diversas como rosto, roupas, cores e acessórios para identificar pessoas (VELLOSO, 2020). No âmbito federal, o Ministério da Saúde desenvolveu, ainda, um aplicativo de rastreamento de contatos, o Coronavirus – SUS⁴⁶. A solução reconhece contatos a uma distância de até 2 metros e por um tempo mínimo de cinco minutos, funcionando através do envio das informações de contágio por Bluetooth e, segundo o Ministério da Saúde, não rastreia os movimentos da pessoa infectada e não identifica nem a pessoa infectada, nem aquela com quem ela entrou em contato.

Com os exemplos citados, fica evidente a falta de coordenação entre os dispositivos

⁴⁴ Disponível em <https://www.sc.gov.br/component/joomgallery/setoriais/sms-de-casos-de-covid-19-49740>.

⁴⁵ Disponível em <http://coronavirus.amazonas.am.gov.br/amazonas-recebe-projeto-teste-de-aplicativo-para-diagnostico-rapido-da-covid-19/>.

⁴⁶ Disponível em <https://www.gov.br/pt-br/apps/coronavirus-sus>.

de vigilância digital utilizados nos mais diversos níveis durante a pandemia no Brasil. Ocorreram tentativas de reproduzir iniciativas realizadas em outros países, que podem ter tido eficácia a nível local, mas que demonstraram uma falta de articulação entre as autoridades para estruturar soluções extensivas e adaptadas ao contexto brasileiro. Com efeito, a vigilância digital tem um enorme potencial positivo quando utilizada de maneira coordenada como política de saúde coletiva. O vírus da Covid-19 se espalha de maneira mais rápida que o rastreamento manual seria capaz de acompanhar. Nesse sentido, as soluções digitais se mostram como boas aliadas ao processo de vigilância em escala, evitando a necessidade da realização de lockdowns completos. Se utilizados em larga escala, os dispositivos de vigilância digital, combinados com outras medidas de controle, poderiam ser determinantes para o controle da Covid-19.

Contudo, é preciso ter cautela. Estudos recentes revelaram que existem falhas no modelo tradicional de desidentificação e que a anonimização e pseudonimização não são suficientes para impedir que os sujeitos tenham os seus dados reidentificados (Serpro, 2020). Utilizando cruzamentos de dados, como data de nascimento, gênero e etnia, é possível identificar quem é o sujeito em questão (ROCHER; HENDRICKX; DE MONTJOYE, 2019 apud VELLOSO, 2020). Além disso, as diretrizes da GDPR e, conseqüentemente, a LGPD, foram construídas com foco na proteção aos direitos individuais e no consentimento singular, ou seja, desconsideram os aspectos coletivos. Em ambos os casos, há falta de transparência sobre o tratamento de dados e o consentimento dos usuários. A falta de conhecimento dos sujeitos para com empresas cujo modelo de negócio é o rastreamento de pessoas expõe uma assimetria que põe em xeque o argumento de que o consentimento é a única condição necessária para a coleta dos dados.

7 A PERCEPÇÃO DOS SUJEITOS SOBRE VIGILÂNCIA DIGITAL

Para o GF1, a vigilância sempre existiu como política governamental, mas foi aprimorada ao longo do tempo e potencializada pelas mídias digitais. Sobre a aprovação da utilização de vigilância digital como política pública para o controle de pandemias, não houve consenso. Duas posições foram claras: uma que acredita nas novas tecnologias como ferramentas que devem ser utilizadas a serviço do bem estar humano e outra contrária a esta utilização por acreditar que ela diminui a capacidade de subjetivação do ser humano. A primeira posição é ilustrada em uma explicação curiosa:

(...) se eu tivesse um chip na minha mão, por exemplo, chegasse em casa e ele medisse a minha frequência cardíaca, medisse o meu estado de ânimo, medisse se eu tenho algum problema de saúde, poderia me avisar com antecedência. Se eu estivesse meio triste, saí de uma aula chateado e chegasse meio triste em casa e esse próprio dispositivo pudesse me ajudar com uma música relaxante que já liga direto do equipamento, isso seria maravilhoso, entendeu? (R.L.Grupo focal 1)

Outro participante rebate com a segunda percepção: “é de subjetivação absurda achar que precisa de um dispositivo grudado para te fazer feliz. A gente tem que ser triste também. A vida não é uma produção de felicidade constante” (N. Grupo focal 1). Aplicando-se ao contexto da pandemia, a solução indicada por quem defende esta visão é a de encontrar “uma forma que não precisasse da tecnologia, da gente conseguir gerenciar coletivamente, como sociedade não dependente de um dispositivo” (L. Grupo focal 1). Destaca-se a percepção do grupo sobre a ambivalência da ideologia como fator dominante nos dois casos. Por um lado, a ideologia negacionista esteve diretamente ligada com grupos antivacinação, a favor do tratamento precoce e contra o isolamento de pessoas infectadas, o que dificulta a adesão a um dispositivo único de controle:

como foi no Brasil, por exemplo (...) teve várias opiniões, várias pessoas, seguindo várias ideologias e pareceres científicos. Não só ideologias, mas tem muitos que são a favor da vacina, outros que são contra, enfim. Deixar livre assim, dessa forma, é mais difícil chegar a um ponto hegemônico, um ponto único de combate à pandemia.

Por outro lado, obrigar os sujeitos a utilizar um dispositivo tecnológico de vigilância com o objetivo de diminuir o contágio também é impor uma ideologia. Quando confrontados sobre essa possível obrigatoriedade em uma próxima pandemia, com a aplicação de sanções no

caso de desobediência, o grupo converge ao recriminar tal política. Nessa percepção, tudo o que é imposto acaba sendo nocivo e a obrigatoriedade seria o limiar entre uma política pública efetiva que gera engajamento e uma política autoritária que gera repulsa, uma vez que “quando você impõe, você des-envolve, tira o envolvimento e a capacidade das pessoas de fazerem escolhas” (R.L. Grupo focal 1). É interessante notar que, mesmo o grupo concordando que a vigilância digital no contexto de pandemia seja uma política efetiva de saúde pública e que ela deva ser opcional aos sujeitos, ao serem questionados se permitiriam que as autoridades brasileiras de saúde tivessem controle sobre os seus dados de saúde, endereço e localização, contradizem afirmando que não é uma opção: “assim, conscientemente, a gente fala que não, né? Mas (...) eles já tem.”

Desse modo, avista-se que a pandemia da Covid-19 trouxe à tona um dilema da governamentalidade moderna, qual seja: o impasse entre a liberdade individual — representada pelo direito de escolher aderir ou não a um dispositivo de vigilância digital — e a segurança comum — na forma da aplicação desses dispositivos como política pública de saúde. O debate sobre o limite para a utilização da vigilância digital como política pública de saúde dividiu o grupo em duas opiniões que reproduzem esse antagonismo. Para alguns participantes, “existe um limite no qual aquele não quer se submeter, que pode ser diferente para cada um. A partir do momento que tu não quer se submeter a alguma coisa, esse é o limite” (N. Grupo focal 1). Já para outra parte, a coletividade é o mais importante “o limite está [onde] o direito individual não se sobrepõe às coletividades, ao bem estar da sociedade, do coletivo. (...) Todo mundo, ciente de que aquilo é para a coletividade, deveria se submeter”.

Os protocolos de saúde são, em geral, direcionados ao coletivo, mas se baseiam na decisão dos sujeitos de aderir a eles ou não. Esta decisão é permeada por múltiplos fatores relacionados à forma como vivenciamos a pandemia enquanto sujeitos socialmente situados. Ruiz, Méndez e Junior (2021) incorporam uma perspectiva em que liberdade e governo não são excludentes ou conflitantes, mas práticas que se apoiam mutuamente. O desafio, nesse sentido, consiste em repensar a relação liberdade-governo como um todo e não apenas focalizar em dois polos, ou ainda em “substituir o uso de dicotomias pelo jogo de continuidades e descontinuidades históricas que definem as práticas governamentais em todos os tempos” (p. 4). Esta dicotomia, mesmo que presente no imaginário dos sujeitos, nem sempre corresponde à realidade, já que “a economia e a saúde da população não são necessariamente elementos contraditórios para uma política pública”. (RUIZ; MÉNDEZ; JUNIOR, 2021, p. 4). A

privacidade e a saúde coletiva não são excludentes entre si e podem coexistir mesmo em tempo de crise, sendo infundadas as alegações que insistem no contrário.

Pedir às pessoas que escolham entre privacidade e saúde é, de fato, a própria raiz do problema. Porque esta é uma escolha falsa. Podemos e devemos desfrutar de privacidade e saúde. Podemos optar por proteger nossa saúde e impedir a epidemia de coronavírus, não instituindo regimes totalitários de vigilância, mas empoderando os cidadãos (HARARI, 2020 apud SOUZA; VENTURINI, 2020)

A pandemia de Covid-19 parece explicitar de forma prática uma forma de paradoxo da prevenção (ROSE, 1992), onde os interesses individuais são dificultadores da aderência de soluções que preconizam o bem coletivo. As ações preventivas, aqui representadas pelos dispositivos de vigilância digital, podem ter benefícios coletivos e eficácia assegurada, mas isso não implica diretamente no engajamento por parte dos sujeitos. Ao ficarem à mercê da aderência individual, tais soluções se tornam profundamente complexas, sendo difícil alcançar consenso e desejabilidade social. Como ressalta uma participante: “a gente viu [na pandemia] que coletivamente, por escolha, cada pessoa um faz uma escolha” (L. Grupo focal 1).

Culpar a falta de empatia ou o egoísmo a nível individual parece concebível em uma avaliação superficial sobre a negação de aderir aos dispositivos de vigilância digital na pandemia. Entretanto, ao ponderar a complexibilidade do evento da pandemia no contexto brasileiro, examinando questões como a dimensão continental do país, a diversidade cultural de seu povo, a heterogeneidade da conjuntura política e a desigualdade social e econômica, numerosos elementos são evocados. É o que alerta Couto et al (2020):

As tomadas de decisão sobre (não) vacinar ou sobre (não) seguir as medidas preventivas e de controle da propagação da COVID-19, centradas nos indivíduos, são conformadas por pertencimentos sociais, atravessados por diferenciações sociais e que irão refletir na percepção de risco, na susceptibilidade ao adoecer e no acesso aos serviços de saúde, podendo perpetuar conhecidas inequidades sociais e de saúde. [...] A responsabilização individual, com a conseqüente culpabilização dos sujeitos, decorrente de estratégias preventivas reducionistas, que não levam em conta as complexidades do tempo presente, podem reforçar estereótipos e preconceitos ao não considerar os atravessamentos de gênero, raça/cor, classe, geração, entre outros marcadores sociais que informam “escolha” e “cuidado” em saúde. No plano societal, a resposta à epidemia, e seu sucesso, interpela ações e compromissos de instituições, organizações e governos na formulação de políticas públicas, na garantia de seguridade socioeconômica e na assistência aos grupos de maior vulnerabilidade. Somado a isto, a eficácia das ações políticas governamentais devem ser baseadas nas melhores evidências disponíveis. (COUTO et al, 2020, p. 13-14)

Falar sobre vigilância digital no contexto brasileiro implica necessariamente pensar sobre a desigualdade em suas mais diversas variáveis. Diferentes sujeitos, de diferentes contextos, possuem diferentes relações com o meio digital. Os níveis de acesso à internet, o acesso a equipamentos e a familiaridade com as habilidades necessárias modificam-se de acordo com fatores como região, renda, idade, além de particularidades relacionadas à etnicidade e pessoas com deficiência. A exclusão digital (WATLING, 2011) impõe diversos obstáculos ao acesso das novas tecnologias, como os altos custos das máquinas, suporte técnico inadequado e práticas exclusivas de design. Uma analogia se faz presente no discurso de uma participante, quando fala sobre o *Pase Movilidad*⁴⁷ chileno:

Eu sempre fico pensando nas exceções. E aquela pessoa que, sei lá, não tem instrução nenhuma, que precisa do ônibus para ir para o trabalho ou a pessoa que não tem visto no país. E ela não pode fazer a vacina porque não tem visto, sabe? Essas situações, eu fico pensando, pô, aí tu restringe demais. (M. Grupo focal 2)

O GF2 também se dividiu em relação ao limite da vigilância digital, mas por questões diferentes do primeiro. Para uma participante, está na quantidade de informações recebidas em troca da aderência ao dispositivo. Ela argumenta que os termos de uso e a política de privacidade são direitos previstos em lei e devem ser claros. Se não o são, cabe à instituição ser responsabilizada. A vigilância, nesse caso, é percebida como um ponto de incômodo, mas se justifica na medida em que o benefício gerado ao sujeito que opta por aderir-la seja maior:

Se ele me pedisse o acesso a minha geolocalização o tempo todo, eu ia ficar com aquele sentimento de vigilância de fato, de que eu estaria sendo vigiada o tempo todo e isso me incomoda, me incomoda muito. Me incomoda quando eu logo na minha televisão para assistir o YouTube e eu sei que o Google está entendendo que eu estou assistindo YouTube pela TV. Me incomoda. Mas para eu fazer uso da ferramenta, eu entendo que eu tenho que passar por esse tipo de situação. Já busquei ferramentas auxiliares, mas não me entregavam a qualidade. Quando eu quero qualidade, eu tenho que me submeter a certas coisas, mas com informação, de novo, tentando entender. (P. Grupo focal 2)

As outras duas participantes não discordam, mas admitem não ler tais termos e políticas de uso. Para elas, o limite é dado por dois fatores. O primeiro é o risco percebido na quantidade

⁴⁷ O Pase Movilidad (Passe Mobilidade em português) é um código QR que comprova o final do ciclo de vacinação contra Covid-19 e doses de reforço, obrigatório para residentes no Chile. Disponível em <<https://www.chileatiende.gob.cl/fichas/93514-pase-de-movilidad>>

de dados declaradamente necessários para acessar tais dispositivos e o segundo é o nível de engajamento da população:

Depois que eu vejo que já tem, sei lá, 30% já fez isso ou 20% já fez eu vou fazer também “ah, vamos lá todo mundo”, sabe? E obviamente eu me espelho muito também nas informações que estão saindo, né? Eu não seria um beta tester, por exemplo. Eu ia deixar rolando um pouco e depois, quando eu sentisse a necessidade de fazer, eu faria. Mas eu ia deixar correr uns meses e ver como é que está rolando lá. Se saísse uma discussão sobre, aí eu já ia ficar um pouco mais atenta. (M. Grupo focal 2)

O GF2 possuiu uma posição bastante moderada sobre a forma como percebem a vigilância digital no contexto da pandemia. Para as participantes, existem prós e contras. Um dos prós seria “entender como está a gravidade da situação e como o local de onde tu mora, onde tu caminha, onde tu vai, está (...) e então ter um cuidado extra” (M. Grupo focal 2). Outra participante complementa sobre ver como algo positivo a necessidade de apresentar o Certificado Nacional de Vacinação Covid-19⁴⁸ para entrar em algum local. Ao mesmo tempo, uma terceira integrante expõe a sua preocupação com o monitoramento, porque, segundo ela, “ninguém se sente bem sendo monitorado”.

Em momento algum eu me incomodei de ter que apresentar [o certificado]. Inclusive eu fiquei bem empolgada, sabe? Porque a gente vê um movimento da galera, mesmo que contra vontade, se vacinando para poder dar uns rolês que muita gente já dava sem se vacinar (...) quando eu comecei a sair, eu me sentia mais segura, sabe? (...) pelo menos aqui todos estão vacinados. Hoje a gente sabe que isso não te impede de ter a doença. Eu também já tive depois de vacinada. Mas me dava uma tranquilidade muito grande e eu vi muitas pessoas se vacinando para isso. (...) pelo menos as pessoas estão tomando, sabe? Vamos fazer uma troca aqui. (J. Grupo focal 2)

Eu acredito que tem a parte positiva que tu se sente melhor saber que todo mundo está tendo que passar por isso e tem a parte negativa que tu sempre fica receosa de saber como é que eles usam isso. O lance da vacina, de saber que está todo mundo vacinado para entrar em tal lugar, eu acho muito legal. Eu me sinto bem (...) porque eu sei que em todos os locais que eu vou, todas as pessoas vão ter que estar vacinadas, seja estrangeiro ou não. Então isso me dá um certo alívio, assim, sabe? (...) Só que ao mesmo tipo tu fica meio neurótico (...) e aí, estão me rastreando? (M. Grupo focal 2)

⁴⁸ O Certificado Nacional de Vacinação COVID-19 é um documento que comprova a vacinação do cidadão contra a COVID-19. O Ministério da Saúde disponibiliza, por meio do aplicativo Conecte SUS Cidadão, a possibilidade de o cidadão visualizar, salvar e imprimir o seu certificado. Disponível em <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/certificado-nacional-de-vacinacao-covid-19>>

É interessante notar a distinção trazida neste grupo para a vigilância advinda de instituições públicas ou privadas, o que não ocorreu no primeiro grupo. Para uma das participantes, a vigilância digital para a saúde pública é o menor dos problemas, enquanto existe a vigilância de empresas privadas atuando com objetivos diferentes. Ela explica que a preocupação é menor quando se trata de uma questão de saúde pública, já que nas instituições públicas, “a gente tende a acreditar que tem uma certa ética ou um certo controle, enquanto no privado o negócio é top down... Você não tem uma discussão, você fala “é isso e pronto” é o interesse da empresa” (J. Grupo focal 2). Isso também ocorre por uma dimensão interessante, que é a da associação das instituições públicas a figuras políticas específicas, enquanto o mesmo não ocorre com instituições privadas — pelo menos com as que não fazem parte das Big Five:

Não sei qual a lei daquele lugar. Eu não sei quem são as pessoas, quem é o dono. Parece que na visão pública, pelo menos consegue ter cara, sabe? Tipo, quem que sancionou isso, que aprovou aquilo. E no privado não tem essa mesma clareza. O meu medo é mais pro privado, assim. (J. Grupo focal 2)

Uma das participantes, especialista em proteção de dados, reforça a importância do controle de dados pela administração pública quando utilizado de forma consciente para a tomada de decisão. Adverte, porém, que a motivação por trás desse controle precisa ser fundamentada na eficácia da solução, caso contrário, perde o sentido e se torna contraproducente:

Por exemplo, a aferição de temperatura, para mim, eu sou 100% contra. Gente, isso não resolve nenhum problema. Isso não me mostra que eu estou doente de fato. Isso não. Em nenhum momento, durante todas as três vezes que eu tive covid, eu tive febre. (...) qual finalidades desse tratamento [de dados], sabe? (...) qual é a finalidade de aferir uma temperatura? Qual é a finalidade de ter o controle sobre temperatura num aeroporto? Pra mim não tem finalidade nenhuma aquilo. Porque não impede. Não vou fazer também todo mundo fazer teste porque é muito caro. Mas, enfim, eu sou contra esse tipo de tratamento. Bem afirmando mesmo. (P. Grupo focal 2)

O argumento logo convence as demais participantes de que é preciso refletir sobre o sentido da aplicação das soluções propostas durante a pandemia. Uma delas relembra em tom jocoso as vezes que foi ao supermercado durante a pandemia e teve sua temperatura medida em 34°C: “gente, se tivesse 34 graus eu estava morta, sabe? Será que esse investimento valeu a pena? (...) será que isso ainda é válido? Será que tinha alguma resposta? Porque hoje a gente vê que não tem padrão, mas foi o que as pessoas tentaram fazer para conter”. Cabe ressaltar que a

medida citada pode ter apresentado certa eficácia, mas apenas como forma de conscientização sobre a importância de não sair de casa ao apresentar sintomas gripais (BENI et al, 2021).

A não identificação dos sujeitos como objeto da vigilância digital é um aspecto elementar, principalmente entre aqueles cuja necessidade de segurança sobrepõe a intenção de se submeter a tais dispositivos. É o que alertava Menon Jr. em 2017: “não me vejo como objeto desse controle que é sempre, para mim, dirigido a um outro que materializa, de alguma maneira, algo daquele repertório que indica qual o inimigo prototípico” (MENON JR., 2017, p. 235) e é também o que fica exposto na fala de uma das participantes:

Eu acho que já teve essa vigilância e isso é muito antigo. Eu acho que eu estou falando 2015 no Carnaval da Bahia para identificar bandido dentro da muvuca do carnaval. Aí, beleza, eu entendo fazer a verificação, porque o dado, se ele é coletado naquela verificação, se é feita a análise e aquele dado não foi identificado como um criminoso, o dado é automaticamente eliminado, então só vai ficar com o dado do criminoso. Aí, beleza. (P. Grupo focal 2)

A vigilância digital, nesse contexto, se constitui como uma ferramenta de proteção para si e de controle sobre o outro, seja ele um inimigo real ou imaginário, configurando um conjunto de instrumentos simbólicos e tecnológicos que potencializam a sua abrangência. Nesse sentido, o “criminoso” é o inimigo para o qual tais dispositivos são criados e o motivo pelo qual se justificam. O inimigo é o objeto da vigilância, não eu. Adaptando-se ao contexto pandêmico, pode-se pensar nesse inimigo como a pessoa infectada. Como exemplifica a fala desta participante quando comenta sobre o constrangimento causado por certas medidas realizadas na entrada das empresas:

Quando uma pessoa era contaminada, ela era quase crucificada. Então, ela vai ser a pessoa ruim da empresa. Ela vai ser a pessoa que vai ser lembrada, que teve covid e que trouxe covid para dentro, porque vai que ela contaminou outras pessoas, não necessariamente que de fato tem acontecido, mas são boatos que vão acontecer dentro da empresa. (P. Grupo focal 2)

Por fim, buscou-se debater possíveis estratégias de mitigação para as questões da aplicação da vigilância digital no contexto pandêmico brasileiro. Ainda que os problemas dessa aplicação como política de saúde pública tenham sido múltiplas, as medidas expostas como formas de amenizar esses efeitos foram escassas, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 9 – Estratégias de mitigação trazidas pelos participantes

GF1	Democratização da comunicação como direito constitucional, operado através do financiamento dos meios de comunicação.
GF1	Estratégias de divulgação sobre os impactos das decisões individuais na saúde coletiva.
GF2	Estratégias massivas de informação e educação sobre proteção de dados, explicando o que é e como funciona e a sua importância.

Fonte: elaboração da autora

A discussão entre os grupos focais descortinou questões complexas e essenciais ao debate sobre a aplicação de dispositivos de vigilância digital no contexto de uma pandemia. Em contrapartida, mostrou as dificuldades envolvidas no processo de engendrar estratégias de mitigação dos efeitos desses problemas, sobretudo no que diz respeito a saídas que vão além da ação paliativa, porque são estruturais.

8 CONCLUSÃO

A vigilância digital é um fenômeno que aborda e acompanha a complexidade dos demais campos sociais, como a saúde, o consumo, a política e a economia. É comum observar, em países democráticos, a discussão sobre privacidade de dados na pandemia ser antagonizada em dois polos, sendo um deles relacionando liberdade e democracia e o outro, automaticamente, vigilância e autoritarismo. Na prática, porém, a complexidade é maior e, portanto, o debate deve ser aprofundado e adaptado ao seu contexto.

Em síntese, a principal problemática, na percepção dos grupos que participaram do estudo, está na função do Estado de informar e educar a população. Outras soluções propõem que estruturas jurídicas se dediquem a mitigar os riscos através da descrição da finalidade e dos objetivos do uso de dados, desde a coleta, passando pela análise, pelo armazenamento e pelo compartilhamento e que, posteriormente, exijam a eliminação dos dados assim que as conclusões tenham sido obtidas (ZWITTER; GSTREIN, 2020).

Nesse sentido, cabe ao Estado coordenar ações de combate à pandemia, bem como atuar ativamente para que a informação chegue nos mais ramificados espaços geográficos e sociais. Para além da questão da privacidade no tratamento dos dados, uma resposta adequada do governo brasileiro demandaria ações que superam as políticas sobre a aplicação dos dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemias. Com inúmeros outros esforços, exigiria o fortalecimento da capacidade do Estado de gerenciar as informações oficiais e compartilhá-las com o povo.

A ambivalente presença das instituições privadas nas práticas de vigilância digital não pode ser ignorada. É fato que tais empresas detêm os principais ativos necessários para a mais efetiva aplicação dos dispositivos de vigilância digital. Entretanto, ainda que parcerias público-privadas tenham sido uma das únicas maneiras de se aplicar políticas efetivas de vigilância digital durante a pandemia de Covid-19, é necessário problematizar a entrada desses atores na esfera pública, não somente porque o seu objetivo principal é o lucro, mas também pela perda de autonomia que podem gerar aos governos, além da dependência técnica que pode suscitar em uma subordinação cultural, econômica, social e política.

Em suma, a percepção dos sujeitos sobre a utilização da tecnologia e dos meios digitais como política de saúde coletiva é positiva. Quando associada a uma política pública de vigilância, especialmente no caso do controle de uma pandemia, tais políticas são facilmente

justificadas. Porém, quando há o confronto com a ideia de que, para isso, é necessário fornecer dados pessoais, o apoio irrestrito dá lugar ao receio. Em síntese, o que se expõe é o medo — que não se sabe que tem — da possibilidade de existir algo que, na verdade, já existe. No fim, o que fica exposto é a falta de informação sobre a forma de atuação da vigilância digital, cuja aplicação é aceitável, mas apenas sob a condição de que não se saiba que está sendo vigiado.

3. REFERÊNCIAS

ALVAREZ, M. C. A., CUENCA, A. M. B, NORONHA, D. P., & SCHOR, N. (2007). Saúde reprodutiva: uma contribuição para avaliação de biblioteca virtual. **Cadernos de Saúde Pública**, 23(10), 2317-2326.

ALVES, Marco Antônio Sousa. Cidade inteligente e governamentalidade algorítmica: liberdade e controle na era da informação. **Philosophos** - Revista de Filosofia, Goiânia, v. 23, n. 2, 2019. DOI: 10.5216/phi.v23i2.52730. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/52730>. Acesso em: 9 jul. 2022.

BBC. **Tech giants' profits soar as pandemic boom continues**. Disponível em < <https://www.bbc.com/news/business-57979268>> Acesso em 18 jun 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Vigilância Líquida**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Tradução Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BAZZANELLA, Sandro Luiz. **O conceito de ambivalência em Zygmunt Bauman**. Cadernos Zygmunt Bauman, [S. L.], v. 2, n. 4, p. 21-43, mar. 2012. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/1648/2488>. Acesso em: 21 fev. 2022.

BEDFORD, T., & BURGESS, J. (2001). Using focus groups in qualitative research. In C. Dwyer, & M. Limb (Eds.), **Qualitative Research in Geography** (pp. 121-135). Longmans.

BERCHARA, Márcia. 'Uma nova pandemia já é considerada inevitável', diz diretora-adjunta da OMS. **G1**, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/saude/coronavirus/noticia/2021/10/05/uma-nova-pandemia-ja-e-considerada-inevitavel-diz-diretora-adjunta-da-oms.ghtml>> Acesso em 20 fev, 2022.

BIJKER, W. E.; HUGHES, T. P.; PINCH, T. J. The Social Construction of Technological Systems: new Directions in the Sociology and History of Technology. Cambridge: **MIT Press**, 1987.

BIONI, Bruno; ZANATTA, Rafael; MONTEIRO, Renato Leite; RIELLI, Mariana. Privacidade e pandemia: recomendações para o uso legítimo de dados no combate à COVID-19. São Paulo: **Data Privacy Brasil**, 2020. Disponível em <https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2020/04/relatorio_privacidade_e_pandemia_final.pdf>. Acesso em: 14 fev, 2022.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso

em 10 jul 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 115**, de 11 de fevereiro de 2022. Disponível em <<https://in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-115-379516387>>. Acesso em 15 fev, 2022.

BRASIL. **Lei n. 13.079**, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm>. Acesso em 15 fev, 2022.

BRASIL. **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 954**, DE 17 DE ABRIL DE 2020. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv954.htm>. Acesso em 20 mar 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Vigilância em Saúde**. Disponível em <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/p/politica-nacional-de-vigilancia-em-saude-1#:~:text=A%20PNVS%20%C3%A9%20um%20documento,diretrizes%20e%20estrat%C3%A9gias%20dessa%20vigil%C3%A2ncia>. Acesso em 20 jun 2022.

BRASIL. **PORTARIA Nº 1.434**, DE 28 DE MAIO DE 2020. Disponível em <https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/saudelegis/gm/2020/prt1434_01_06_2020_rep.html>. Acesso em 2 jul 2022.

BRENOL, Marlise. Wechat e o paradoxo da liberdade vigiada. **OBCOMP**: observatório da comunicação pública. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/0/1796/marlise-brenol--wechat-e-o-paradoxo-da-liberdade-vigiada/>. Acesso em 22 jun 2022.

BRUNO, F.; CARDOSO, B.; KANASHIRO, M. *et al.* **Tecnopolíticas da vigilância**: Perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRUNO, Fernanda. Vigilância Digital, hiperconexão e pandemia. **Lavits**, [s. l.], 2020. Disponível em <https://lavits.org/lavits_covid19_14-vigilancia-digital-hiperconexao-e-pandemia/?lang=pt>. Acesso em 20 fev 2022.

CARRARA, Sérgio. As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias. **Physis**: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 30, n. 2, p. 1-6, 26 jun. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-73312020300201>.

CHANEL 4. Exposed: Undercover secrets of Trump's data firm. 2018. Disponível em <<https://www.channel4.com/news/exposed-undercover-secrets-of-donald-trump-data-firm-cambridge-analytica>>. Acesso em 19 fev, 2022.

COUTO, Marcia Thereza; BARBIERI, Carolina Luisa Alves; MATOS, Camila Carvalho de Souza Amorim. Considerações sobre o impacto da covid-19 na relação indivíduo-sociedade:

da hesitação vacinal ao clamor por uma vacina. **Saúde e Sociedade**, [S.L.], v. 30, n. 1, p. 1-11, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902021200450>.

DISTRITO HEALTHTECH. Report. **Distrito**, 2020. Disponível em <<https://distrito.me/dataminer/reports/>>. Acesso em 15 fev, 2022.

DIZARD, Wilson (2000). **A nova mídia**: a comunicação de massa na era da informação. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

DUARTE, A. B. S. (2007). Grupo Focal online e offline como técnica de coleta de dados. **Informação & Sociedade**: estudos, 17(1), 81-95.

FERN, Edward F. The Research Setting. Advanced Focus Group Research, [S.L.], p. 49-72, 2001. **SAGE Publications**, Inc.. <http://dx.doi.org/10.4135/9781412990028.d26>.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008 (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

GONDIM, S. M. G. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estud. Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, 2002.

GREENWALD, Glenn. NSA collecting phone records of millions of Verizon customers daily. **The Guardian**, 2013. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order>>. Acesso em 18 fev, 2022.

HAN, C. C. O Coronavírus de hoje e o mundo de amanhã. **El País/Brasil**, 2020, Disponível em <<https://brasil.elpais.com/ideas/2020-03-22/o-coronavirus-de-hoje-e-o-mundo-de-amanha-segundo-o-filosofo-byung-chul-han.html>> Acesso em 9 jul 2022.

HUANG, Yasheng; SUN, Meicen; SUI, Yuze. How Digital Contact Tracing Slowed Covid-19 in East Asia. **Harvard Business Review**, 2020. Disponível em <<https://hbr.org/2020/04/how-digital-contact-tracing-slowed-covid-19-in-east-asia>>. Acesso em 15 fev, 2022.

JANIS, I. L. **O problema da validação da análise de conteúdo**. In: LASSWELL, H;

KAPLAN, A. **A linguagem da política**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

KERCHE, F. W.; HENRIQUES, T. S. Para pensar uma Sociologia Digital: Entrevista com Dominique Cardon. **Revista Habitus**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/habitus/article/>>. Acesso em 16 fev, 2022.

LIMA, C. R. M. de; RÖDER, E. dos S. F.; CARVALHO, F. da S.; GÜNTHER, H. F. Tensões e conflitos na vigilância digital de pessoas para controle da pandemia de COVID-19: a construção de smart cities, humanismo e esfera pública. **P2P E INOVAÇÃO**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 241–257, 2020. DOI: 10.21721/p2p.2020v7n1.p241-257. Disponível em: <http://revista.ibict.br/p2p/article/view/5448>. Acesso em: 21 fev. 2022.

LUPTON, Deborah. **Digital Sociology**. 1. ed. London/New York: Routledge, 2015.

LUPTON, Deborah. Digitised quarantine: a new form of health dataveillance. **This Sociological Life**, 27 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://simplysociology.wordpress.com/2020/02/27/digitised-quarantine-a-new-form-of-health-dataveillance/>>. Acesso em: 16 fev 2022.

MANTOVANI, Rafael. Podemos falar de um “desgoverno Bolsonaro”? **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2020. Disponível em < <https://diplomatique.org.br/podemos-falar-de-um-desgoverno-bolsonaro/> > Acesso em 20 jun 2022.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., and SEGATA, J., eds. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia [online]. Rio de Janeiro: **Observatório Covid 19**; Editora FIOCRUZ, 2021, 221 p. Informação para ação na Covid-19 series. ISBN: 978-65-5708-032-0. Disponível em <https://doi.org/10.7476/9786557080320>

MENON JUNIOR, Walter Romero. A vigilância: exercício paradoxal da liberdade. **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 1-16, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte. São Paulo: 1 ed. 2018.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Fundamentos de Grupos Focais Online. Encontros Acadêmicos do Mestrado Profissional: Grupos focais online. Centro de Produção Digital Edmir Matson - FOU SP. YouTube, 11 de jun. de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I-Dk658IvoA&ab_channel=CentrodeProdu%C3%A7%C3%A3oDigitalEdmirMatson-FOUSP>

MORGAN, David L. **Focus Groups as Qualitative Research** Second Edition ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. 1997. doi:10.4135/9781412984287

MOURA, Raíssa; FERRAZ, Lara. Meios de controle à pandemia da covid-19 e a inviolabilidade da privacidade. Disponível em: <https://content.in loco.com.br/hubfs/Estudos%20->

%20Conte%C3%BAdo/Coronavirus/Meios%20de%20controle%20a%CC%80%20pandemia%20da%20COVID-19%20e%20a%20inviolabilidade%20da%20privacidade.pdf?hsCtaTracking=ad1577ba-e5bc4ff3-afdd-54a896891088%7C07ab4d6b-53d3-4a06-9f43-fb43621df88f&hsLang=pt>. Acesso em: 15.07.2020

NICOLACI-DA-COSTA, A. M., Romão-Dias, D., & Di Luccio, F. (2009). Uso de Entrevistas On-Line no Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS). *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 22(1), 36-43.

PALHARES, Gabriela Capobianco; SANTOS, Alessandro Santiago dos; ARIENTE, Eduardo Altomare; GOMES, Jefferson de Oliveira. A privacidade em tempos de pandemia e a escada de monitoramento e rastreamento. **Estudos Avançados**, [S.L.], v. 34, n. 99, p. 175-190, ago. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.011>.

PARRA, H. Abertura e controle na governamentalidade algorítmica. *Ciência e Cultura*, 68(1), 39-49, 2016. <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100013>

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation and research methods*. 2. ed. **Thousand Oaks**: Sage; 1990.

ROHR, Altieres. Megavazamentos de dados expõem informações de 223 milhões de números de CPF. **G1**, 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/economia/tecnologia/blog/altieres-rohr/post/2021/01/25/vazamentos-de-dados-expoem-informacoes-de-223-milhoes-de-numeros-de-cpf.ghtml>>. Acesso em 15 fev, 2022.

ROSE, G. **Estratégias da medicina preventiva**. Porto Alegre: Artmed; 2010.

ROUVROY, A., BERNS, T. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?”. Tradução de P. H. Andrade. *Revista Eco Pós*, Rio de Janeiro, UFRJ, Vol. 18, Nr. 2, pp. 36-56, 2015.

RUIZ, Osvaldo López; MÉNDEZ, Pablo Martin; CRUZ JUNIOR, Brauner Geraldo. A relação liberdade-governo em tempos de pandemia no Brasil e na Argentina. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.L.], v. 26, n. 85, p. 1-19, 26 ago. 2021. Fundação Getulio Vargas. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v26n85.83187>. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/83187/80092>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SANTOS, R. E. Epidemia, controle e vigilância: das quarentenas analógicas à quarentena digital. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, [S. l.], v. 11, p. e33, 2020. DOI: 10.5902/2179378643837. Disponível em <<https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/43837>>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Fontes de notícias**: ações e estratégias das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

STF. STF suspende compartilhamento de dados de usuários de telefônicas com IBGE. 2020. Disponível em <<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=442902>>. Acesso em 2 mar 2022.

UNIÃO EUROPEIA. General Data Protection Regulation (GDPR). Disponível em <<https://gdpr-info.eu/>> Acesso em 8 jun 2022.

VEIGA, L.; GONDIM, S. M. G. A utilização de métodos qualitativos na Ciência Política e no Marketing Político. *Opin. Publica, Campinas*, v. 7, n. 1, p. 1-15, 2001.

VELLOSO, Rafael. Vigilância digital e coronavida: o “novo normal” do século XXI. **Em Construção**, [S.L.], n. 8, p. 240-244, 20 out. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2020.53730>.

VENTURINI, Jamila; SOUZA, Joyce. Tecnologias e Covid-19 no Brasil: vigilância e desigualdade social na periferia do capitalismo. Heinrich Böll Stiftung, Rio de Janeiro, 23 jun. 2020. Disponível em <<https://br.boell.org/pt-br/2020/06/04/tecnologias-e-covid-19-no-brasil-vigilancia-e-desigualdade-social-na-periferia-do>>. Acesso em 20 fev. 2022.

WATLING, Sue. Digital exclusion: coming out from behind closed doors. **Disability & Society**, [S.L.], v. 26, n. 4, p. 491-495, jun. 2011. Informa UK Limited. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/09687599.2011.567802>.

WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020. **World Health Organization**, 2020. Disponível em <<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>>. Acesso em 14 fev, 2022.

ZUBOFF, Shoshana. (2015). Big other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology*, 30(1), 75–89. <https://doi.org/10.1057/jit.2015.5>

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução: George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

ZWITTER, A.; GSTREIN, O. J. Big data, privacy and COVID-19 – learning from humanitarian expertise in data protection. **Journal of International Humanitarian Action**, n. 5, v. 4, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1186/s41018-020-00072-6>. Acesso em: 20 jul. 2020.

4. APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (GRUPO FOCAL 1)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. A pesquisa será realizada por meio de um grupo focal no dia 15 de Julho de 2022 e tem como problema:

Problema: A percepção dos sujeitos sobre a aplicação de dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia.

A pesquisadora se compromete com o sigilo e a confidencialidade de todas as informações fornecidas por você para este estudo, bem como garante o seu anonimato. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

Para contatar a pesquisadora, você poderá encaminhar um e-mail ou entrar em contato via WhatsApp:

CRISTIANE UFLACKER DA SILVA – cristianeuflicker.s@gmail.com – (48) 9 88192408

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Tendo em vista as informações acima apresentadas, eu, _____, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

**5. APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(GRUPO FOCAL 2)**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Curso de Graduação em Ciências Sociais

Pesquisadora: Cristiane Uflacker da Silva

Orientadora: Profª Dra. Marcia Grisotti

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), em uma pesquisa científica. Esse documento possui todas as informações necessárias sobre a pesquisa que está sendo realizada. Sua colaboração neste estudo é muito importante, mas a decisão em participar deve ser sua. Para confirmar sua participação você precisará ler este documento e selecionar a opção correspondente no final deste formulário.

Este documento se chama TCLE (Termo de Consentimento livre e esclarecido) e possui todas as informações necessárias sobre a pesquisa. Este TCLE se refere ao projeto de pesquisa **A percepção dos sujeitos sobre a vigilância digital no contexto de pandemia**, cujo objetivo é compreender as percepções dos sujeitos de diferentes grupos e contextos sobre a aplicação dos dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia e em que se apoiam as suas convicções.

A pesquisa será realizada por meio de grupos focais, com duração de aproximadamente 1 (uma) hora. O grupo para o qual você está sendo convidado(a) ocorrerá de forma online no dia 23 de junho de 2022, às 17h, pela plataforma Google Meet.

Caso decida desistir da pesquisa você poderá sair do estudo a qualquer momento, sem nenhuma restrição ou punição. As respostas serão gravadas, transcritas e analisadas e as pessoas envolvidas no projeto (pesquisadora e orientadora) conhecerão esse material para discutir os resultados.

Todos os procedimentos para a garantia da confidencialidade aos participantes serão observados, procurando-se evitar descrever informações que possam lhe comprometer. A pesquisadora garante e se compromete com o sigilo de todas as informações fornecidas por você para este estudo. Da mesma forma, o tratamento dos dados coletados seguirá as determinações da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD – Lei 13.709/18).

O benefício esperado com a pesquisa será compreender as diferentes percepções sobre a utilização de dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia. O risco que você pode correr ao realizar a pesquisa é de ser identificado mesmo com todos os cuidados de sigilo adotados. Mas, se diante dessas explicações você acha que está suficientemente informado(a) a respeito da pesquisa que será realizada e concorda de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa, coloque seu nome no local indicado.

Caso tenha dúvidas ou deseje contatar a pesquisadora responsável, você poderá encaminhar um e-mail, ligar ou mandar mensagem pelo WhatsApp a qualquer momento:

Nome: Cristiane Uflacker da Silva

E-mail: cristianeuflicker.s@gmail.com

Celular: (48) 98819 2408

Para ter uma cópia deste TCLE, baixe o documento em formato PDF neste link: https://docs.google.com/uc?export=download&id=12GFeE2_tD3rCTDPvYiTSx1lrToqxSnL

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO

Eu concordo em participar voluntariamente do presente estudo como participante. A pesquisadora me informou sobre tudo o que vai acontecer na pesquisa, o que terei que fazer, inclusive sobre os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação, bem como me garantiu que eu poderei sair da pesquisa a qualquer momento, sem dar nenhuma explicação e que esta decisão não me trará nenhum tipo de penalidade. Fui informado(a) também que devo fazer o download do pdf do TCLE para ter a minha cópia.

6. APÊNDICE C – ROTEIRO (GRUPO FOCAL 1)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Curso de Graduação em Ciências Sociais

ROTEIRO DE GRUPO FOCAL

Pesquisadora: Cristiane Uflacker da Silva

Orientadora: Prof^ª Dra. Márcia Grisotti

Data de realização: 15/06/2022

Perfil dos participantes: Doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Problema: A percepção dos sujeitos sobre a aplicação de dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia.

Perguntas disparadoras

1. Em que locais, fontes e canais você acredita que a maior parte das pessoas se informou nos últimos mais de dois anos sobre a pandemia de coronavírus?
2. Você se informou sobre o assunto nesse período? Em que locais, fontes e canais? Você sempre se informou por esses meios ou isso mudou de lá pra cá?
3. Você acompanhou informações sobre as respostas dos governos ao redor do mundo à pandemia? Quais os países que tiveram, na sua opinião, as respostas mais bem-sucedidas à pandemia de Covid-19? Algum país em específico lhe chamou atenção? Por quê?

4. Quem aqui já ouviu falar no termo “vigilância digital”? O que você entende sobre esse termo?
5. Você já se deparou com algum dispositivo, ferramenta ou aplicativo cujo objetivo era controlar a passagem de pessoas infectadas pela Covid-19 em um determinado local? O que você acha sobre esse tipo de ferramenta? Por quê?
6. Você poderia comentar um pouco sobre a sua visão em relação ao uso de tecnologias digitais para monitorar pessoas que estejam infectadas pela Covid-19, como por exemplo, aplicativos de rastreamento de contato, geolocalização, câmeras térmicas, etc.?
7. Qual é a sua opinião sobre a necessidade de fornecer os seus dados de saúde para acessar locais durante a pandemia, como por exemplo atestado de vacinação ou teste negativo para covid-19?
8. Você permitiria que as autoridades brasileiras de saúde tivessem controle sobre os seus dados - especificamente histórico de saúde e vacinação, endereço e geolocalização - em tempo real em prol da diminuição do contágio em uma pandemia futura? Por quê?
9. Na sua opinião, existe algum limite para a vigilância digital em nome da saúde coletiva? Qual?

7. APÊNDICE D – ROTEIRO (GRUPO FOCAL 2)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Curso de Graduação em Ciências Sociais

ROTEIRO DE GRUPO FOCAL

Pesquisadora: Cristiane Uflacker da Silva

Orientadora: Prof^ª Dra. Márcia Grisotti

Data de realização: 23/06/2022

Perfil dos participantes: Trabalhadores da área da tecnologia

Problema: A percepção dos sujeitos sobre a aplicação de dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia.

Introdução

Boa tarde a todos!

Todos me ouvem bem?

Obrigada novamente pela disponibilidade em participar dessa pesquisa.

Para ciência de todos, eu vou iniciar a gravação agora para que eu possa consultar o que foi discutido posteriormente.

Se for possível e se vocês quiserem, eu gostaria de pedir que mantenham as suas câmeras abertas pra que a gente possa conversar olhando um pro outro.

Esse grupo focal é referente à minha pesquisa de TCC do curso de Ciências Sociais da

Universidade Federal de Santa Catarina.

O objetivo desse grupo focal é debater sobre a aplicação de dispositivos de vigilância digital no contexto de pandemia. Como vai funcionar? Eu vou fazer algumas perguntas para estimular o debate e quero que vocês fiquem muito à vontade para contribuir com as suas percepções sobre cada questão que for aparecendo. A ideia é não apenas ouvir a opinião de cada um sobre cada pergunta que eu fizer, mas também discutir sobre aquilo que for surgindo ao longo dessa conversa.

Para falar, basta você abrir o seu microfone e contribuir. Caso alguém esteja falando, você pode clicar no botão de levantar a mão e aguardar essa pessoa finalizar o raciocínio.

O intuito é que todos participem igualmente, então pode ser que durante a conversa eu chame uma pessoa que ainda não falou pra perguntar o que ela acha sobre aquilo. Por favor fiquem tranquilos para falar ou não de acordo com o que vocês se sentirem à vontade, se não quiser responder ou se quiser pensar mais um pouco é só me avisar que a gente segue pro próximo.

Todos vocês preencheram o termo de consentimento livre e esclarecido, e eu reafirmo aqui o compromisso com o sigilo de todas as informações discutidas aqui. Pra ter uma cópia do termo, você pode baixar no link que eu enviei ou me solicitar posteriormente que eu envio.

Qualquer dúvida, fiquem a vontade pra me perguntar.

Perguntas disparadoras

8. Em que locais, fontes e canais você acredita que a maior parte das pessoas se informou nos últimos mais de dois anos sobre a pandemia de coronavírus?
9. Você se informou sobre o assunto nesse período? Em que locais, fontes e canais? Você sempre se informou por esses meios ou isso mudou de lá pra cá?
10. Você acompanhou informações sobre as respostas dos governos ao redor do mundo à pandemia? Quais os países que tiveram, na sua opinião, as respostas mais bem-sucedidas à pandemia de Covid-19? Algum país em específico lhe chamou atenção? Por quê?
11. Quem aqui já ouviu falar no termo “vigilância digital”? O que você entende sobre esse

termo?

12. Você já se deparou com algum dispositivo, ferramenta ou aplicativo cujo objetivo era controlar a passagem de pessoas infectadas pela Covid-19 em um determinado local? O que você acha sobre esse tipo de ferramenta? Por quê?
13. Você poderia comentar um pouco sobre a sua visão em relação ao uso de tecnologias digitais para monitorar pessoas que estejam infectadas pela Covid-19, como por exemplo, aplicativos de rastreamento de contato, geolocalização, câmeras térmicas, etc.?
14. Qual é a sua opinião sobre a necessidade de fornecer os seus dados de saúde para acessar locais durante a pandemia, como por exemplo atestado de vacinação ou teste negativo para covid-19?
15. (Com as informações que você possui hoje) Você permitiria que as autoridades brasileiras de saúde tivessem controle sobre os seus dados - especificamente histórico de saúde e vacinação, endereço e geolocalização - em tempo real em prol da diminuição do contágio em uma pandemia futura? Por quê?
16. Na sua opinião, existe algum limite para a vigilância digital em nome da saúde coletiva? Qual?
17. Tem alguma coisa a mais que você deseje comentar sobre o assunto e acha que não foi abordado aqui?

Conclusão

Mais uma vez eu agradeço a participação de todos, esses insumos vão ser muito importantes pra minha pesquisa e, caso alguém deseje visualizar os resultados da pesquisa quando for finalizada, é só me mandar mensagem que eu encaminho.

Muito obrigada e um bom restinho de semana!

18. APÊNDICE E – TRANSCRIÇÃO (GRUPO FOCAL 1)

GRUPO FOCAL 1

Moderadora — O problema que nós vamos debater é a percepção sobre a aplicação de dispositivos de vigilância digital no contexto da pandemia. A primeira pergunta, então, que eu gostaria de iniciar aqui: quais são as fontes e os canais que vocês acreditam que a maior parte das pessoas que se informou nos últimos dois anos da pandemia sobre o coronavírus?

L. — Na internet. Eu, particularmente, usei bastante o YouTube, por exemplo. Sei lá, eu virei uma grande fã do Átila Iamarino. Então eu assistia sempre as lives dele, seguia ele no Instagram, enfim. Fui pegando pessoas que eu achava que tivesse algum tipo de confiabilidade sobre o tema para pegar essas informações.

Moderadora — Foi na internet, mas algumas pessoas na Internet, então você escolheu algumas pessoas dentro da Internet. Como foi com vocês?

R.L. — É pra que eu responda onde eu me informei? Ou onde as pessoas se informaram?

P. — A maior parte das pessoas ou onde a gente se informou?

Moderadora — Onde as pessoas, depois eu vou perguntar, mas não tem problema, vocês podem falar dos outros e de vocês junto. É pra iniciar o debate.

R.L. — Pra mim, acredito que foi nas redes sociais como WhatsApp, Instagram, as redes mais informais.

Moderadora — As redes mais informais? Na internet e também com pessoas específicas?

P. — Televisão também. Jornais. Jornais da TV, né?

N. — Eu acho que teve muita circulação nos grupos de WhatsApp mesmo. Eu tentava não ver nada, porque eu não fiquei muito bem no começo. Daí o que eu descobria era um pouco pela minha mãe, porque ela tinha contato com documentos oficiais e normativas mais oficiais, mas eu recebia mensagens no WhatsApp, mensagens que eu não buscava, mas que chegavam, então acho que tem uma espécie de acesso sem buscar, que vinha pelo WhatsApp, justamente.

Moderadora — Pelo que vocês estão me falando até agora, então, se a gente comparar com outros eventos não pandêmicos, por exemplo, na pandemia, o que vocês estão me trazendo aqui é que houve uma busca por mecanismos, fora a P, que colocou que foi pelos jornais, pela televisão, ou seja, meios de comunicação já estabelecidos, o M também.

R.C. — Até esses meios de comunicação televisivos, também estão indo pras plataformas digitais, né? Eu concordo com o que a maioria dos colegas colocaram, que as mídias sociais, né? E isso ficou muito visível durante a pandemia, tanto pra informação quanto pra desinformação, né? Então a gente sabia que grande parte da desinformação vinha desses meios, por exemplo, o WhatsApp como o N citou, né? Tinham muitas notícias falsas, fake news que eram espalhadas por esses meios.

Moderadora — E como, então, a maior parte de vocês falou que procuraram por meios alternativos, né? Mas desses meios alternativos a chance de ter fake news era maior, porque não tem filtro. Como que vocês faziam então pra fazer esse filtro? E por que continuavam procurando informações através das redes sociais sabendo que ela poderia ter fake news?

R.C. — Olham falando assim no meu caso, eu buscava fazer um filtro, né? Porque a gente busca fontes que são confiáveis e as que não são. E tem aquelas que são duvidosas, que você lê e diz “não, melhor eu pesquisar melhor sobre o assunto”, né? E tem agências agora nas redes que elas trabalham justamente com isso. Por exemplo, a Agência Lupa, que é justamente pra investigar notícias que são jogadas nas redes assim, nas redes virtuais, e a gente não tem tanta certeza da veracidade, então elas fazem esse trabalho de investigação pra dizer “não, é fato ou não”.

Moderadora — Vocês seguem na mesma direção que ela está colocando? O que ela colocou: fazer filtro que ela sabe que tem desinformação. Se vocês concordam que nas redes sociais tem muita desinformação, tem que fazer um filtro aí um pouco tu já adiantou, como fazer esse filtro? Procurar por uma empresa, por um ou outro dispositivo que faça o filtro para você, né? O que vocês acham?

N. — Eu tenho um filtro diferente, eu saí de grupos de WhatsApp, não fiquei em grupos de família ou em grupos muito grandes. Eu tenho, tipo, sei lá, um grupo com a minha mãe, meu pai, minha irmã e meu cunhado, um grupo com dois amigos de infância, mas saí daqueles grupos extensos, assim, de 50 tios e primos. Então, é o tipo de coisa que eu já nem recebo. Quando eu recebia mais informações que o covid, era de uma amiga que fazia residência no HU, por exemplo, ou da minha mãe que era secretária de saúde. Então, tipo, eu recebia notícias mais oficiais, digamos assim. Mas a estratégia não foi nem tanto checar as notícias, mas sair dos lugares dos quais elas viriam.

Moderadora — O que é notícia oficial?

N. — Por exemplo, minha mãe era secretária de saúde, então ela tinha, por exemplo, a nova regimentação do governo sobre aplicação de vacina ou sobre o uso de máscaras ou sobre novo protocolo sanitário, ou sobre, sei lá, medicação preventiva e os problemas de medicação preventiva. Ou seja, ela tinha acesso aos documentos que ela recebia como secretária de saúde do governo do estado.

L. — Mas até isso ficou em cheque, né? Tivemos tantas trocas de ministro da saúde por problemas claramente questionáveis. A gente tem um presidente que fala que vai virar jacaré, um monte de coisas. Então, até essa questão de oficial fica questionável.

N. — Não, mas eu to falando de oficial como documento da secretaria estadual, quem organiza é o governo estadual para o município, não passa de um federal. Então, eu to falando das diretrizes enviadas pela Secretaria Estadual de Saúde.

Moderadora — Deixa eu fazer uma pergunta: o fato de o que é oficial é nebuloso. E eu acho que esse foi um grande impacto da pandemia. Pela primeira vez, talvez o Ministério da Saúde incentivava fake news e medidas farmacológicas não eficazes. Quando você define o que é oficial, então, o que isso gerou em termos individuais, né? A pergunta seria: a busca por informações cada vez maior não seria uma consequência da incerteza gerada pelos próprios protocolos oficiais?

M. — Por isso que para mim, pessoalmente, a televisão foi muito importante, porque a TV entrevistava cientistas, mas não só pessoas que a gente conhece que são médicos, tinha médico que defendia a cloroquina. E aí, quanto maior a proximidade do médico, maior a confiança por consequência naquela pessoa. E outra coisa em relação ao universo brasileiro: muitos brasileiros e brasileiras não têm internet, o veículo para eles ou é a TV, ou é rádio. O rádio ainda é o veículo mais penetrante no Brasil se eu não to enganado. Agora, eu

não ouço rádio, eu não ouço o rádio da Amazônia, eu não ouço o rádio do centro-oeste, eu não sei o que tá transmitindo pra eles, não faço a menor ideia.

Moderadora — Interessante, o M está trazendo essa dimensão continental do país, no sentido, problematizando essa questão do que é oficial. Quer dizer, a gente não tem noção do que pode ter sido transmitido em termos de municípios longínquos.

R.L. — Eu acho que tem dois pontos, aí, contribuindo, também compartilho desse pensamento. Eu acho que teve muita, tem que separar um pouco também, que nós estamos em um grupo bastante privilegiado de acadêmicos, universitários e consegue fazer esse filtro da informação. Eu, por exemplo, tinha acesso a essas notícias, muitas delas notícias falsas, mas conseguia fazer esse discernimento pelo o acesso a um evento, um Congresso que discutiu sobre isso da Unifesp... Esse contexto privilegiado que nos circula. Eu acho que o tipo de informação que chegava para, a gente conseguia fazer, embora num momento de bastante incerteza. E um ou outro ponto, a pergunta como que as pessoas se informaram, acho que boa parte das pessoas, elas também não tiveram acesso a nenhum tipo de informação. Não é todo mundo que assiste TV, estavam totalmente desinformados. A gente está falando, por exemplo, aqui no contexto de Florianópolis, onde o pacote de dados para os estudantes chegou quase um ano depois da pandemia. Essas pessoas também não tinham acesso à informação. Eu acho que muita gente não teve acesso a nenhum tipo de informação e aí é difícil fazer um critério se eles estavam filtrando informações falsas ou não porque não chegava, né? A qualidade da informação que se chegava era muito ruim, né?

P. — Chega tudo pelo WhatsApp, né?

N. — E que daí é também um problema dos pacotes móveis, que tu geralmente tem WhatsApp ilimitado. Então tu não tem todas essas outras coisas, mas tem o WhatsApp livre.

R.L. — Sim. E o problema da TV aberta é porque cada meio de informação vincula a sua própria percepção sobre...

M. — O seu próprio interesse.

R.L. — O seu próprio interesse! Você liga na CNN, por exemplo, tinha gente lá defendendo a cloroquina, defendendo coisas que são, porque queriam priorizar um debate de coisas que são inconcebíveis. E você liga, dependendo do canal, um tipo de Informação que era vinculada.

P. — A diferença, né, em como que era tratado o mesmo assunto, por exemplo, Record, Globo, SBT, CNN, Jovem Pan, ali é nítido a diferença entre cada um na forma como era colocada a notícia. Eles sempre traziam “pesquisadores”, entre aspas, ou convidados que vinham ali confirmar a forma deles pensarem.

M. — E mais um fator, o presidente da República. O presidente que foi literalmente mitificado. Ele deu contra informação. Ele foi o maior divulgador de notícias falsas. Não só de notícias, mas de orientações contrárias, a favor do vírus. Isso tem um peso enorme. Então ele, principalmente nas populações com menor acesso à informação e ao conhecimento, a cloroquina virou um must. Eles iam farmácia, “quero cloroquina” e o farmacêutico, que nem sempre é um farmacêutico, é um atendente de farmácia, diz “ah, se você tomar uma dose pequena não vai te fazer mal, pelo contrário, vai aumentar sua imunidade”. Isso foi, espalhou. O exército tomava cloroquina.

Moderadora — O que vocês falaram até agora mostra a complexidade do evento, da pandemia no caso

brasileiro, em função dessa desinformação terminada agora com a fala do M, de que começou pelo governo federal, as fake news, tratamentos ineficazes, mas que extrapolou no sentido de que, se no passado nós tínhamos um ou dois veículos de informação e ela era totalmente orientada para um dos polos ideológicos, com o advento das mídias sociais, você abriu o escopo, então, é um pouco daquela ideia, abrindo você vai transparecer muito mais a diversidade. Mas vocês estão colocando uma coisa interessante aqui, que isso não adiantou. O fato de ter aberto os canais para as pessoas se manifestarem não quer dizer que está levando mais informação. Pode ser, pelo que vocês relataram, que está levando muito mais desinformação. Então, aonde está o problema colocado por essa questão de onde buscar informações? Pelo que vocês falaram, me parece que não é essa diversificação de fontes, você gera um excesso informacional, muitas vezes.

P. — Eu acho que tem essa questão ideológica que tomou conta do país, político ideológico. Por exemplo, voltando no assunto, onde a gente buscou fontes. Eu, por exemplo, o que a OMS falava, para mim era o que tinha que ser seguido. Então, tudo o que falava ao contrário, para mim era considerado fake news, vamos dizer assim, meu filtro seria esse.

Moderadora — Mas, deixa eu fazer um parêntese, a OMS no início da pandemia disse que não deveria usar a máscaras, né?

P. — É, mas ela se corrigiu, até porque a pandemia era nova. Uma coisa nova, foram se reorganizando e emitindo novos pareceres em relação a isso.

Moderadora — Ou seja, tu admite que um organismo internacional, também é suscetível de erros, mas que a legitimidade se dá pelo próprio fato da correção, e você escutaria a OMS em função disso, dessa legitimidade.

P. — É, eu considero justamente isso, era uma situação muito complexa, nova, né? E no Início se procurou, as informações que tinham, até para a própria OMS, pro mundo científico, fizeram dizer isso “ó, não precisa usar máscara”. Mas ao longo dos estudos que foram desenvolvidos “não, têm que usar máscara”. Então, eu acho que onde eu queria chegar na questão ideológica, é que isso também refletiu na maioria das pessoas, quem acreditava numa questão ideológica ligada, vamos dizer assim, não é só ideológica, óbvio, científica, mas de acordo com que a OMS diz e de acordo com quem é ou fala ao contrário. Então, acho que houve uma grande divisão do país em relação a isso e naquilo que se acredita, como fake news ou não. Porque daqui a pouco tem gente achando que a OMS que está dando fake news, porque prefere acreditar ou é interessante para si, no seu sistema de poder, de sociedade.

Moderadora — E para finalizar essa última questão, vocês acham que as fake news, elas são puramente ideológicas? Bom, tudo é ideológico, mas, por exemplo, o que veio da Presidência da República, do Ministério da Saúde, muitas vezes, né? Encontrou adeptos que eram partidários, inclusive do mesmo partido ou ideológico, ou também outras pessoas que não eram ligadas ao governo federal, à ideologia do governo federal, mas que tinham por outras razões.

L. — Isso é uma coisa que me impactou muito, muito, de verdade. Teve uma época que eu, sei lá, quando voltou a sair em lugares mais abertos, eu começava a conversar com as pessoas e aí eu descobria vários antivax ao meu redor. E aí eu ficava, assim, extremamente brava com isso, porque algumas pessoas talvez tivessem posicionamento ideológico mais alinhado com a direita ultraconservadora, que num modo mais

geral é quem disseminou muita fake news, mas outras pessoas não. Eu tinha algumas amigas, amigas não, conhecidas, que amigas (risos), pessoas que têm posicionamento político até mais alinhado com a esquerda e que estavam acreditando nessas teorias da conspiração de não tomar a vacina, e essas pessoas me chamaram muita atenção.

Moderadora — O que vocês acham disso que a L está trazendo? Ou seja, agora a gente está complexificando o debate, porque seria muito mais fácil dizer “bom, o presidente teve uma orientação e todo mundo que era ideológico a ele seguiu e quem não seguiu...” Está sendo colocado aqui que existe posições ideológicas que não são compatíveis, mas que foram negacionistas também. Eu já citei o caso daquele trabalho que nós fizemos aqui com os médicos da vida, onde tem a maior parte acupunturistas e homeopatas e são de esquerda e são contra a vacina e defendem o tratamento precoce, o kit covid. O que vocês pensam dessa questão relacionada com as fontes de informação?

R.L. — Então, sobre a questão da vacina? Eu acho que o movimento antivacina não é algo que surgiu por conta da pandemia, porque se a gente for lembrar, as outras, não chegaram a ter status de pandemia né, mas a gente teve anteriormente, já existia esse movimento. Eu lembro desde a minha época de graduação que eu tinha amigos que falavam “ah eu não vou tomar a vacina da gripe porque essa vacina protege contra determinados tipos de vírus, só que tem uma infinidade de tipos de vírus por aí que você tá suscetível a pegar, então essa vacina é só investimento de dinheiro e gasto de dinheiro público pra uma coisa que é ineficiente e que você tá suscetível a pegar porque ela não protege contra um amplo escopo”. Veja, isso era um discurso que para mim já era presente lá atrás, né? Eu acho que a pandemia, quando vêm esses discursos e ele vira um discurso oficial de Estado, quando o representante do Executivo, o máximo representante, ele passa a defender esse discurso, ele se torna um discurso oficial e dá vazão para que essas pessoas possam defender isso publicamente sem nenhum constrangimento moral, né? Então, eu acho que passou por aí essa ideia antivacina, não é uma coisa nova.

M. — Isso, você tem razão, inclusive foi ótimo que você falou, já havia há alguns anos o movimento mundial de combate à qualquer vacina, sarampo, poliomielite, e aí o sarampo voltou, a poliomielite voltou e enfim e assim por diante.

Moderadora — Então, o que está sendo colocado aqui... A gente começou com a questão das informações, das redes sociais, das redes oficiais de comunicação, né? E vocês estão trazendo essa complexidade, que existem vários fatores. Um pouco a pandemia tirou debaixo do tapete antigos problemas que já existiam, então existiam antes do presidente da República ser negacionista, então o negacionismo já é anterior, é uma coisa que traz a complexidade, então esse é um elemento importante.

L. — Na pandemia eu acredito que tenha sido uma ação coordenada.

Moderadora — Como assim?

L. — Assim, a questão das fake news. Foi uma coisa planejada e não foi aleatória. Foi intencional.

M. — Desde as eleições.

Moderadora — E atingiu grupos específicos?

R.L. — Eu quero só complementar com uma questão também que a gente está falando de meios de comunicação e é impossível a gente fazer esse debate sem falar da democratização da comunicação. Essa é

uma pauta que tem mais de 30 anos na sociedade e a gente não conseguiu fazer uma conferência social de comunicação até hoje. Foi de 2009 uma ampla luta social para garantir que a sociedade possa participar e construir como a gente quer que os meios de comunicação... Tanto que a Lei de Proteção de Dados, ela foi uma das poucas consequências dessa conferência social de 2009. Mas não há, então dentro do Brasil, os meios de comunicação fazem parte de um monopólio. Santa Catarina é um exemplo disso. A gente tem a TV, o jornal impresso de maior circulação e a TV mais assistida, a base de dados de internet mais acessada e a TV comunitária, que antigamente era a TVCom que é do mesmo grupo. Então, a informação que ela é vinculada na mídia impressa, na mídia digital, na TV, mesmo sendo uma informação falaciosa, ela se torna real porque ela é repetida constantemente.

Moderadora — Eu acho que a gente voltou no tema que é o seguinte, você está falando da democratização da comunicação.

R.L. — Como um direito constitucional.

Moderadora — Mas o que significaria, em termos concretos? Você está criticando a ideia de que existe monopólios e eu acho que todo mundo concorda aqui, aparentemente, mas a tua colocação iria na direção da ideia “bom, vamos abrir e deixar o cidadão falar”? Que aí voltamos de novo naquilo que eu falei: qual é o impasse entre as mídias tradicionais, que são oligárquicas, e as mídias sociais que abrem ou seja para a diversidade mas também tem a questão do algoritmo e também a questão de que gera mais espalhamento de fake news. Então como resolver essa questão?

R.L. — Um exemplo é o financiamento dos meios de comunicação. Quando esse governo atual entrou, ele cortou todo o financiamento, quem costumava acessar outros meios de comunicação que eram contra-hegemônicos, fez com que essas revistas, por exemplo, praticamente sumiram, os próprios meios de comunicação “ó, a gente está fechando porque não tem mais recurso para poder”. Caros Amigos, Carta Capital e outros meios de comunicação que são emergentes, eles acabaram sendo totalmente sufocados por uma política de Estado que não valoriza a democracia mesmo da comunicação, a pluralidade de ideias por esses meios que são confiáveis, o telejornalismo, as revistas. Então eu acho que esse debate que passa a democratização da comunicação, deveria ser um direito constitucional e a nossa Constituição fala pouco sobre o acesso à informação. E aí, do ponto de vista subjetivo, eu que sou psicólogo, né, a comunicação, ela diz, ela produz subjetividade, do jeito que a pessoa, o que ela consome de informação diz do que aquele sujeito se constitui, os tipos de apropriação social, cultural que ele vai produzir. E aí passa por uma questão política maior, também.

Moderadora — O que o R tá colocando é uma coisa que está pairando na discussão. Como é que a gente calibra essa questão? Porque assim, independente, essa questão de, mesmo que você abra para outras instâncias, vai depender do governo, de quem está no poder, que vai dar o tom ideológico para aquelas que permanecem, mesmo que você abra, você tem essa questão do jogo ideológico. Abrir as redes sociais para essa diversidade, ou seja, se quiser publicar alguma coisa publica do jeito que quer, seria uma solução para as oligarquias da comunicação, mas tem o que a gente falou aqui de que, bom, você abre espaço também para fake news. Tem propostas de começar a regular essa questão das fake news. Eu não sei se vocês estão acompanhando, o que vocês acham sobre essa questão da regulação, do que pode ser feito ou não. E aí eu

queria passar para uma outra pergunta, e aí voltando pra pandemia, que é o seguinte: você acompanhou informações sobre as respostas dos governos ao mundo ao redor do mundo à pandemia? Quais os países que tiveram, na sua opinião, as respostas mais bem sucedidas à pandemia de covid19? E aí vamos focar mais essa questão da informação.

M. — Bom, pelo que foi noticiado, se eu to não tô enganado, foi a Nova Zelândia.

L. — É, Austrália também.

M. — Eles fecharam o país. Agora, só quero aproveitar uma deixazinha aqui, o Bolsonaro não é negacionista. Ele é afirmacionista. Ele afirma a morte, ele afirma a tortura, ele afirma que a vacina aumentava o risco de pegar o HIV. É com esse sujeito que a gente está lidando.

Moderadora — Afirmacionista. Interessante. Só isso já daria um bom debate aqui.

N. — Uma questão sobre a Nova Zelândia, porque isso foi curioso mas acho que eu devia estar na casa dos meus pais, é que quando eu vi a Nova Zelândia foi pela TV, não foi pelo telefone. Foi pelo Jornal Nacional.

P. — Mas eu recebi umas fake news falando da galera da Austrália, umas coisas muito bizarras. Ai gente, eu não sei como, é bizarro... Esse negócio das bolhas, porque a minha bolha, talvez mais influenciada pelo lado esquerdista, se bem que tinha antivax esquerdistas né. Eu não recebia muito. E aí outras pessoas que estão numa outra bolha recebem mais. E aí tinha uma fake news da Austrália, do negócio de quem não tomou vacina não podia circular, então é um absurdo que os australianos estavam se rebelando contra isso, só que era puramente fake news, como aqui deve ter uns antivax, lá deve ter uns antivax, então é difícil a gente sabe exatamente o que está acontecendo nos outros países, também vai depender da informação que a gente está acessando.

Moderadora — Agora, vocês citaram dois países, Nova Zelândia e Austrália, onde você não tem, claro, nas grandes cidades sim, mas em geral é um espalhamento maior. É na China, na Coreia do Sul. Que outros eventos, que outros países tiveram e que tipo de vigilância teve?

R.L. — É, eu acho que são três perguntas em uma só. São três perguntas ali, né? Governo. E acho que o que mais apareceu realmente foi lá na Nova Zelândia. Mas, se for pensar em termos populacionais, a China deu uma resposta muito mais efetiva no sentido percentual, né? Eu acho que isso foi bem interessante. Agora, as respostas mais bem sucedidas à pandemia de covid19, eu colocaria o Brasil, embora tenha todo esse discurso, negasse tudo o que a gente vivenciou, eu acho que o Sistema Único de Saúde, ele conseguiu dar uma resposta boa para a pandemia, porque se não tivesse um sistema capilarizado, descentralizado e fortalecido, o que seria? Seiscentos e poucas mil mortes, eu acho que é um número que só foi possível por conta do SUS, se não tivesse, certamente seria uma coisa muito caótica. Inclusive a própria vacinação. Eu acho que o Brasil, pelo histórico, ele conseguiu dar uma resposta efetiva frente a dificuldades que a gente tinha. Porque tinha alguém no poder que disseminava as fake news, fazia o movimento contrário. Com todas as falhas que o SUS teve, o Amazonas e toda aquela situação de faltar oxigênio. Mas acho que esse sistema descentralizado, ele minimizou ou diminuiu os danos, que seriam muito mais graves. E o país que mais me chamou atenção, aí, a terceira pergunta. Eu acho que é a China mesmo também pela capacidade de fechar, é um país extremamente voltado para o mercado, conseguiu fazer a capacidade estrutural de construir hospitais novos chama a atenção.

Moderadora — O R colocou a China e o Brasil como os dois, mas por quais fatores? A questão do isolamento? No Brasil, você já falou que é a questão do SUS. Na China, por quê?

R.L. — Pela unicidade de informação. Eu acho que é um povo muito obediente, né? Pela capacidade estrutural também de criar hospitais, de fechar os aeroportos. A gente está vendo e sofrendo impactos até hoje, essa tendência de voltar os números da covid, né... Fechar o mercado, buscar a vacina, foi o primeiro país a desenvolver uma experiência de vacina, fazer pesquisa. E também uma coisa meio que contra-hegemônica, porque pouco se apareceu, o que se divulgava da China é que o vírus é chinês portanto a China é o problema.

R.C. — Eles também tem algumas políticas autoritárias, né? O governo chinês, então isso deu uma freada na população na questão de isolamento social...

M. — Mas por favor, não acredite que o governo autoritário é bom, por favor, não leve pro outro lado, porque...

R.C. — Não, mas eu não to levando pra esse lado, eu só to comentando que o governo na China trabalha assim.

M. — Eu sei que você jamais pensaria assim.

Moderadora — Que tipo de política você acha, que você coloca como autoritária?

R.C. — Eu acho assim, por exemplo, eu vi alguns depoimentos de brasileiros na China, que eles falam a questão do isolamento hiper-rigorous, né, que eles não saem, literalmente não saiam de casa, a comida pedia, deixa lá na porta. Então a pessoa dizia assim “ah, eu to há 40 dias trancado em casa, não to conseguindo nem sair nem para ir ao mercado”

L. — E o monitoramento que eles tinham, eles usam bastante o WeChat, um aplicativo que todo mundo usa. E aí é possível monitorar por conta disso. Então, se ela tá com suspeita de covid, era próximo de mim, redobrava muito mais ninguém podia sair de casa, então eles conseguiam monitorar “tal região tem tantos” porque tem um sistema, como a gente tem o SUS, lá teve esse sistema que ajudou, deles usaram muito esse aplicativo, essa rede aí conseguia monitorar a população para ficar nesse isolamento super-rigorous.

P. — Mas mesmo assim isso tá saindo um pouco do foco. Falando assim da questão da política chinesa de combate, porque agora tá vindo uma nova onda lá, né, já até tinha parado, agora tá voltando.

Moderadora — É, eu acho que lá a gente não sabe, os dados, a gente não sabe muito bem qual foi, enfim. Mas eu queria voltar aqui no que a L estava colocando, né, desses dispositivos que foram mobilizados na China. Vocês sabem...

M. — Eu tava tentando falar já, desculpe... É que ele tocou no SUS, aquela questão de divulgação de informação nas pequenas cidades. Um posto de saúde deve ter sido um belo ponto de divulgação que deveria ser feito...

M. — Sim, o M está trazendo a atenção de como o posto de saúde não foi tão mobilizado na pandemia para ser um local de busca de informação. Depois, talvez, a gente pode voltar nisso, mas eu queria pegar aqui o gancho que a L trouxe, vocês já ouviram falar do termo vigilância digital?

L. — Eu ouvi porque eu fiquei escutando muito podcast sobre pandemia e o que eu achava que era, no meu julgamento, confiável. E aí a China é um exemplo bastante dessa questão da vigilância digital, né? Que pode

ser usada pra um fim bem ruim, mas nesse caso da pandemia ajudou a controlar as pessoas saírem de casa. Que, ao mesmo tempo, várias pessoas da divulgação das fake news usavam isso como restrição da liberdade individual, né? “Não posso sair de casa, olha que absurdo...”, enfim.

Moderadora — Alguém de vocês se deparou com algum dispositivo desse quando foi viajar ou alguém que falou como foi, entrou num país e teve algum dispositivo de vigilância digital para a pandemia?

M. — Eu não entendi a expressão com esse viés. Eu acho que hoje mais ninguém tem privacidade. Hoje a humanidade é onipresente, onisciente e onipotente, virou uma sociedade divina. Então a gente é hackeado todo dia. Quando descobriram a espionagem da Dilma, não me surpreendeu espionagem, surpreendeu a espionagem mal feita. Espionagem sempre houve no mundo e sempre vai haver. Mas, enfim...

Moderadora — Então vocês acham que não houve uma ruptura no sentido da vigilância, que sempre existiu. Ou vocês acham que agora está tendo uma vigilância muito mais...

P. — Não, tá potencializada. A gente tá aqui, todo mundo com o celular, né?

N. — É, e qualquer aplicativo que tu baixa, pede autorização pra acessar a tua localização, isso que eu nem uso muito o celular.

P. — É, várias formas de coletar... Antes do Facebook, tinha aqueles testes lá que você fazia, você tá parecida com não sei o que, aí você tinha que colocar as informações de umas coisas aleatórias e ali eles pegavam todos os seus dados. Então, eu acho que isso sempre existiu e as pessoas foram aprimorando a forma de usar. A eleição do Bolsonaro, Trump é exemplo disso, e aí usaram acho esse fim político na pandemia também, né? Pra poder impulsionar esse tipo de pensamento ultraconservador.

Moderadora — Eu queria aproveitar esse gancho que o M trouxe. Você falou que a sociedade é onisciente, onipresente, a quem você está se referindo quando você fala em “sociedade”? Quem você acha que está por trás desse monitoramento?

M. — Olha, essa percepção vem de antes da informática, da internet, com rádio, TV, satélite. A gente passou a ter informação em tempo real, cada vez mais depressa, com a rede, então muito mais depressa. Então, nós sabemos de tudo o tempo todo. Agora, a onipotência também tá, se nós quisermos nos tornar vândalos ou se nós quisermos formar um movimento intelectual, com o potencial de conhecer pessoas, etc. a gente tem essa potência também. Mas eu acho que essa é principalmente a onipresença e ciência vem de antes da internet. O satélite já começou isso. Está lá nos anos 60, porque não.

Moderadora — Então, o que vocês acham desses, no caso da pandemia, né, pra discutir aqui, o M está dizendo que isso já existia, tá sendo potencializado, a L também falou que está mais latente. No caso da pandemia foram adotados aplicativos de rastreamento de contato, geolocalização, câmeras térmicas para identificar a temperatura do corpo

L. — É verdade, no supermercado...

Moderadora — O que significa isso pra vocês? Por exemplo, é uma medida que faz o êxito numa campanha de controle de uma pandemia? Esse tipo de dispositivo digital?

L. — Acho que não é só isso. Porque, por exemplo, a gente tem esse exemplo na China que eles usaram muitos aplicativos e deram certo por conta do contexto, porque eles já vivenciaram outros tipos de, não de pandemias, mas de epidemias locais, enfim, já tinha essa cultura de usar em massa. Então, esse contexto,

né... Enfim, deu mais certo. Aqui, tentou. Tinha também aplicativo que avisava, pelo menos aqui em Santa Catarina, não sei nos outros estados, mas no centro aqui de Florianópolis, que teoricamente iria avisar se tinha alguém perto da sua casa que estaria com covid. Então acho que até houve essa tentativa e esses dos supermercados, que são essas de temperatura, enfim. Só que aqui foi um outro contexto, né... Aqui a gente não funcionou desse jeito, a gente não usa os aplicativos como usá-la. Acho que não é só o dispositivo digital.

Moderadora — Vamos imaginar que aqui no Brasil tivesse feito um rastreamento nesse sentido, que nem se imagina que tenha sido feito na China. Cada um vai ter um rastreamento pelo celular ou no futuro um chip injetável no corpo onde você vai saber aonde a pessoa está numa pandemia, então, assim, se ela sair da zona do qual ela está residindo, ela vai ser punida, porque você vai saber exatamente tudo o que ela está fazendo por esse dispositivo que vai ser viabilizado pela política pública do Estado, que vai seguir as pessoas e sabe exatamente onde elas estão e o que estão fazendo. O que vocês acham disso?

N. — Eu acho que o M. falou de potência, eu iria tentar usar a minha potência de não. Potência de não fazer. Se eu tivesse esse dispositivo embutido no meu celular, eu iria sair de casa sem ele. Se estivesse no meu braço, não daria, mas no meu celular sim.

Moderadora — O que vocês acham? Todo mundo faria a mesma coisa, se fosse isso mesmo, como a L colocou, lá na China tem toda essa questão da rastreabilidade, o N já colocou disse “eu desligaria, não queria ser controlado”.

M. — Mas nós já somos, nós já somos. Você acessa o aplicativo, você permite que acessemos a sua localização. E aí, sim... O Google maps sabe onde a gente está.

L. — E foi usado, teve alguns aplicativos falando que usavam isso para saber, nos lockdowns, quando foram colocados, de ficar em casa mesmo, quais cidades atenderam mais a esses lockdowns. Então meio que já usa.

Moderadora — A pergunta seguinte, sim, mas você tem o livre arbítrio de desligar e dizer não. A pergunta é: se vocês fossem obrigados, se o Estado dissesse “bom, se você desligar e a gente vai saber que desligou, você vai ser punido, vai ter que pagar multa, vai ser preso”. O que vocês acham de uma sociedade se a gente vivesse nesse sentido?

R.L. — Eu acho que tudo que acaba sendo imposto, ele vai, ele pode estar muito próximo do autoritarismo e aí acaba sendo nocivo, né... Mas, de certa forma, veja, a tecnologia ajuda a gente em muitas coisas, por exemplo, se eu tivesse um chip na minha mão, por exemplo, chegasse em casa e ele medisse a minha frequência cardíaca, medisse o meu estado de ânimo, medisse se eu tenho algum problema de saúde, poderia me avisar com antecedência. Se eu estivesse meio triste, saí de uma aula chateado e chegasse meio triste em casa e esse próprio dispositivo pudesse me ajudar com uma música relaxante que já liga direto do equipamento, isso seria maravilhoso, entendeu? Eu acho que, veja, se vem para contribuir, para me agregar em termos de produção, de satisfação e de felicidade, essa ideia de uma felicidade como um direito também e não uma obrigação, não uma ditadura mas como um direito, eu acho que seria fantástico. Agora, obviamente que se você impor isso pras pessoas, ele acaba sendo um Estado ditatorial, assim como, por exemplo, estados como a Coreia do Norte, que restringe ao máximo a comunicação e que circula somente aquilo que tem que ser assim e pronto. E aí se perde essa ideia. O [colega] estava falando isso do desenvolver, do envolver, né, quando você impõe você des-envolve, tira o envolvimento e a capacidade das pessoas de

fazerem escolhas.

L. — Isso acaba que é um argumento usado também pelas pessoas que não querem se vacinar. Logicamente que eu não sou, eu sou totalmente a favor da vacina, mas assim, fazendo uma análise de fora, elas colocam justamente isso “não, isso é autoritarismo, estão querendo forçar, estão querendo obrigar a gente”.

Moderadora — É o argumento, exatamente, pode levar pra essa questão, e aí é que está. Como que você calibra a ideia, a manutenção da liberdade individual, que é o que... E num contexto de uma crise sanitária como essa, onde você precisa de adoção de medidas de saúde coletiva, todos têm que fazer igual. Do contrário, vai ter problemas. Então, por exemplo, vocês permitiriam que as autoridades brasileiras de saúde tivessem controle sobre seus dados?

L. — É, assim, conscientemente, quando se fala assim, a gente fala que não, né? Mas é o que o M disse, eles já tem.

M. — Isso que o R falou é a Alexa. Você chega triste “Alexa, uma música alegre”.

[todos riem]

Moderadora — Mas você pode desligar a Alexa. Eu tô colocando uma situação onde você não pode desligar a Alexa, que ela vai seguir você e se você desligar, você vai ser punido.

N. — Então, mas de subjetivação absurda achar que precisa de um dispositivo grudado em ti para te fazer feliz. A gente tem que ser triste também. Não é uma produção de felicidade constante.

R. — Mas pode ser triste também, não tem algo que... Os afetos, as emoções, a gente sabe que produz efeitos psicossomáticos, muda nossa frequência cardíaca, muda a nossa forma de perceber. Tem uma relação. Então acho que a partir disso você consegue inclusive a detecção de doenças e coisas nesse sentido. Eu tô falando só não demonizando a tecnologia como algo que é extremamente nocivo. Mas eu concordo também contigo, acho que não são coisas diferentes, mas é isso, o que vir para nos ajudar enquanto ser humano, eu acho que vai no caminho do encontro com aquilo que vai nos trazer... Eu acho que assim, o grande problema que a gente encontra hoje é como que as pessoas, elas podem viver em um ambiente em que sejam mais... Consigam encontrar o seu projeto de vida, né, no sentido que, tudo acaba tendo uma funcionalidade no próprio planeta, né... Qual que é a nossa? Então eu acho que caminha nesse sentido, de encontrar aquilo que nos dá prazer, aquilo que nos dá satisfação, desejo de vida, enfim, de potência mesmo, né? E se esses recursos, eles ajudam, eu não vejo porque...

P. — Mas ela colocou que seria obrigado, no caso...

R.C. — Mas se é obrigado, ia ter que aderir... Porque senão viriam as sanções. “Tá, você não coloca, mas também você não faz isso, você fica fora disso, fora daquele outro”, da inacessibilidade à lugares, digamos assim.

L. — Ah, mas aí a gente iria criar um grupo dos rebeldes.

P. — Mas têm rebeldes também hoje, né? Por exemplo, os anti vacinas são rebeldes. Tem isso.

N. — É, tipo, em alguma medida, se tu não vota, tu também, tipo, tu não pode se matricular numa universidade pública. Se tu não bota o teu chip tu não pode, sei lá, fazer concurso público.

Moderadora — Eu queria trazer tudo isso que vocês falaram, mas buscando um contexto que a gente está tratando aqui de pandemia, uma futura pandemia, uma nova onda de pandemia. Se a gente soubesse que

todos esses dispositivos tivessem como uma função, talvez consciente ou inconscientemente, de um controle de contágio ou de uma diminuição de número de mortes e tudo mais aí. Trazendo a mesma pergunta de antes. Mas nesse contexto, o que é que vocês achariam sobre isso?

L. — Aí pega, porque quando a gente pensa que se aumentar a nossa vigilância, que ela já é bem grande, mas é a gente, todo mundo vai instalar o aplicativo que o governo vai mandar pra saber onde a gente está andando, pra gente colocar quando teve contato, todas as informações que vão ajudar a monitorar, de certa forma vai ajudar, porque aí vai ser mais fácil identificar os focos da doença. Eu, como penso no coletivo, acho que seria uma medida interessante. Só que tem um contraponto, que é bizarro a gente também estar sendo tão controlado assim. É difícil.

N. — E também é bizarro o fato da gente não conseguir chegar em nenhum consenso como pessoa. A gente ter que chegar a um consenso por meio da tecnologia, daí que eu acho que é um problema usar tanto a tecnologia pra ajudar, pra ajudar, pra ajudar, porque no fim ela pode estar regredindo uma capacidade de subjetivação. Mesmo que o objetivo dela não seja esse, ela pode estar engendrando isso.

L. — Se gerenciar, talvez de uma forma que não precisasse da tecnologia, da gente conseguir gerenciar coletivamente, como sociedade, enfim, não dependente de um dispositivo...

P. — Daí entra na pressão ideológica, por exemplo, a gente viu, é um exemplo, que coletivamente, por escolha, as pessoas, cada um faz uma escolha. E nesse caso, o que está sendo falado é imposto, é uma tecnologia para controle.

N. — Então, mas sendo imposta, também é ideológica.

P. — Não, sim, mas o que eu quero dizer assim, deixar livre como é, como foi no Brasil, por exemplo, que é o nosso debate aqui, que teve várias opiniões, várias pessoas, seguindo várias ideologias e pareceres científicos, não só ideologias, mas tem muitos que são a favor da vacina, outros que são contra, enfim. Deixar livre assim, dessa forma, é mais difícil chegar a um ponto hegemônico, um ponto único de combate à pandemia. Agora, tendo o aplicativo de controle, como é a China que a gente comentou aqui, é diferente, porque daí tu não tem a opção. Deixar livre, tem opção. Ter um controle, ou tu vai ser punido pelo governo ou tu vai ser preso, ou tu não vai poder acessar os serviços públicos, enfim, aí tu não tem opção. Tu tem a opção de sofrer todas essas sanções, como a colega falou.

L. — E aí entra o que o N falou que eu também achei bem interessante, né, de pensar. Então a gente acaba ficando até mais dependente, porque aí, talvez fosse o caso de a gente investir muito mais em tentar pensar essa coletividade do que depender da tecnologia, porque aí a gente depende da tecnologia, então agora eu só estou fazendo porque eu vou ser punida, é o que eu falava pros meus alunos, eu odiava ser professora autoritária, porque eu queria que eles entendessem que tem que respeitar e não porque eu estou brigando. Então, vai, o aplicativo seria um autoritarismo que tá nos impedindo e não porque a gente está pensando de forma coletiva, achei interessante. A gente fica mais dependente.

Moderadora — E o que precisa para pensar coletivamente? A gente já tá indo pro finalmente, como seria viável pensar nesses termos que você colocou?

R. — Usa-se da tecnologia para aproximar as pessoas e elas poderem debater...

N. — Ele quer fazer um grupo de WhatsApp!

[todos riem]

Moderadora — Eu queria colocar só uma última pergunta, que é, juntando tudo isso que a gente falou, todos os pontos que vocês trouxeram, e aí ouvir a opinião de cada um. Existe um limite para a vigilância digital, isso tudo que a gente falou em nome da saúde coletiva? Se existe esse limite, qual é esse limite no ponto de vista de cada um?

N. — Existe um limite na qual aquele não quer se submeter, que pode ser diferente para cada um. Mas a partir do momento que tu não quer se submeter a alguma coisa, esse é o limite, não?

Moderadora — O limite de escolha, você fala?

N. — É, inclusive, eu não sou favorável à vacinação compulsória, por exemplo, podem me julgar. Eu me vacinei, eu fiz a vacina, mas eu não sou favorável à vacinação compulsória.

P. — Eu, até tu falando isso, eu fiz na minha cabeça aqui enquanto isso, essa mesma... Porque tu obrigar uma pessoa a tomar vacina para controle da pandemia, que não foi o caso, não foi obrigatório. É uma forma de controle, como se fosse um aplicativo que controla. Então eu só fiquei, comparei o aplicativo com a questão da obrigatoriedade de vacina.

M. — A nossa água tem cloro e tem flúor. Flúor pra proteger os dentes. Se o governo resolver que a vacina vai circular pela água, ele vai fazer a vacina circular pela água. Que que a pessoa vai fazer? Vai beber coca-cola pra matar a sede?

N. — Não, vai comprar água sem vacina.

Moderadora — Mas M, pra chegar nesse nível, é porque todo o resto não funcionou. E aí você tem que botar na água, porque, como não funcionou pra 100%... Quer dizer, são medidas que...

M. — Então quando vier a discussão do chip, vamos pensar na água, melhor... Pelo menos aquilo não vai vigiar.

R. — Hoje em dia, tudo é vigiado dentro da internet. Tudo, você tem o IP, tudo o que você entra, o que você faz de internet, você... As pessoas podem saber. O site que você acessou. Inclusive estava brincando aqui. Mas quando... chegar triste em casa, por exemplo, por meio das minhas preferências de música, poderia ter uma música escolhida automaticamente, porque tem um rastreio de tudo que você faz na internet. Eu acho que isso hoje já existe, inclusive tem na lei que fala sobre a segurança de dados e que todos os servidores tem que fazer esse rastreio. Eu acredito que sim, que a tecnologia, no caso ela é benéfica, porque a gente está pensando em uma coletividade e a vacina se mostrou eficiente e teve estudos. Enfim, acho que a ciência ainda serve como, não desconsiderando todas as outras formas de saberes, mas é um bastião que aponta algumas direções pra sociedade. Então tem toda essa... Eu acho que assim, o limite, ele tá naquilo em que o direito individual não se sobrepõe às coletividade, ao bem estar da sociedade, do coletivo. E aí eu acho que todo mundo deveria, ciente de que aquilo é para a coletividade, deveria se submeter. E aí as estratégias do diálogo, então... é minha posição, assim como o STF, por exemplo, falou da vacina, é obrigatório, mas, aliás, é obrigatório, mas não dá para forçar as pessoas a tomar. Mas, enfim, eu acho que deveria sim... O limite está aí, na coletividade, naquilo que impacta a coletividade.

P. — E ficaria acima da liberdade individual no caso.

L. — Eu também concordo, acho que o limite é, eu tenho o meu direito individual de fazer as minhas

escolhas, mas aí talvez estabelecer um diálogo que nos faça entender, porque também, como é que eu vou criar esse juízo de que aquilo que eu estou fazendo está impactando o coletivo. Então, tem que ter um programa de conversação, de divulgação, de fazer trazer as informações pra que as pessoas entendam. E, vai, pensando na vacina. Eu não tomo a vacina, eu posso implicar num espalhamento da doença e impactar no coletivo, por exemplo. Eu não vou afiar esse entendimento sozinha. Então, eu acho que o limite dos aplicativos seria aí, de alguma forma, mas é muito difícil gente, pensar nisso...

R.L. — Voltando com a comparação do aplicativo com a vacina, o limite da vacina, como você falou, se eu não tomar, eu tomando a vacina, eu tô contribuindo para a coletividade, para diminuir as infecções, os impactos, enfim, e usando o aplicativo eu também estaria fazendo isso, mas assim, o aplicativo seria algo obrigatório e a vacina não foi algo obrigatório. Então, o limite da gente ter esse entendimento de que é além do individual pro coletivo, muitas vezes acaba sendo através da punição, que é o ponto que vocês levantaram, caso tu não aderir ao aplicativo, tu pode ser punido. Então, muitas vezes, a vacina se tu não toma, tu não tem punição, assim não tem punição até ali. Por exemplo, aqui na UFSC a gente tinha que ter, estar vacinado para poder vir para o curso. Tem que usar máscara. Mas não é uma punição, é uma escolha. Não vou tomar vacina, não vou cursar na UFSC, então. Ainda tenho essa possibilidade de escolha. Agora, no aplicativo, não. E só mais uma coisa que eu queria falar, em relação a vacina ainda. Por exemplo, eu tenho um amigo que foi na UPA e duas enfermeiras, ou uma médica e uma enfermeira, duas pessoas que atenderam ele falaram pra ele não tomar a vacina, que a vacina faz mal. Então voltando no que o M disse que o posto de saúde pode ser um meio de informação... Ou não, ou de desinformação.

Moderadora — Interessante

N. — Eu ia falar, era só uma coisa sobre a vacina e, porque no fim, a gente tem problema que é de ordem religiosa também, né, se for pensar um pouco em Testemunhas de Jeová, que tem uma recusa à vacina mas que, na verdade, é uma recusa à transfusão de sangue, transplante de órgãos, é... Bom, como é que tu vai obrigar uma pessoa que tem uma crença religiosa a sobrepor, então, a experiência comunitária dela, que seria na comunidade religiosa? Não faz sentido.

L. — É bem complicado. Eu já pensei isso várias vezes. No Grey's Anatomy tem um dia que precisa fazer uma transfusão e a pessoa é religiosa, não vai aceitar e vai morrer porque não aceitou. Eu não lembro o desfecho, e aí eu fiquei pensando muito nisso, porque eu não estou nessa religião então pra mim é muito fácil criticar, achar bizarro a pessoa não querer aceitar a transfusão. Mesma coisa com povos originários que tem uma cosmogonia que tem relação com os animais. Aí vem o imbecil e fala que vai virar jacaré. Para mim é ridículo, mas dos povos originários, para alguns, não dá para generalizar, pode ser que fizesse sentido, porque eles têm uma relação diferente. Então, e por isso eu falei muito complexo.

Moderadora — Gente, pela questão do tempo, a gente vai ter que encerrar. Antes de passar para os comentários dos colegas. Se cada um de vocês que participou pudesse dizer você em poucas palavras, de quando vocês iniciaram até o final, o que ficou como grande questão desse debate. Para vocês individualmente, “me fez pensar nisso”...

P. — A questão de controle e de obrigatoriedade ou não da vacina e a questão da informação também.

Moderadora? — N?

N. — Vou pensar mais um pouquinho.

L. — Eu acho que para mim, essa questão das decisões individuais e do coletivo, porque até a fake news também está relacionado a isso, porque tem as bolhas, então a minha bolha, meu coletivo, não recebe tanta coisa que eu julgo bizarro quanto outros grupos recebem. Aí a gente se coloca no lugar de uma pessoa que está recebendo metralhadora dessas coisas de fake news, como é que essa pessoa vai conseguir se dar conta disso, por exemplo? Esse individual e coletivo pra mim foi o que mais pegou.

M. — Eu acho que a questão fundamental é a fidedignidade da informação, sim, é preciso haver controle sobre notícias falsas, notícia falsa crime. Claro que é criminoso difundir que se a pessoa tomar a vacina, vai pegar AIDS, isso é um crime, e foi o presidente da república que fez isso na TV. Aí alguém disse assim “ah, a Polícia Federal vai investigar”, investigar o quê? Que não era o Bolsonaro que estava ali? Era um sócia? Vai investigar o quê, não fui em quem falei isso, foi um jornalista, mas enfim, é, a questão que a P levantou, no posto de saúde pode ter alguém que deu uma informação trocada. Realmente, ter controle sobre tudo, é bom até que não venha, porque sempre vai haver risco, sim, sempre vai haver. É isso.

R.L. — É que a questão do controle, ela tá associada, voltando à história da punição, assim, né, que a gente, acho que foi comentado. “ah, mas não tem... Se você não usar o aplicativo, desligar o telefone, você vai ser punido”. Então, isso a gente vê na ditadura. A gente vê em governos autoritários aí pelo mundo e tal, é a obediência, acho que foi a L que usou essa palavra né, que a China é obediente. Então a gente tem isso também dentro da gente. Assim para mim me desperta isso, assim. Vou ter que ser obediente, senão vou ser punida, gera o medo, gera o controle. Então eu acho que é dessas coisas que a gente conversou, essa vigilância, ela seria boa por um lado, mas ela despertaria, to com psicólogo ao meu lado (risos), ela despertaria esses sentimentos também de medo, de pânico. E também acho que aí entraria para uma outra situação que iria ser gerada para além do controle da pandemia.

R.C. — Pra mim ficou muito à parte, a questão da participação, de envolver as pessoas nas decisões, de democratizar esse acesso às informações, de democratizar, de criar espaços mais coletivos mesmo de discussões, de debate, e, em última instância, à ética, né? Eu acho que a ética talvez aponte aí algumas questões que não sejam difíceis de resolver de uma forma autoritária ou também flexível. E é isso, em nome do coletivo, talvez a ética possa ajudar gente e muito o micro, né, eu acho que tudo o que é feito de forma muito macro, ele tende a ter seus fracassos, as suas ilhas de sucesso. Mas nas micro relações talvez a gente consiga ter mais sucesso.

N. — Olha, eu acho que o que fica pra mim um pouco seria é, sei lá, uma incomunicabilidade, uma impossibilidade de comunicação, porque no fim tá desde o começo com de onde vem a formação, pra onde vai a informação, no que se confia, no que não se confia, e depois da governamentabilidade que é também uma impossibilidade de ter uma comunicação, né, tu precisa implantar um chip porque tu não tem como criar uma espécie de discussão pública política sobre a questão. Acho que seria tipo, no geral, no grupo, uma incomunicabilidade.

Moderadora — Muito bom. Eu acho que a gente conseguiu pegar bastante coisa assim eu sinto agora um pouco no final aqui, que a gente, na verdade, não teria nenhuma proposta programática para oferecer pra nenhum governo. Porque a gente levantou aqui que não queremos nem o autoritarismo, mas que também a

ideia da democracia abre portas para qualquer coisa. Então a gente identificou aqui um impasse, na verdade, mas a gente não tem a solução, eu também não tenho. Mas é uma questão a ser pensada.

19. APÊNDICE F – TRANSCRIÇÃO (GRUPO FOCAL 2)

Moderadora — Bom, vamos lá. Esse grupo vocal é referente ao meu TCC no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina e o objetivo aqui é debater sobre a aplicação dos dispositivos de vigilância digital no contexto específico da pandemia. E aí, como é que vai funcionar? Eu vou trazer algumas perguntas para estimular o debate, mas eu quero que vocês fiquem bem à vontade para contribuir com as percepções não só sobre essas questões que eu vou trazer, mas sobre outras coisas que foram surgindo também durante a nossa conversa. E aí para falar, vocês abrem o microfone. Pode ficar tranquila. Não tem muita burocracia, não só, claro, se alguém tiver falando por questões tecnológicas, é só esperar essa pessoa terminar de falar para não cortar o áudio. E o intuito aqui é que todo mundo consiga participar igualmente. Então pode ser que em algum momento eu chame alguém que não falou ainda para dar sua visão sobre aquela questão e aí você fica à vontade se não quiser responder, só falar que a gente passa para a próxima. Eu mandei antes o termo de consentimento para todo mundo preencher. E aí eu reafirmo aqui o compromisso com o sigilo das informações que vão ser discutidas. E para ter uma cópia do termo, eu enviei lá um link para fazer o download como PDF, mas se vocês quiserem, também pode me pedir que depois eu envio e qualquer dúvida fique à vontade para uma pergunta. Então a primeira pergunta que eu queria trazer para a gente discutir.

Onde vocês acham, em que locais, em quais fontes vocês acreditam que a maior parte das pessoas buscou se informar sobre a pandemia, nesses últimos dois anos e pouco de pandemia. Onde vocês acreditam que a maior parte buscou se informar sobre isso?

J. — A maior parte...

P. — Deixe eu começar então, J...

J. — Não, vai! Eu só to pensando alto, eu faço isso...

P. — Eu, bom, o meu tema de estudo principal é a proteção de dados e a privacidade. E eu analiso muito os trending topics do Twitter, Google e qualquer outro tipo de buscador. E a pandemia está sempre pelo menos entre os 5 primeiros desde o início dela. Então, com certeza, em qualquer ambiente social ou rede social, internet e ambiente digital, qualquer buscador entre os 5 primeiros, o tema pandemia, efeitos de coronavírus ou vacinas, enfim, como funciona tudo isso, tá nesses buscadores, assim.

J. — Acho que depende muito do público. Tem aquela galera que vê pela TV, mas também não sabe se acredita. A galera que recebe pelo WhatsApp e acredita nas coisas absurdas. E tem portais, por exemplo, no Instagram e no Twitter, que a gente acha que pelo menos tem algum tipo de fiscalização. Mas eu acredito que rede social talvez tenha sido, na minha percepção, sabe, maior... Pelo menos que se espalhou mais rápido, sabe?

M. — Eu também penso que é a questão do Twitter, principalmente, sobre a questão dos trending topics, eu acho que eu vi há semana sobre isso, exatamente o que a P falou. E também acho que vou dar um adendo do que a J disse sobre a questão do WhatsApp, que virou uma febre muito grande. Sobre a questão de dissipação de notícias, principalmente fake news nessa época e creio que foi um dos maiores veículos para as pessoas que não são tão voltadas à parte tecnológica. A galera que fica mais mobile, o que fica mais a serviço de celular.

P. — Analisando além da pesquisa, eu diria que, além do digital, um posto de saúde, sabe? Pensando no que a J falou ali sobre as pessoas que são mais analógicas, digamos. Meus pais moram na frente de uma unidade de saúde, então era algo que bombava durante a pandemia, sabe? A gente estava lá em restrição, trancado, mas a

gente via as pessoas na rua passando, porque eles diziam “ah, isso vai passar. A gente já passou por tanta coisa. A gente veio entender o que está acontecendo”. Então acho que unidades de saúde espalhadas mesmo também foram um outro ponto de fonte de informação.

J. — A gente vê muito, tipo, médicos que viraram celebridades da noite por dia, participavam na TV e faziam entrevistas. Tem uma médica até hoje que eu conheço ela por causa disso, também, sabe que as pessoas meio que viraram... O Átila, meu, era minha fonte principal, assim. Coitado, o coitado foi ficando descabelado com o passar da pandemia. Mas era, pra mim era fonte mais confiável, sabe, tipo, um cientista. Mas o ponto de as pessoas não confiarem na TV, mas essas mesmas pessoas confiarem no amigo que te manda o link que você não sabe a procedência é meio... É como se fosse um jogo de que eles confiam mais nas pessoas próximas do que na TV, a TV ou as grandes corporações estão sempre fazendo uma coisa muito macabra, que as pessoas precisam dessa necessidade de descobrir uma mentira, sabe? Então foi bem... Foi bem contraditório nessa parte.

Moderadora

Isso aqui tu tá trazendo, J, pra ver se eu entendi. A tua percepção é que as pessoas acabam confiando mais naquelas pessoas em que elas já confiam previamente do que num órgão regulatório ou, sei lá como, numa agência de jornalismo, alguma coisa nesse sentido.

J. — Eu... depende muito. Depende muito do cenário, né, também, mas, por exemplo, pessoas, a gente tem essa tendência natural a confiar e acreditar mais no nosso grupo, das pessoas que a gente tem perto. Então, eu mesmo já caí em fake news de qualquer tipo de coisa, mas a pessoa manda e cê fala “meu, sabe como é que pode isso?” Mas assim, quem é, geralmente, pessoa mais jovem, tende a procurar essas fontes, que também podem ser fontes oficiais, mas duvidosas. Temos aí a Jovem Pan provando isso. Mas eu acho que todo mundo acaba ficando meio cabreiro, mas acaba se e acaba confiando mais em quem você tem intimidade, sim. Mesma pessoa estando errada, talvez a informação e ela não sabe disso.

P. — Isso é uma tendência, na verdade, né? Eu tenho um quadro de rádio onde eu trago informação sobre segurança digital. E ali é nítido todas as semanas as informações que a gente traz, dizendo justamente isso que as pessoas, elas tendem a confiar em quem está próximo, às vezes muito mais do que um veículo oficial. Porque a questão da confiança é muito forte. Tanto que no marketing, um dos gatilhos que a gente estuda, uma das atividades, enfim, é a gerar, gerar confiança. Então, quando a gente vai estudando e vai entendendo por que as pessoas caem em fake news? A gente entende que é justamente o ponto da confiança, não é porque elas não têm informação, não é porque elas são fáceis... A engenharia social está muito avançada e muitas vezes nem chega nesse ponto. É simplesmente o fato de confiar.

J. — É, o marketing, tipo, o que melhor tem um produto, por exemplo, é a indicação de um amigo. Sabemos isso mais do que nunca. Mas se você pensar uma massa comunicando qual é o interesse dessa, desse rádio, desse jornal, as pessoas tendem a acreditar que eles sempre têm um interesse por trás para comunicar em massa. Então, quando vai um por um, parece que foi mais rápido ou menos questionável? Não sei.

P. — Tem os dois aspectos, eu acho, né? Primeiro, porque tudo o que é digital, ele é massificado. É muito difícil algo digital ser individual ou em segredo, sabe? Um segredo para duas pessoas deixa de ser segredo a partir do momento que é contado. Isso é fato. E o ambiente digital, ele tem isso, de qualquer informação, é facilmente veiculada para milhões de pessoas. Acho que nesse aspecto é muito fácil assim ter acesso.

Moderadora

Vocês acham que o que se espalhou mais rápido aí, tanto nos meios digitais, mas nos meios analógicos também,

durante a pandemia, foi a informação ou a desinformação?

J. — É um pouco difícil de dizer, porque muita coisa no começo a gente não sabia. Então, assim, até a gente começar a ter certeza. Assim, todo mundo achava que era muito fácil. Todo mundo lavava todas as compras e tals. Então acho que no começo existiam muitas hipóteses e muitas prevenções que levaram à criação de muitas fake news. Assim sabe, “ai, tem microchip no álcool em gel”, alguma coisa assim sabe, “tem 5g”... Então eu acho que a tendência no final, na minha perspectiva, foram as, você ter mais, quando você tinha mais certeza, mais estudos, as pessoas começaram a ficar um pouco mais confiantes, mas no começo eu acho que sim, a desinformação saltou assim. Acho que no Brasil, principalmente a gente nunca passou por uma coisa dessa. Se passou foi há muito tempo atrás. Então, geralmente, países de primeiro mundo tem, tem um, tem grandes desastres naturais. No Brasil, a gente não tem isso. Então eu acho que a desinformação foi mais no começo e no final as pessoas foram mais compreendendo e talvez se questionando né, que esse negócio de fake news bombou, aí eu acho que o negócio começou a ser mais filtrado.

M. — Eu creio que foi exatamente uma curva que aconteceu, exatamente. É a questão de ter muita fake news e muita desinformação no início. Aí a gente chegou eu acho que naquele momento de fevereiro de 2021, que teve a questão de vacinas e muito mais propagandas pró vacinas, que foi falado muito pautado dentro da televisão, dentro dos meios de comunicação sociais, que são mais gente de dentro de casa, dona do dona de casa, digamos, aquele termo ruim, mas é que foi aí que começou o pessoal a pensar “Pô, é real, está no programa da Fátima”. Tava o Átila falando sobre vacina, então deve ser real, porque eu confio na Fátima. Então, o que ela está falando é uma informação real. Eu acho que foi exatamente essa curva, principalmente eu enxergo nitidamente ali por fevereiro, porque foi onde eu vi que estava transformando a desinformação em informação real, não mais que um negócio fictício. E o pessoal começou a engajar assim “não, precisa fazer vacina, então vou fazer vacina”. E eu comecei a ver todo mundo na minha bolha, pessoal aqui do meu condomínio, todo mundo se movimentando para ir fazer vacina. E antes era bem ao contrário, não, era todo mundo “não. Não faz vacina porque tem microchip. Vai virar jacaré”. Era bem isso. Então eu acho que foi essa curva, sim, bem. Não, tipo, eu não digo que foi, foi tipo uma exponencial pra mim. Eu enxergo como se fosse uma exponencial.

J. — A falta de certezas, de fatos. Eu acho que abriram um leque para muitas, muitos questionamentos. Nem sempre, questionar é importante, mas às vezes te leva pra uma certeza que também você não sabe e acaba passando isso adiante.

P. — Eu acho que, só para contribuir mesmo, assim, sigo na linha das meninas, porque o convencimento, ele envolve muito dado, muita informação, detalhamento e tudo isso a gente não tinha, não só, digo, no Brasil, mas mundialmente. Era algo muito novo, então era algo desconhecido, não existia. Então era difícil ter um dado numérico. Era difícil ter uma informação. Era difícil ter um embasamento para o que estava acontecendo. Então, quando tem muita informação sendo distribuída em massa, a sociedade acaba indo por aquele caminho. E quando isso se tornou, de fato, informações mais fundamentadas, a gente passou a ser informado de fato com o que estava acontecendo. Eu ainda acho que há muita desinformação. Talvez os dados, eu ainda questiono muito se os seus dados que são repassados para a grande massa são de fato verídicos, se eles são aquilo mesmo ou se era muito pior e tentou se abafar um pouco daquele conteúdo para que as pessoas não simplesmente enlouqueceram, porque a gente chegou muito próximo disso. Então eu acho que só pra acrescentar, eu vejo também essa, essa curva de aprendizado, porque no começo, a primeira coisa quando a gente está conhecendo algo, a primeira coisa é questionar, é tentar negar que aquilo de fato está acontecendo. E isso foi muito nítido

para todo mundo. E aí depois é buscar a informação e tentar entender, naquele contexto, onde é que a gente se encaixa. Então eu também vejo essa curva e eu vejo muito essa curva muito, muito baseada na curva do aprendizado mesmo, assim, sabe?

J. — E o brasileiro, eu não sei se o recorte da tua pesquisa é no mundo ou no Brasil, mas o brasileiro é comprovadamente um povo muito apaixonado. A gente vai muito pela emoção, tanto que a gente vê presidentes populistas, desde Bolsonaro, Lula, são populistas, eles vão na emoção. Então o brasileiro não está, talvez também por falta de escolaridade. Mas a gente vai pela emoção, vai acreditar nas coisas que precisa ter. Precisa ter um inimigo em comum. Assim parece. Então, as pessoas usam desse artifício para convencer os outros. E às vezes dados você fala “Ai, o que é um cientista que tem um dado? Ele tirou da onde? Como é que comprova, se tem meu amigo falando isso?”

P. — Tem até, no livro 1984. Não sei se conhecem, mas ele fala muito sobre a informação e a guerra, assim, que em qualquer guerra... E eu uso até um recorte do que está acontecendo na Rússia e na Ucrânia. É... Se a informação, ela é manipulada de alguma forma, para se ter um fim, a gente vai sendo manipulado em conjunto, porque o que a gente acaba confiando é muito na informação, de onde vem essa informação é o que a gente estava discutindo na pergunta anterior, né? Se é do indivíduo ou se é do veículo oficial. Mas independente da onde vem a informação e o que nos manipula, então, se a informação é manipulada ou não, consequentemente a gente vai indo por esses caminhos que dá a informação que a gente tem.

Moderadora

Aproveitando isso que tu trouxe P. Eu queria saber de vocês, onde vocês buscaram se informar nesse mesmo período e o que vocês consideram assim como isso é uma informação correta, que condiz com a verdade, isso não é? Se tem algum, alguma agência, algum órgão, alguma coisa, ou se tudo é questionável, enfim, como é que vocês veem isso?

M. — Eu posso iniciar respondendo, porque eu acredito que eu seja talvez a mais leiga no assunto, justamente porque eu quis me desvincular desse assunto que estava me fazendo mal psicologicamente. Foi bem difícil a questão da pandemia, mas enfim, onde eu normalmente busco a informação, buscava a informação do dia a dia para saber números e saber se estava, como é que estava acontecendo no início da pandemia, principalmente Twitter. Para mim, eu sou uma Twitteira, utilizo muito essa rede social, não utilizo tantas outras, mas eu sigo tipo pessoas específicas do ramo em que me dava uma direção e eu percebia que várias delas concordavam com a mesma palavra. E acho que daí o segundo lugar que eu usei bastante é o próprio site da OMS, fiquei olhando bastante quando mudava alguma coisa, saía alguma coisa nova. E, querendo ou não, eu sou um pouco voltada a olhar sites de notícia, então acabei olhando os sites de notícia mais nacional do que internacional, o globo, enfim. E foi mais ou menos por aí que eu fui buscando as informações. Obviamente, eu sempre fico com pé atrás, então sempre verifico se é real ou não é real. E eu não sou a pessoa que compartilha a notícia. Eu penso 1000 vezes sobre isso.

Moderadora

E como tu verifica o que é real e o que não é real?

M. — Normalmente eu, quando a notícia tem uma fonte, eu pego essa fonte, jogo no Google Scholar, vejo se está batendo ou não está batendo. Ou verifico de onde que é essa fonte, de onde surgiu essa fonte, tento pegar a fonte inicial, sabe? E daí, a partir disso, caso eu veja ali, dou uma lida, “ah beleza, é”, daí às vezes, já surgiu vezes que daí eu “pô, isso aí é real então eu vou compartilhar com o meu pai ou com a minha mãe”, sabe? Só

para deixar eles também atentos do que estava acontecendo de uma forma até mais segura, porque eles foram as pessoas que receberam muita fake news. Eu acho que nunca vi pessoas que recebem tanta fake news que nem nossos pais assim e eu já não, eu já não recebo. Então quando eu tinha alguma coisa, eu ia lá e mandava para eles. Só que daí, por exemplo, passei 2020 olhando todos os dias, toda hora, a todo momento. Em 2021 eu tive que parar assim, até por, pela minha psicóloga falar “chega, vamos parar um pouco, senão vai ficar maluca”. Então, por que eu quis iniciar já falando sobre isso, para também eu não entrar... Eu sei que as meninas têm muito mais coisas enriquecedoras para falar, porque elas devem ter acompanhado muito mais que eu, talvez. Então, infelizmente, só acompanhei mais de perto a questão da pandemia até 2021, o início dela, e daí agora é esporadicamente. Eu vejo alguma coisa específica. Vou lá, vejo e acompanho ainda os mesmos cientistas no Twitter. Verifico que eles estão falando, debatendo e basicamente isso.

J. — Eu entrei mais ou menos nessa. Eu via muito pelo Instagram, né? Mas não sou a pessoa que entra e vê a notícia ou vai lá e verifica. Mas são fontes que a gente, fontes oficiais, que a gente acredita que seja, que sejam confiáveis. Eu também não sou a pessoa que abre para ficar massacrando assim. Tanto que depois de um tempo eu bloqueei várias palavras. Então o Instagram passou para mim só para ver meus amigos, e eu fiquei bem, bem alienada depois de um tempo. Mas o que eu sempre acompanhei foi o Átila. Era um evento assim, toda semana ele vinha, principalmente no começo. Sentava, ficava eu e o meu namorado vendo Átila. E, sabe, parecia que esse era o momento para a gente saber toda a desgraça, assim. O resto da semana tentava o máximo não ficar nessa, porque no começo eu tinha, meu, eu lembro que eu ligava na minha mãe a TV e tinha um programa especial da pandemia. Aí cê chega numa hora em que você está... você pensa naquilo o dia inteiro, sabe? É muito doído. Então, eu via muito Instagram. Acho que da Folha eu via. Ai, qual que era aquele que tem... Não sei agora, mas eu lembro da Folha assim, principalmente. Mas depois eu fui bloqueando tudo também. E era só do Átila que eu acompanhava. Porque não... Tô ali rolando, porque e acaba repetindo, tipo, tu segue um e vai o outro ali com a mesma informação e a mesma, tipo assim, eu já entendi, e eu acabei absorvendo muito isso para mim. Então, cara, eu lembro que eu via muito... Eu pesquisava no Google para ver o relatório de contaminações e mortes. Eu lembro que isso eu fazia. Ele dava o gráfico lá e eu gostava de acompanhar, mas era isso também. Depois, assim, de um tempo para cá, eu talvez no... Eu não sei de onde as meninas são, mas aqui em Floripa a gente tem o covidômetro. Às eu acompanhava também para ver como é que estava, mas era isso também de informação. Depois de um tempo, eu tentei que cortar isso, sabe? Estava me fazendo mal.

P. — Acho que meu cenário é o mais diferente. Eu não acompanhei em nenhum momento, a internet, é claro, acabava aparecendo no feed, mas assim, eu não busquei informação em momento algum sobre “Ah, como está a taxa de mortalidade” eu nunca fiz isso. Sinceramente, isso poderia estar acontecendo de eu ligar a televisão e passar, mas não era algo que me prendia. A minha carreira profissional, ela meio que ascendeu no momento da pandemia, então, e aí isso tudo também ficou em home office para mim, o que ficou para mim, ótimo. Na verdade, só me ajudou a pandemia. Eu sou talvez um reflexo contrário do que está acontecendo, enquanto tudo estava parado, para mim foi muito bom. Agora que está voltando, está muito ruim. Então eu estou nessa fase, assim. E eu acompanhei muito sobre compartilhamento de dados, sobre compartilhamento de informações nos canais e nas autoridades pelo mundo afora, de proteção de dados. Então, como eu trabalho com isso, autoridade do Reino Unido, autoridade de Portugal, autoridade da Espanha, que são fontes de estudo para mim, que são fontes de trabalho também para mim, eu acompanhei muito isso, assim, de como estava o compartilhamento de dados, como que estava a questão de aferição de temperatura. Mais neste aspecto. Então eu sabia que estava

acontecendo a pandemia, eu sabia o que estava rolando de “ah, não é permitido sair de casa” ou “é necessário usar máscara”. Eu meio que fui junto com a maré nesse aspecto, porque eu nunca quis debater se era real ou não, sabe? Porque eu já estava vendo que era real lá fora. Eu já estava vendo as autoridades dando informação de como deveriam ser utilizados aqueles dados que estavam sendo coletados. Eu estava vendo os tribunais seguindo nesse caminho. Então, como eu já estava vendo um movimento de fora para dentro, que foi basicamente como o vírus chegou aqui também. Eu fiz esse caminho. Então eu nunca fui impactada por uma rede social. Eu nunca fui impactada por uma rede de notícias, porque eu busquei sempre por meio dessas fontes e eu nunca me interessei porque eu via as pessoas falando isso que a M falou de começar a se sentir mal porque estava acompanhando. E aí eu disse “cara, se está fazendo mal pra outras pessoas, eu nem vou começar”, sabe? Não é uma coisa que realmente me interessa. E eu tive covid três vezes, então, pra mim foi mais uma doença, sabe? Eu estava fazendo os cuidados. Nunca lavei compra, nunca tirei o sapato para entrar dentro de casa, porque eu não consigo nem andar descalço no meu dia a dia. Pra vocês terem noção eu tô em casa e tô de tênis, eu não consigo, para mim tem coisas que não funcionam na minha vida e continuaram não funcionando. O uso da máscara foi algo que eu acrescentei, porque na época foi quando eu mudei da casa dos meus pais. Eu mudei em junho de 2019, não, junho de 2020. Em 2020, foi o primeiro ano da pandemia? Eu já não me lembro mais. Em junho de 2020, foi quando eu me mudei da casa dos meus pais e eles eram enlouquecidos da máscara, assim. Em tudo, eu tinha que usar máscara. E aí foi por isso que eu comecei a usar máscaras. Senão talvez até nem máscara eu usaria ou usaria pelo movimento mesmo das pessoas, de não poder entrar nos lugares. Mas, enfim, foi mais nesse sentido, assim. Eu meio que fui com a maré e vendo que as pessoas estavam preocupadas. Mas não foi uma coisa de “uau, eu preciso me preocupar”. Eu tomei vacina porque eu dava aula. Também nunca questioneei se a vacina ia fazer mal ou ia fazer bem, assim, nesse aspecto, não. Eu fiquei muito mais preocupada com compartilhamento de dados e uso indevido das informações do que o vírus ou as mortes. E eu tenho parentes que faleceram também durante esse período.

Moderadora

Aproveitando isso que tu trouxe, tu falou que acompanhou outros países como teu trabalho. Queria saber também da tua parte, claro, mas da J e da M também. Se vocês acompanharam e aí acho que cabe mais de uma pergunta dentro de uma. Mas, assim, vocês acompanharam as respostas à pandemia ao redor do mundo e teve algum país que chamou a atenção por algum motivo? E, se sim, que país que foi esse?

P. — Eu vou responder porque é bem rápido a minha percepção quanto a isso. Acompanhei muito mais nesse aspecto, como falei, de tratamento de dados e compartilhamento de dados, principalmente entre entidades público-privadas. O país que mais me chamou a atenção foi Portugal, porque eles foram bem tranquilos no fato de “não pode haver compartilhamento de dados”. Simplesmente assim, não houve um debate, sabe? Foi algo do tipo “sabemos o que está acontecendo, sabemos que é prejudicial para a maioria. Sabemos que a nossa população é uma população velha (porque lá a idade é de um pessoal mais antigo), mas gente vai reprimir qualquer tipo de tratamento de dados, mesmo que seja em prol da saúde pública” Então lá isso me espantou um pouco. A Espanha teve muitos debates. Até hoje eles debatem sobre isso, de como fazer, como não fazer, o que é o reconhecido e identificável, porque eu não sei se vocês sabem, mas no Brasil, qualquer coisa que seja relacionada ao tratamento de dados para fins públicos, ele é superior ao privado. Isso é só a percepção ideológica do Brasil sobre tratamento de dados no geral. Então, primeiro sempre vai ser o público e depois o privado. Por isso, inclusive, que, em alguns aspectos políticos, alguns políticos tentaram dizer “Olha, o meu dado não pode

ser tratado porque eu sou protegido por uma lei” e não é bem assim, porque a gente tem a perspectiva pública primeiro. Então, assim se tornaram pessoas públicas, o público precisa saber dessa informação. E aí esses dois polos me chamou bastante atenção, porque eles costumam ter o mesmo entendimento para muita coisa. Então, se a Espanha tem entendimento sobre algo, tu vai olhar Portugal, provavelmente é o mesmo. E nesse aspecto de dados de saúde, que é o que a gente se refere quando falo da pandemia, eles tiveram um posicionamento totalmente divergente.

Moderadora

Interessante. Não sabia também dessa informação. E vocês, J e M?

J. — A P falando, me lembrei de alguns casos diferentes. Por exemplo, a França, a Europa em si, o brasileiro não podia entrar, mas os Estados Unidos, que estava estourando igual, você podia ir. Então, até que ponto? Até o levantamento de dados ou uma xenofobia? O que era diferente entre eles? Realmente, não sei dizer. Mas foi uma coisa que me questionei muito. E a outra eu me lembro que Israel foi o primeiro a banir as máscaras e foi muito cedo, muito cedo. É... E na Nova Zelândia também que tinha pouquíssimos casos. Eu não se eles bloquearam todos os voos, mas eu me lembro que tinham pouquíssimos também. Eu não sei se é porque todos vêm da Austrália. Mas esses três pontos me marcaram bastante. E o próprio Estados Unidos, né? A gente acabou tendo esse lance Trump e Bolsonaro, acaba tendo um governo que se espelha, então, né... E tem um lance também de a galera gostar de uma conspiração lá também. Então, espelhou bastante, assim. Talvez se a gente tivesse a mesma quantidade de pessoas que lá, talvez a gente ia ter um espelhamento também de casos de falecimento.

M. — Eu estou ultimamente acompanhando muita notícia do Chile e eu vi, na real, eu não vi, como eu tô indo viajar para lá, eu descobri que o Chile, ele é super rígido com questões de vacina. Eles tem um site deles que tu é obrigado a colocar todas as vacinas lá, independente do país que tu for tu é obrigado a colocar todas essas vacinas. E tem que ter um QR Code ou alguma coisa validando essas vacinas no seu país de origem. E além disso, se tu não tiver esse passe que eles chamam de passe de mobilidade, tu não consegue pegar trem, tu não consegue pegar ônibus, não pode entrar em restaurante, não pode entrar em nenhum lugar, basicamente, nem shopping. Então eles meio que obrigaram a população a fazer a vacina através de tipo, se não fizer a vacina, você vai não vai poder ir pro seu trabalho de ônibus. Você vai ter que arranjar outro meio. E também descobri há pouco tempo que o Chile é um dos países mais vacinados do mundo, só que ele tem um alto índice de contágio. E daí tem um monte de explicações do porque isso, né? Mas eu só achei uma coisa assim, muito... Não digo rígida, nem certo nem errado, mas é diferente de restringir a mobilidade urbana caso você não tenha uma vacina. E eu achei interessante, isso eu não tinha visto em outro país. E eu lembro que no início da pandemia também a gente falou bastante sobre o Uruguai. Só que o Uruguai depois meio que... A galera do Uruguai tem uma mente meio fechada e não sei como é que se tornou depois no final disso, e eu vou usar um exemplo um pouco diferente que é o da Coreia do Sul. Na Coreia do Sul também foi bem rápido eles tirarem as máscaras. Foi, não foi tanto quanto Israel. Mas lá, o que aconteceu é justamente esse negócio de “beleza, vamos tirar a máscara”, todo mundo tirou a máscara e deu um mês depois, todo mundo voltou com a máscara e todo mundo voltou com o lockdown e deu tudo errado de novo. Então, eu não consigo pensar num país modelo. Não tem um país que pense “pô, isso daí, todo mundo poderia ter feito isso”. Talvez ... E eu não consigo. Todos eles tiveram prós e contras, assim. Então, é muito difícil, na minha cabeça, vir um país. A questão de Portugal é bem interessante porque, tipo, sei lá, 90% da população já está vacinada lá e as pessoas aderiram muito rápido à vacinação. E eu acho que eles também, eles não precisaram restringir a população da mobilidade urbana, por exemplo, né? Então

é um negócio assim, culturas diferentes, né?

J. — E o pessoal do Chile? Como é que eles reagiram com essas restrições? Era uma coisa OK ou a galera...?

M. — Cara, com todo mundo que eu falei, todos os chilenos assim, agência de turismo, o pessoal de ônibus, de trem. Eles são extremamente regrados. No Chile, é muito regrada a questão de vir coisas de fora. Tanto é que Santiago é um buraco. Tem duas cordilheiras muito grandes fazendo a volta por Santiago e lá não tem uma circulação de ar muito boa, não tem a entrada de infestações, sabe, de bichos de fora, digamos ou bactérias de fora, ou coisas de fora. Tanto é que o aeroporto deles tem muito cão farejador, muita polícia o tempo inteiro revistando as bagagens e se tu não chegar a fazer uma lista das coisas que está na sua mala e eles verificarem que o que está na sua mala não está na lista, tipo, tu vai preso. As multas lá são bem absurdas, então eles têm essa coisa de ser super rigoroso. E é justamente para manter o ecossistema local. E esse é um dos motivos de ter alta transmissão lá no Chile, porque não tem a circulação de ar que tem nos outros países. Lá é extremamente poluído, tem chuva ácida pela falta de circulação e as pessoas lá, eles, cara, eles meio que abraçaram essa coisa de se vacinar e de tu ter se passe de vacinação em todos os lugares que eu fui, reservar o local ou falar com a pessoa tipo “ah, como é que eu compro esse ticket?” “ah, se tu vai comprar esse ticket, tu é obrigada a apresentar o ticket de mobilidade urbana com a vacinação” Então, se tu não tiver, tu não faz nada, real. Tu não entra em nada, não consegue ir no cinema, não consegue ir no shopping, não consegue ir no mercado. E eu acho que... eu não vi uma reação muito forte. Eu não vi greves vindo de lá, não vi nada sem que fosse tipo alarmista, sabe? Então eu creio que eles falaram assim “beleza, vamos fazer”. E foram lá e fizeram.

M. — E qual é a opinião de vocês sobre isso? Sobre a necessidade de apresentar um dado teu de saúde para ter acesso a determinados, como você falou, à mobilidade urbana ou qualquer outra coisa pública?

M. — Ó, pode ser meio opinião... Eu não tenho uma opinião 100% formada que até então eu não tinha realmente pensado a fundo sobre isso. Mas eu vejo prós e contras, assim bem expressos. A questão do pró é justamente, por exemplo, como fizeram em Santa Catarina, que por onde tu ia, se tu passasse o QR Code numa loja e pegasse Covid e depois a saúde pública avisava todo mundo que escaneou aquele QR Code que teve uma pessoa com Covid lá, ou teve uma pessoa com covid no meu bairro, sabe, daí eles me avisavam. Isso eu acho legal, porque aí não é legal, legal, mas eu acho assim, para entender como é que está sendo a gravidade da situação e como o teu local de onde tu mora, onde tu caminha, onde isto vai, ele está contaminado também. Então tem que ter um cuidado extra. Eu recebi muita mensagem de celular. O seu bairro tem 20 potenciais de covid acontecendo ali. Ao mesmo tempo que legal, é ruim, porque tem essa questão de monitorar. Ninguém se sente bem sendo monitorado. Eu creio, né? Isso aí sou eu falando, mas eu, pelo menos eu não me sinto uma pessoa muito feliz sabendo dessa informação, mas é aquele negócio, às vezes tem mal que vem pra bem e bem que vem pra mal. Tem que saber controlar essa informação e saber quem é que está tendo essa informação e usando para quê. Então eu sou muito voltada a isso. Tem a minha informação de que eu estou com covid, então avisa para todo mundo que estava naquele estabelecimento, que eu estava com o covid para todo mundo ficar alerta para não sair, vai que eu passei e a pessoa está assintomática. Então, isso eu acho legal. Isso eu acho importante de ter. Mas tipo, por exemplo, controle de mobilidade urbana, eu não sei até que, até que ponto eu concordo, sabe? Tipo, tem o ponto da questão de ônibus, que eu entendo a parte de, beleza tem que estar vacinado para andar de ônibus, mas ao mesmo tempo sempre pega as exceções, sabe? Eu sempre fico pensando nas exceções. E aquela pessoa que, sei lá, não tem instrução nenhuma, que precisa do ônibus para ir para o trabalho ou a pessoa que não tem visto no país. E ela não pode fazer a vacina porque não tem visto, sabe? Essas

situações, eu fico pensando, pô, aí tu restringe demais. Então é muito assim, olha, sim e não, sim e não na minha cabeça.

J. — Então, quando falou de apresentar a carteirinha e tals, em momento algum eu me incomodei, assim, de ter que apresentar. Inclusive eu fiquei bem e fiquei bem empolgada, assim, sabe? Porque a gente vê, viu um movimento da galera, mesmo que contra vontade, se vacinando para poder dar uns rolês que muita gente já dava sem se vacinar, sem ter a vacina. Então, por exemplo, um lugar que começou a cobrar lá no centro, o Madalena, quando eu comecei a sair, eu me sentia mais segura, sabe? Porque assim “ah não, pelo menos aqui todos estão vacinados”. Hoje a gente sabe que isso não te impede de ter a doença. Eu também já tive depois de vacinada. Mas me dava uma tranquilidade muito grande assim e eu vi muitas pessoas se vacinando para isso. Teve até o meme da menina que queria pegar o navio e estava procurando uma dose de Jansen porque era a única. Então, tipo assim, ah, pelo menos as pessoas estão tomando, sabe? Vamos fazer uma troca aqui. Mas isso mais o que... o que me vem à cabeça é isso.

P. — Eu acho que muito, também na linha das meninas, não é o fazer, né, o apresentar, é o como. Eu sigo também, M, e por trabalhar com proteção de dados, justamente, é o como, porque, o como que vai ser usado. Quando teve o vazamento do Ministério da Saúde, no início deste ano ou no início do ano passado, agora já não lembro mais. Os anos parece que voam nesse aspecto. Eu fiquei muito assustada. Eu fiquei com muito medo porque eu sabia o que estava acontecendo ali, sabe? Eu sabia que aquelas informações estavam sendo vazadas. Eu sabia que quem tivesse acesso àquelas informações, principalmente a forma como elas poderiam usar aquilo. Assim, trabalhando com isso, a gente fica muito mais com pé atrás de qualquer coisa, sabe? “Ah, baixei um aplicativo” poxa, eu sou a pessoa que lê termo de uso e política de privacidade, porque eu crio política de privacidade, eu crio termo de uso todos os dias. Esse é o meu trabalho, o meu trabalho é trazer informação para as pessoas e eu fico muito agoniada, principalmente no âmbito de correria que foi o fato da transformação digital, principalmente, nas nossas vidas, agora, diante da pandemia, as pessoas querem fazer tudo de qualquer jeito. E eu noto que isso só deixou mais evidente o despreparo da saúde pública e, enfim, da saúde como um todo no âmbito tecnológico, mesmo, porque eles queriam ir para o âmbito tecnológico, porque era a única saída, mas eles não tinham preparo pra isso e faltou informação. E aí, no aspecto de eu, P, só fui baixar o Connect SUS depois do vazamento porque eu fui, eu estava num lugar e eu tinha esquecido a minha carteirinha física pela primeira vez, porque eu já não usava mais máscara, porque sabe, já estava num movimento de que isso já não era mais solicitado. E eu fui em um evento social e neste evento eu tive que apresentar a minha carteirinha, que sinceramente não serviu pra nada, porque acabou que meu celular não tava baixando, eu peguei da minha cunhada e eu entrei no evento, sabe... então, só que assim eu já estava quase na quarta dose, brincadeira, eu já tinha tomado a terceira dose, então eu estava muito além e eu sabia que eu tinha cumprido todos os requisitos só que naquele momento eu não tinha carteirinha para mostrar. E então, assim, o meu maior desafio diante dessa situação não foi o apresentar ou não apresentar a comprovação de que eu tinha uma vacina, foi o fato de eu estar compartilhando os meus dados, sabendo do despreparo do ambiente público para tratar aquela informação e, principalmente, porque o Connect SUS é ambiente público, e sabendo da volatilidade dessas informações lá com eles, porque não era, não foi por causa do vazamento que eu soube que existia um despreparo. Desde o primeiro momento, quando a Lei de Proteção de Dados entrou em vigor, o principal órgão que a gente cobra é do poder público, porque é o primeiro, a primeira coisa que o empresário particular faz quando ele vem falar comigo é dizer assim “ah, mas o poder público?”, “ah e quando eu coloco as informações do meu funcionário lá no

ambiente que eu sou obrigado por regulação?”. A primeira coisa que eles fazem é justificar, porque o poder público não está adequado e ele tem que se adequar? Entende? Então eu já sabia que existia um despreparo. Então isso me deixa muito mais agoniada do que o fato de ter que apresentar. Para mim, eu tenho esse sentimento que a J falou de, sei que estou num lugar agora um pouco mais protegido, porque eu sei que as outras pessoas também tiveram que passar por isso. Mas o que mais me agonia não é o fato de realmente da apresentação ou de ter que tomar uma vacina ou de... não tem nada a ver com isso. É mais o fato de saber que existe um despreparo, assim.

Moderadora — Indo um pouco mais, então, para além da comprovação da vacina em si, o que vocês acham, qual é a visão de cada uma sobre outras formas de se controlar essas questões de contágio, como, por exemplo, aplicativos de rastreamento, de rastreamento de contato, geolocalização, câmeras térmicas. Vocês chegaram a passar por esse pensamento? P com certeza, por questão de trabalho, mas J e M também, chegaram a passar por esse tipo de pensamento, de questionamento durante a pandemia? Chegaram a se deparar com alguma ferramenta desse tipo? E o que vocês acham sobre isso?

M. — No aeroporto tem um visor gigante que tu passa por ele e te mostra a temperatura do teu corpo, sabe? E tem várias pessoas olhando aquele telão o tempo inteiro, não só você, como pessoas da polícia, pessoas que fazem a fiscalização no aeroporto, a fiscalização sanitária. E eu vou te dizer que eu sou um pouco medrosa. Eu sou a pessoa que ama tecnologia, mas sou medrosa com ela, porque eu sempre tenho aquele receio de como a pessoa vai utilizar aquilo. Sempre ficou com aquele pé atrás, sabe, que nem aquela síndrome do Black Mirror? Eu sou essa pessoa, eu tenho a síndrome do Black Mirror, sempre acho que podem utilizar algo, eu ou sei lá como, para algo ruim. Eu sou meio negativa nessa questão, porque eu sei o quanto a tecnologia pode chegar em mãos, que não deveria chegar ou pessoas que não deveria chegar, sabe? Então eu lembro que eu passei ali no aeroporto... Deixa ver que mais locais que teve... eu acho que daí é só aquela questão mais de geolocalização do próprio Connect SUS, que ele sabe onde tu mora e as pessoas ao seu redor que estão com covid ou estão com possibilidades de covid, na época, eu não sei se ainda está funcionando. Acho que foi esses dois, esses dois tipos de tecnologia que chegou até mim. Eu sou cagada nisso. Eu acredito que, beleza, tem a parte positiva que tu se sente melhor saber que todo mundo está tendo que passar por isso e tem a parte negativa que tu sempre fica receosa de saber como é que eles usam isso. Então eu tenho esses dois lados. Eu, eu também acho que o Brasil não é um país preparado para a tecnologia. Está bem longe, assim. O jeito que eles utilizam ela... tu pode ver pelo aplicativo do Gov.br, é difícil de usar e não é pra ser difícil de usar, mas é muito difícil. Tive que olhar um tutorial para conseguir colocar a minha foto lá. Sabe o que era só um clique? E eu tenho que habilitar o negócio no site para, sabe... muito zigue zague, assim. E eu também creio que o Brasil não está preparado, então teve que fazer tudo assim, meio rapidão, “vamos fazer, vamos fazer, vamos fazer” e de algum jeito vai dar certo. E isso também causa total estranheza, assim, das pessoas que não estão acostumadas a ver isso. Muita gente ficou de cabelo em pé, então isso aí também deu um grande start, um grande boom para fake news. Porque, pô, imagina, “o Brasil está usando tecnologia chinesa para rastrear pessoas”, sabe? Pior que eu vi um negócio assim, de tipo, não, gente, é um leitor termal, sabe? Mas existia esse movimento das pessoas “Não, eu não quero passar por ali porque eles vão me rastrear, vão saber onde é que eu estou, o que eu estou fazendo”, então assim... E eu fico ainda nesse meio termo sabe? Tem os seus prós e os contras e eu preciso entender o que está acontecendo. Então tem coisas que eu sei que é muito legal. O lance da vacina, de saber que está todo mundo vacinado para entrar em tal lugar, eu acho muito legal. Eu me sinto bem, tanto é que tipo, indo pro Chile, eu me sinto bem indo

para lá, porque eu sei que todos os locais que eu vou, todas as pessoas vão ter que estar vacinadas, seja estrangeiro ou não. Então isso me dá um certo alívio, assim, sabe, de tipo eu não vou ficar minha viagem com covid, que é um dos meus maiores receios. Só que ao mesmo tempo tu fica assim meio neurótico, sabe, de tipo, “e aí estão me rastreando?” só que daí ao mesmo tempo eu sei que não, sabe? Só que sempre fica aquele resquício do Black Mirror na minha cabeça.

J. — Olha, eu vou falar que para questão pública eu não tenho tanto essa nóia, é mais para privada. Então, por exemplo, tem aquele lance, né, pô, tem empresas que sabem a doença que eu vou ter daqui alguns anos, que eu não sei ainda. Então, pra essa coisa de manipulação de informação, você tem lá o Facebook, que tem a teoria que manipulou... Então, empresas privadas me dão muito mais um pé atrás do que públicas, porque eu moro com uma advogada. Então, a gente tenta acreditar que tem uma certa ética ou um certo controle do negócio, enquanto no privado o negócio é top down. Você não tem uma discussão, você fala “é isso e pronto” é o interesse da empresa. Então, assim, o Google sabe, me conhece melhor do que eu mesma, sabe. Então, se vazou coisa da Renner, que é a Renner, né? Não sei, não me assusta tanto assim o público, sabe? Pensando que é, pelo menos para o prol de algo, para um coletivo, sabe, diferente de vou baixar lá o Face... Como que é? Enfim, qualquer coisa que deixa com cara de velho, enfim, é dado puro, sabe? Pra empresas que eu não sei quem são, não que eu super conheça leis federais e quem são os nossos políticos, mas é um negócio que pode... Não sei qual a lei daquele lugar. Eu não sei quem são as pessoas, quem é o dono. Então, parece que na visão pública pelo menos consegue ter cara, sabe? Tipo, quem que sancionou isso, que aprovou aquilo. E no privado não tem essa mesma clareza. Tem mais o meu medo, é mais pro privado, assim. Tive problemas com o Connect SUS também, então eu tive que plastificar a minha carteirinha de papel, o que eu acho a coisa mais medieval do mundo. Porque toda vez eu tinha que fazer o login ali, tudo e, mano, não lembro a senha e toda vez tinha que recuperar, sabe, eu tô na frente da balada, assim, recuperando minha senha. Então acho que era a coisa que mais me frustrava, eu ter que carregar um pedaço de papel junto comigo. Era uma coisa que me incomodou, assim. Mas quando a gente pegou covid, também teve o sinal no bairro que “ah, tem um caso de covid próximo”. Mas não é uma preocupação, assim, que não me faça dormir, sabe? Pensando que é para a saúde, não é para uma empresa, é para questão de saúde pública.

P. — Deixa eu só colocar o ponto de que não é que eu sou contra o tratamento dado pelo poder público. Para mim é justificável. Eu só fico preocupada realmente com o despreparo, porque não é algo que a gente deveria... ter sido deixado de lado. O meu ponto na administração pública é que ele é muito mal gerido. E quanto mais eu entendo sobre política ou sobre estrutura política, na verdade, não necessariamente sobre posicionamento político, sobre gestão administrativa, mais eu tenho certeza que as pessoas que estão lá, em sua maioria, elas só estão lá pelo status, não pelo trabalho, sabe? Eu fico muito triste, assim. Eu tenho conversado muito com profissionais. Independente, sinceramente, se vocês me perguntarem o vereador X ou prefeito em Y, eu não vou saber o partido, eu não vou saber o lado. Eu não vou saber, porque não é algo que... é aquilo que, a mesma posicionamento de quando começou o covid eu não queria... Eu não quero saber o que influencia aquela resposta. Eu quero saber, verdadeiramente, estar de ouvidos limpos para ouvir, sabe? Enquanto eu estou avaliando a situação, eu prefiro saber o menos possível e depois buscar informação. Então não é que eu sou contra o tratamento de dados pela administração pública. Isso, na verdade, me deixa tranquila, porque quanto mais dados forem trabalhados, e não só na perspectiva indivíduo, mas quanto mais dados forem trabalhados, avaliados, mais a gente vai ter informação para a tomada de decisão. Então, eu acho muito benéfico. Eu sou

super a favor do tratamento de dados, só que do tratamento dado de forma consciente, de uma forma... Por isso eu digo que o como me preocupa muito mais do que o tratamento em si. Tem mecanismo, sabe? E não é de hoje, também, que eu conheço profissionais que trabalham em prefeituras ou em ambiente público que me diz assim “poxa, P, mas lá a gente tem o cara da TI”, e gente, desculpa, mas o cara da TI não resolve nada, nem o que tem, nem a estrutura informática dentro da minha casa o cara da TI não resolve, sabe? Quem dirá dentro de uma organização e de uma organização pública que lida com milhões de vidas. Então é mais nesse aspecto. Eu também fico muito mais noiada com as Big Five que eu chamo. Toda semana eu falo sobre elas que, enfim, Google, Amazon, o meta agora, né, grupo Facebook, enfim, essas grandes, Microsoft, IBM... a IBM já saiu do ranking, mas enfim, é uma das grandes, Samsung... A M, até agora já não lembro se foi a M ou J que falou sobre “estão usando o dispositivo chinês”, foi a M. O meu marido olhou pra mim, disse “tá, eu tenho um Mi band” o celular dele é um aparelho chinês. Eu disse “bom, a nossa vida já está exposta lá mesmo”, então a gente brinca com isso dentro de casa. Mas numa perspectiva global, que eu vi assim, pelo mundo, eu sou muito mais de seguir a linha que Portugal fez. Eu sou contra o tratamento de dados em alguns aspectos. Por exemplo, a aferição de temperatura, para mim, eu sou 100% contra. Gente, isso não resolve nenhum problema. Isso não me mostra que eu estou doente de fato. Isso não. Em nenhum momento, durante todas as três vezes que eu tive covid, eu tive febre. Eu perdi o olfato na segunda vez que eu tive covid. Na primeira, eu tive uma rinite muito, muito forte, que eu fiquei de cama. Na segunda vez eu perdi o olfato e na terceira vez eu fui assintomática. Quem teve sintomas foi o meu marido, então, e a terceira vez, já foi depois da terceira depois da terceira dose, só pra vocês entenderem. E foi porque eu fui, em janeiro, eu fui numa viagem para o Rio de Janeiro, a gente já não estava mais usando máscara. Eu fui no Rio Innovation Week lá, e tinha muita gente num lugar muito abafado. Por mais que tentasse fugir da aglomeração, era quase impossível, porque só de passar no corredor, passava por muitas pessoas. Não tinha como ter o controle. E eu usei máscara e eu usei álcool gel e foi impossível, sabe? Impossível. Mas eu sou muito mais nessa visão. Eu sou contra alguns tratamentos de dados e aí eu vou voltar muito pra minha área que é: qual finalidades desse tratamento, sabe? Que é a pergunta que a gente faz todo dia. Então, tudo o que eu vou falar sobre tratamento de dados, essa é a pergunta que eu vou fazer: qual é a finalidade de aferir uma temperatura? Qual é a finalidade de ter o controle sobre temperatura num aeroporto? Pra mim não tem finalidade nenhuma aquilo. Porque não impede. Não vou fazer também todo mundo fazer teste porque é muito caro. Mas, enfim, eu sou contra esse tipo de tratamento. Bem afirmando mesmo.

J. — Eu acho que bate muito com o que a gente falou no começo de que a gente tinha muitas perguntas, muitas hipóteses, mas nada muito confirmado. Então assim, a gente ia no mercado e tinha aquela pistolinha para medir, que dava 34 graus. Gente, se tivesse 34 graus eu estava morta, sabe? Então, assim, será que esse investimento valeu a pena? Será que não tinha... É claro que era o que a gente tinha na mão antes, sabe? Mas será que isso ainda é válido? Será que tinha alguma resposta? Porque hoje a gente vê que não tem padrão, mas foi o que as pessoas tentaram fazer para conter.

P. — Até nesse aspecto, J, eu te afirmo que nunca teve. O que aconteceu era uma forma de conscientizar, e aí isso veio de fora, de conscientizar as pessoas de que elas não poderiam estar na rua doentes. Essa era a desculpa. Então foi uma forma de demonstrar para as pessoas e de educar que existe um controle. Então, como não existia um controle sobre vacina, sobre carteirinha, não tinha isso no começo. Então foi uma forma que foi encontrada para isso. E eu já te digo isso de antemão, porque a minha primeira ação para começar a entender o que era a pandemia de fato, depois de levar a empresa que eu trabalhava na época para casa, só pra vocês entenderem o

cenário, eu trabalhava numa empresa que tinha 1100 funcionários e no dia 18 de março a gente teve que passar 1100 funcionários para dentro de casa e eles eram 1100 funcionários no mesmo ambiente. Então, assim, tirando essa correria de uma semana de fazer todo mundo operar dentro de casa para a empresa não ter, porque não tinha plano de contingência, não deve ter até hoje plano de continuidade de negócio nessa empresa e por isso que não trabalho mais lá, porque eu vi o despreparo deles ali. Tirando isso, a primeira pesquisa que eu fiz foi para que servia aquele negócio? Porque eu comecei a questionar todos os encarregados de proteção de dados ou profissionais de segurança que trabalhavam nos lugares que queriam auferir a temperatura. Eu passei a não ir nesses lugares porque tinha isso. Aí eu comecei a não conseguir entrar em lugar nenhum, porque era quase em todo lugar. Aqui em Florianópolis, eu morava em Criciúma antes. No meio da pandemia, também mudei pra cá. Eu mudei da casa dos meus pais em junho, lá, para morar sozinha. Até porque eu saía de casa e eu não queria contaminar os meus pais. E em novembro, oficialmente, eu vim morar aqui em Florianópolis. Tem supermercado que fazia, tem vídeo para ver a temperatura das pessoas. Pra mim era o maior absurdo, é o maior absurdo da face da terra, sabe? Eu acho que já teve essa vigilância e isso é muito antigo. Eu acho que eu estou falando 2015 no Carnaval da Bahia para identificar bandido dentro da muvuca do carnaval. Aí, beleza, eu entendo fazer a verificação, porque o dado, se ele é coletado naquela verificação, se é feita a análise e aquele dado não foi identificado como um criminoso, o dado é automaticamente eliminado, então só vai ficar com o dado do criminoso. Aí, beleza, mas ali não tinha. Não tem coleta do dado, de fato. Existe um tratamento momentâneo, sabe? E aí também tem a questão do constrangimento, quando a empresa, essa empresa que eu trabalhava, que eu recomendei não fazer o uso da aferição de temperatura, a primeira coisa que eu falei foi, porque o que aconteceu, em uma semana eles não pegaram ninguém com temperatura elevada. E aí eu falei pra eles “e se tiver, como vai ser o constrangimento de tirar essa pessoa da fila, de dizer que ela não pode entrar no trabalho e que ela vai ter que trabalhar de casa?”. E aí a gente está falando de um ambiente de 1200 pessoas quase, na frente dos colegas, os colegas vão saber que ela se contaminou. E no começo, naquela época, quando uma pessoa era contaminada, ela era quase crucificada. Então, ela vai ser a pessoa ruim da empresa. Ela vai ser a pessoa que vai ser lembrada, que teve covid e que trouxe covid para aqui dentro, porque vai que ela contaminou outras pessoas, não necessariamente que de fato tem acontecido, mas são boatos que vão acontecer dentro da empresa, então, culturalmente, também é negativo. Então, e eles começaram a fazer e aí eles mudaram da filinha, a deixar todo mundo entrar na empresa e no lugar sentado, eles faziam a verificação e a pessoa que fazia a aferição de temperatura mandava para o RH, para o RH mandar uma mensagem para essa pessoa, convidando ela se retirar da empresa, o que também não adiantava de nada, porque se ele chegou a entrar no ambiente, ele já contaminou, entende? Então tem todo esse por trás que a gente tem informação desse lado de março de 2020.

Moderadora

Sim, uma sequência de problemas. Gente, eu já vou liberar vocês, só quero fazer uma última pergunta, que são duas perguntas, na verdade. Pensando com as informações que vocês têm agora, atualmente, e aí vem uma futura pandemia, que a gente sabe que, pelo menos o que os especialistas dizem é que essa foi a primeira em um longo período de tempo, mas não vai ser a última. Então, com as informações que vocês têm atualmente, como vocês agiriam numa pandemia futura em relação a esse tipo de fornecimento de dados? E aí eu vou trazer três dados aqui que eu quero saber se vocês concordariam em compartilhar, aí entra todas as todas essas questões que a gente já falou durante a conversa. Mas são o histórico de saúde e vacinação, o endereço e a sua geolocalização em tempo real. Para conseguir diminuir o contágio, com esse objetivo de uma questão de saúde pública, como é

que vocês agiriam numa futura pandemia com as informações que vocês têm atualmente? E aí, junto com isso, se tem um limite, qual é a visão de vocês sobre o limite? Qual é o limite entre fornecer o meu dado para a saúde pública, para diminuir o contágio ou não, aí já é demais, estão invadindo, não concordo?

J. — O que a P fala, de como tu gerenciar esses dados. Por exemplo, não sei se hoje tem o portal da transparência, para onde é que vai, onde é que fica, sabe? Se isso fosse mais claro para mim, olha, seus dados, só tem um banco que ninguém mexe. Eu abriria, assim ó, pode pegar, nesses três que tu pontuou, assim. Mas aí a partir do momento que tu realmente não sabe para onde é que vai, o que vão fazer, quem vai controlar, está seguro? Não sei te dizer o limite, mas quando as coisas ficam mais claras, é mais fácil dar uma liberdade para isso, sabe, assinar embaixo, estou aprovando isso. Mas de dado particular... É difícil, é difícil... Tem alguma ideia, P? Tenho que pensar.

Moderadora

Mas pensando assim, agora, com essas informações que você tem agora, aí você tem lá um aplicativo do governo federal que todo mundo é obrigado a baixar e você tem que baixar. E na hora que você vê ou lê lá o termo, você tem que concordar em compartilhar esses três dados que eu falei: seu histórico de vacinação e saúde, seu endereço, a sua geolocalização em tempo real. Você aperta sim ou não?

P. — É basicamente pegar o Gov.br e acrescentar o que está escrito no Connect SUS. E mais a tua geolocalização, é só isso, porque na verdade essas informações já estão em poder e já estão em poder do poder público, o que eles não têm é a geolocalização de fato. Eles têm o teu endereço, eles têm, enfim, eles têm todas essas informações. Só que hoje o que acontece é aí, dando um pouquinho mais de informação para vocês conseguirem chegar na conclusão, porque eu já tenho uma resposta pronta pra isso.

J. — A tua tem que ser a última, tá?

P. — Isso, por isso que eu não quero influenciar, mas só dando um pouco de informação pra vocês. E eu confesso que eu me preparei para estar aqui, porque eu disse assim “o que eu vou falar? Eu nem sei” mas enfim. Hoje o que acontece é que essas informações, elas, é que eu não sei qual é o nível de conhecimento da estrutura pública, mas a nível estadual, municipal e federal. Essas informações, elas têm acessos, assim como município, estado e federação. Então, existem informações que ficam no âmbito municipal, existem informações que ficam no âmbito estadual e existem informações que ficam no âmbito federal. Hoje o Connect SUS, ele é um aplicativo federal. Existe o estadual. O que é o estadual? Então, se você tem algum tipo de operação, cirurgia, alguma coisa assim, isso fica no âmbito estadual. Agora, se você tem, por exemplo, quais vacinas... Hoje em dia, vacina está para todo mundo, mas se você faz, frequenta a unidade de saúde, se você for em algum UPA, isso é informação municipal. Então, essas informações, elas ficam separadas. Elas não chegam a ir para a federação. A simulação que a Cris está falando é como se a gente pegasse esse banco de dados, unificasse e ficasse em poder para o uso da administração pública. Pelo menos foi isso que eu entendi. E aí lá, claro, eles pediriam também o acesso ao Connect SUS ali. Então, por meio de um aplicativo. Mas aí no final, quando eu der a minha informação, não deixa eu esquecer, Cris, que eu quero dar uma orientação para elas também sobre isso. Mas deixa pro final.

J. — Cara, eu vou falar que, a gente precisa ter uma educação de dados que a gente não têm. Então, assim, a pandemia chegou antes que a LGPD, por exemplo, pra gente ter uma noção. Então eu não saberia dizer hoje, pensando, em fins, o que eu iria não fornecer assim, sinceramente. A gente tem um CPF, que é uma coisa super particular e tals. Mas a minha preocupação maior é de vazamento, mesmo, sabe? Cara, tipo, caixa da Amazon, você tem que tirar os adesivos, porque tem tudo ali. Tem todas as minhas informações ali, sabe? A minha maior

preocupação mesmo é cair tipo, sei lá, numa gangue ou alguém que saiba mexer nisso pra chegar até mim e expor algum tipo de dado, sabe? Mas no futuro, eu realmente não, acho que eu não tenho essa resposta ainda, sabe? Acho que a gente vai ter que chegar num ponto em que a gente vai ter que ter uma educação sobre dados, sobre, que as pessoas não têm, assim, elas vão dando o CPF a torto e a direito, sabe, Pix com CPF, gente, como assim, sabe? Então, não tenho, eu realmente não sou a pessoa que estou dentro do assunto, mas acho que a educação para a gente poder entender isso, ela é necessária, sabe, porque a gente, que é leigo no assunto, a gente não sabe nem por onde questionar, por onde começar. Não sei muito bem o meu posicionamento. Não tenho um posicionamento certo para essa pergunta.

M. — Cara, eu acho que assim, olha, agora é interessante ver isso, porque assim, antes da reunião, eu seria a pessoa que ia falar assim “não, beleza, pega aí” agora eu já estou pensando meio que tipo ‘o que será que eu estou fazendo?’. A P entrou na minha cabeça, já... Eu tenho que dar uns pés atrás, assim. Mas assim, em modo geral, o que eu sei que eu faria, obviamente, eu daria meus dados, cederia meus dados, como qualquer outra pessoa leiga que não leu os termos de uso e só aceita o que está escrito e só dá um clique no checkbox e é isso, e fechou balada e tal. Só que, obviamente, eu tenho certo receio caso tenha de novo um vazamento de dados. E, tipo, que nem ontem o meu pai veio me perguntar se eu estava bem, porque ele recebeu uma pessoa falando que ele era o contato de emergência meu e eu fiquei tipo “quê?! eu tô bem”, daí ele falou “tu tá bem mesmo? Porque aqui está dizendo que aconteceu alguma coisa contigo, que eu sou teu contato de emergência”. Não, tipo, sei lá o que aconteceu. Falei para ele “não clica”, sabe? Tinha um link lá para ele clicar e eu falei “não, não clica”. E eu tenho receio que pode dar muito ruim nessa questão. Mas assim, eu sou muito errada, talvez, não sei, mas eu sou muito vai com a massa. Depois que eu vejo que já tem, sei lá, 30% já fez isso ou 20% já fez eu vou fazer também “ah, vamos lá todo mundo”, sabe? E obviamente eu me espelho muito também nas informações que está saindo, né? Eu não seria a beta tester, por exemplo. Eu ia deixar rolando um pouco e depois, quando eu sentisse a necessidade de fazer, eu faria. Mas eu ia deixar correr uns meses e ver como é que está rolando lá. Se saísse uma discussão sobre, aí eu já ia ficar um pouco mais atenta. Porque é basicamente isso que eu fiz com o Connect SUS e, que só fui fazer esse ano, todas as minhas regulamentações de documentação eu só fui fazer esse ano, não porque eu não fiz vacina, eu fiz todas as vacinas possíveis e tal. Também só fui sair esse ano de casa e parei de usar máscara há pouco tempo atrás. Mas sou bastante precavida nisso. Não tenho nada contra não quem não é, mas é que eu sou meio neurótica mesmo. Mas essa questão do Connect SUS eu só fui fazer muito tempo depois. E nem foi por questão de, tipo, eu ter lido alguma coisa do gênero. Eu vi que eu tinha vazamento de dados e depois disso que eu fui fazer o negócio de vacina também. Só que meio que deu um alívio, sabe? Depois que deu esse negócio de vazamento de dados, eu pensei “opa, eu não estava junto”. E, cara, eu não sei, estou até ansiosa para saber o que a P. vai me falar, porque agora, eu fiquei com isso “o que será que eu estou fazendo errado?” Vou até passar a bola para ti.

P. — Deixa eu te aliviar, M., que eu não sou contra, de novo, o tratamento de dados. Eu não sou contra o compartilhamento de dados, de fato, eu acho que quanto mais informação, para vocês entenderem, dentro... Eu trabalho com proteção de dados desde 2018. Quando eu estava ainda na pós graduação e eu comecei a estudar sobre o tema para escrever o meu TCC. Por isso que quando o F. falou “alguém vai te procurar sobre um TCC”, eu já fiquei animada, porque eu realmente, é uma coisa que eu gosto. E esse ano, agora, setembro para cá, eu estou estudando muito marketing. Eu já fiz quatro cursos diferentes, porque eu quero entender comunicação. Eu quero entender como que a mente humana funciona para ser influenciado, sabe? Eu estou tentando entender cada

vez mais esse tipo de marketing de influência porque eu vejo que é por meio disso que as coisas correm hoje em dia. Então eu quero entender como que a grande massa se influencia. E estou entendendo, eu acho. Acho que estou entendendo. Eu, com certeza, daria as minhas informações se eu tivesse informação suficiente. Uma troca. Se eu tenho informação suficiente, eu dou as minhas informações. Eu sou a pessoa que está nas redes sociais, para vocês entenderem, eu tenho 30 anos, eu uso computador, internet, desde os nove anos, quando as pessoas ainda não usavam. Eu usei o mIRC. Eu usei, sabe? Eu sou da fonte da internet. Eu sou da época de que a gente tinha que programar para usar a máquina ainda. O Windows não era acessível, usava uma rede, um sistema operacional que chama Linux, que a gente tem que programar para usar. Então eu sou desta época. Antes de formar em direito, eu sou técnica em informática e eu nunca deixei esse lado. Então eu eu daria, sim, as minhas informações. A geolocalização, provavelmente, assim como qualquer aplicativo que eu uso, eu daria permissão enquanto eu estivesse no uso do aplicativo. Se ele me pedisse o acesso a minha geolocalização o tempo todo, eu ia ficar com aquele sentimento da M. de vigilância de fato, de que eu estaria sendo vigiado o tempo todo e isso me incomoda, me incomoda muito, me incomoda quando eu logo na minha televisão para assistir o YouTube e eu sei que o Google está entendendo que eu estou assistindo YouTube pela TV. Me incomoda. Mas para eu fazer uso da ferramenta, eu entendo que eu tenho que passar por esse tipo de situação. Já busquei ferramentas auxiliares, mas não me entregavam a qualidade. Quando eu quero qualidade, eu tenho que me submeter a certas coisas, mas com informação, de novo, né, tentando entender. Ontem mesmo eu recebi a notificação do Instagram dizendo “olha, atualizamos nossa política de privacidade e nossos termos de uso”. Eu li. Eu fui entender o que tinha mudado. Então eu não vou deixar de usar, e vou dizer isso para vocês com plena tranquilidade, porque, pra vocês terem noção, o aplicativo que eu usava para controle da minha menstruação, ele era um aplicativo francês e que eu soube de um vazamento de dados porque eu acompanho a autoridade francesa. Essa notificação não chegou para o usuário. Essa notificação chegou lá para autoridade, apenas. E na lei europeia, assim como na brasileira, o titular é um dos primeiros a saber. E eu sei que teve vazamento de dados e eu sei que os meus dados estavam lá dentro. Não tem muito o que fazer hoje, sabe? Mas a gente está num processo de evolução. Então, eu daria, sim, as minhas informações. Com certeza, eu faria igual M. Não seria no primeiro momento, eu ia segurar o máximo para conseguir entender o cenário, para entender como é que a ferramenta está sendo utilizada, como eu fiz com o Connect SUS, eu só realmente baixei ele quando eu vi que não tinha mais nenhuma saída. Talvez, M., eu vou te dar uma informação que vai te pesar um pouquinho, mas os teus dados estavam juntos, provavelmente, no vazamento. Não existe ainda uma fonte de pesquisa oficial que a gente consiga verificar porque o banco de dados do Connect SUS é o mesmo que estava lá. Só deixa eu falar uma coisa, dois minutinhos. A Serpro é o banco de dados oficial do Brasil e ali tem informações agora sobre como o governo compartilha os seus dados, principalmente os dados de Receita Federal. Então, agora, a gente consegue entrar no site da Serpro, S-E-R-P-R-O, entra ali com login e senha do Gov.br mesmo, e ali você consegue ver se os seus dados, enfim, da Receita Federal estão sendo compartilhados com outras pessoas. Isso é um teste que o governo está fazendo para melhorar ainda mais a ferramenta do Gov.br. Eu fiquei feliz que M. falou porque é uma informação que poucas pessoas têm mesmo e eles estão constantemente trabalhando em melhorias. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados brasileira está em cima para que a política de privacidade e o termo de uso, eles tragam um pouco mais de transparência para outros usuários. Então, é uma ferramenta que está sendo constantemente melhorada e a gente tem que entender que... eu sou totalmente contra também nesse aspecto é que quem está lá dentro da estrutura governamental montando, por exemplo, o Gov.BR, são

concurados. Eles não são preparados para o desenvolvimento desse tipo de software. Não que eles não sejam capazes. Eu acho que sim, existem pessoas muito capacitadas dentro da estrutura governamental, mas não é bem como uma instituição privada. Não existe um teste de qualidade, é uma massa, se passou na prova, OK. Eu não acho que prova prova nada e eu fui professora universitária e eu comprovo isso com os meus alunos. Então, só para trazer essas informações para vocês. Mas, Cris, eu daria todas as informações com muita cautela, buscando muita informação. E aí já reforço para vocês. Eu acho que se vocês conseguirem me acompanhar daqui pra frente, enfim, não era esse o meu objetivo, por favor. Mas eu sempre vou bater na tecla de que leiam o termo de uso e política de privacidade, porque aquilo ali é informação. E se vocês não estão entendendo, a culpa é da empresa. Então questionem a empresa, como está coletando dados, como está tratando. É um direito nosso previsto em lei. É uma lei federal que tem uma autoridade por trás. Então a gente tem um mecanismo, agora, só é trabalhoso.

Moderadora. — Perfeito. Obrigada pelas informações. Obrigado do mundo pela participação. Desculpe o passar do horário. O papo ia longe ainda, mas pelo tempo a gente tem que parar. Mas muito obrigada. Depois, quando a pesquisa tiver pronta, eu posso compartilhar com vocês, com quem tiver interesse. Bom restinho de semana pra todo mundo.